DALTON MELO MACAMBIRA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DO PIAUÍ
O caso da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 30 / 07/2002

BANCA

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

JULHO/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE 32
Nº CHAMADA T/UNICAMP
M117r
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 50689
PROC 16.837/02
C ____ DX ____
PREÇO R$ 11,00
DATA 10/09/02
Nº CPD ____

CM00173057-4

BIB ID 256985

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M117r

Macambira, Dalton Melo
Reestruturação produtiva na indústria do Piauí : o caso da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara / Dalton Melo Macambira - Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mercado de trabalho. 2. Sindicalismo. 3. Neoliberalismo. I. Saes, Décio Azevedo Marques de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Dedico este trabalho, esforço inicial da minha formação intelectual, aos meus primeiros mestres: meu pai, Antonio Braga Pereira Macambira, e a minha mãe, Odaléa (In memorian). Dedico também à minha companheira de todas as horas, Valdélia, minha "amada imortal", e aos meus filhos queridos, Victor Raphael e Jéssica Rachel.

000112453

AGRADECIMENTOS

O trajeto até a esta dissertação de mestrado não foi fácil. Desde 1990, quando me tornei professor da UFPI, tentamos combinar a nossa militância política com o nosso compromisso acadêmico. Embora saibamos que isto é possível e saudável, também sabemos que nem sempre é possível obter êxito. A militância em um partido de esquerda nos levou a interromper parcialmente o trabalho de pesquisa e a redação para assumir outros compromissos igualmente importantes.

Nesse tempo tivemos a honra de integrar a direção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES-SN (1998-2000), cujos companheiros de diretoria sempre nos deram força para continuar perseverando. Tive também a honra de integrar a equipe do vice-governador do Estado do Piauí, Osmar Ribeiro de Almeida Júnior, na função de chefe de gabinete (2000-2001), a quem agradecemos pelos conselhos para não deixar de lado o compromisso acadêmico que havíamos assumido primeiramente com a Universidade Federal do Piauí.

Nesta oportunidade, gostaria de agradecer também aos colegas professores do Departamento de Geografia e História da UFPI, de quem não faltaram estímulos para que o presente trabalho fosse concluído com sucesso. Agradeço particularmente aqueles que nos indicaram bibliografia para leitura, como o professor Alcides Nascimento e quem nos ofereceu seus próprios trabalhos de pesquisa para nos subsidiar, como a professora Teresinha Queiroz e os professores Francisco Veloso e José Luís Araújo.

Não poderia esquecer de agradecer aos professores do IFCH da UNICAMP com quem dialoguei através das disciplinas cursadas. Lembro-me com carinho das sugestões da professora Argelina, bem como das discussões fraternas com os professores Glauco Arbix e Leôncio Rodrigues. Registro também meus agradecimentos ao professor Ricardo Antunes e a professora Ângela Araújo pelas indicações de leitura, análises teóricas e sugestões metodológicas proferidas durante o nosso exame de qualificação.

Agradeço especialmente ao professor Décio Saes, pela sua paciência no trabalho de orientação e pelas suas preciosas considerações para a redação final deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o processo atual de reestruturação produtiva na indústria do Piauí, isto é, a implementação de novas tecnologias e equipamentos, bem como a utilização de novas formas de gestão e organização do trabalho. Constatamos que os avanços tecnológicos e que os novos métodos produtivos, alternativos ao padrão de acumulação de capital referenciados no taylorismo e no fordismo, chamados de acumulação flexível, produção enxuta, toyotismo ou simplesmente de pós-fordismo, que são processos que ocorrem no Brasil e no mundo de hoje, estão também ocorrendo no Piauí. Para tanto, tomamos como referência um estudo realizado em várias indústrias do estado, particularmente a pesquisa que realizamos na Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara, tomada como estudo de caso.

Entendemos que os novos métodos produtivos para atenderem aos interesses do capital necessitaram da implementação paralela do modelo econômico de modernização conservadora, chamado de neoliberalismo, e de um trabalho de convencimento dos trabalhadores visando sua colaboração. Esse processo tem produzido profundas transformações no mundo do trabalho e contribuído para uma crise no movimento sindical, bem como para a elevação do desemprego. Neste sentido, concluímos que a indústria do Piauí passa por um processo de transição do taylorismo/fordismo para métodos alternativos de acumulação de capital através de um processo de reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the current process of productive restructuring in the industry of Piaui, that is, the implementation of new technology and equipment as well as the utilization of new types of administrative and work organization. We verified technological advances and the new productive methods which are alternatives to the pattern of accumulation of capital referred to in tayorism and fordism, called flexible accumulation, slim lined production, toyotism or simply post-fordism. These processes which take place in Brazil and the world nowadays are also taking place in Piauí. We used as reference a study done in several industries in the state, especially one which was carried out at Guadalajara Clothing Industry and was used as a case study.

We understand that for the new productive methods to attend the capital interest it is necessary to implement parallel to the economic model of conservative modernization, called neoliberalism, the task of convincing the employees to cooperate. This process has produced profound transformation in the world of labor and has contributed to a crisis in the labor unions as well as to the increase in unemployment. In this sense, we conclude that the industry in Piaui has gone through a process of transition from taylorism/fordism to the alternative methods of accumulation of capital through the process of productive restructuring.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I 05
1. PIAUÍ: UMA VISÃO SUMÁRIA DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

CAPÍTULO II 33
2. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM DEBATE TEÓRICO

CAPÍTULO III 53
3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DO PIAUÍ: O caso da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara

CAPÍTULO IV 111
4. OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE
À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AO NEOLIBERALISMO

CONCLUSÕES 135

BIBLIOGRAFIA 139

INTRODUÇÃO

A propalada Nova Ordem Mundial está marcada, entre outros, por dois aspectos que consideramos centrais. De um lado, há um crescente processo de hegemonia do projeto neoliberal, com a gestão de políticas macroeconômicas que visam reestruturar o papel do Estado e, por outro lado, está em curso um processo de reestruturação produtiva do capital, vista por alguns autores como produto da revolução científica e tecnológica dos anos 60/70 do século XX, com a gestão de políticas microeconômicas que visam modificar a relação capital-trabalho no interior das empresas. Essa conjuntura concretizou-se com a crise do fordismo, enquanto padrão de acumulação capitalista e com o colapso do campo socialista.

Ambos os processos e sua interface estão provocando profundas transformações no mundo do trabalho e na organização sindical dos trabalhadores, bem como na relação entre o Estado e a sociedade. Chega-se a falar até em fim da chamada sociedade do trabalho e que o trabalho teria deixado de ser o princípio fundante da sociabilidade humana, como pensava Marx. Fala-se, também, em um processo de globalização que levaria ao fim do Estado Nacional. No entanto, outros autores pensam diferente e resgatam a tese marxista da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Todavia, deixaremos a discussão acerca dessa polêmica questão para uma etapa mais avançada do trabalho de pós-graduação.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é discutir, à luz de um referencial teórico e empírico, o processo de reestruturação produtiva na indústria do estado do Piauí, destacando, como estudo de caso, a Indústria de Confecções de roupas Guadalajara, a maior do estado e uma das maiores do país. Queremos demonstrar que o processo de reestruturação produtiva atual, que teve início no Japão, nos anos 50 e que se espalhou pela Europa, EUA e diversas regiões do mundo nos anos 70/80, está sendo implementado na indústria piauiense desde o início dos anos 90 do século XX, isto é, teve inicio um processo de transição do padrão de acumulação do capital anterior, taylorismo/fordismo ou produção em massa, para um novo modelo produtivo, chamado de pós-fordismo, toyotismo, métodos japoneses de administração ou acumulação flexível, isto é, novas formas de gestão e organização do trabalho, alternativas ao modelo taylorista/fordista.

Sabemos que existem diversos trabalhos que procuram identificar o fenômeno da reestruturação produtiva nos estados da Região Nordeste, mas as lacunas, acerca desta temática, são ainda muito grandes no Piauí. Com o desenvolvimento da pesquisa, dividimos o trabalho em quatro capítulos, a saber:

No CAPÍTULO I, procuramos dar ao leitor uma visão geral da economia e da sociedade piauiense na atualidade. A visão mais geral da economia nordestina, das últimas décadas, fomos buscar principalmente em ARAÚJO (1997) e GUIMARÃES NETO (1997). A caracterização da economia piauiense extraímos particularmente de MARTINS (1979), DOMINGOS NETO (1987) e QUEIROZ (1998), bem como de diversos artigos da CARTA CEPRO. O objetivo deste capítulo é demonstrar a participação da indústria no desenvolvimento da economia do Nordeste e constatar a importância que a atividade industrial vem assumindo nos últimos anos no estado do Piauí. Neste sentido, o estudo de COUTINHO & FERRAZ (1994) foi de fundamental importância para compreendermos o recente desenvolvimento industrial e as repercussões da chamada "Terceira Revolução Industrial" para o Brasil.

No CAPÍTULO II, fazemos um debate teórico sobre o fenômeno do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Para tanto, recorremos a ANDERSON (1995), BATISTA JÚNIOR (1994), TEIXEIRA (1996) e SAES (1996), com o objetivo de compreender melhor o conceito de neoliberalismo e sua repercussão na América Latina e no Brasil. Como todos sabem, as diversas experiências mundiais de reestruturação do papel do Estado, cuja aplicação prática se convencionou chamar de "Neoliberalismo", encontram sua matriz teórica no trabalho de HAYEK (1975), intitulado "O caminho da servidão", texto polêmico para época em que foi escrito (1944), mas que hoje, a despeito de sua pretensa hegemonia, encontra uma vasta literatura de oposição, como as que estão indicadas acima, entre outras.

Para compreensão teórica mais geral da reestruturação produtiva destacamos os trabalhos de CORIAT (1994), que nos permite conhecer a origem e os conceitos dos métodos japoneses de trabalho e administração; HARVEY (1994), de quem extraímos o conceito de "acumulação flexível" e pudemos compreender a importância, para o capital, do deslocamento geográfico das empresas.

A contribuição de GRAMSCI (1976 e 1991) e MARX (1989) nos foi valiosa, respectivamente, na abordagem do processo de reestruturação produtiva que ocorreu na virada do século XIX para o XX, taylorismo/fordismo (americanismo), e nos métodos de exploração capitalista na segunda metade do século XIX, o que nos permitiu comparar o padrão de acumulação anterior e o atual. MÉSZÁROS (1989), contribuiu com a visão acerca da crise atual do capitalismo, que se manifesta no esgotamento do modelo taylorista/fordista, e seu conteúdo destrutivo. As leituras de ANTUNES (1995) e DIAS (1996), principalmente, nos ajudaram a pensar de forma crítica as novas formas de gestão e organização do trabalho.

No CAPÍTULO III, constatamos que o processo de transição do taylorismo/fordismo para o pós-fordismo, isto é, para diversos métodos alternativos, teve início na década de 90 na indústria piauiense. Neste sentido, nos foi extremamente importante à pesquisa realizado por CARVALHO NETO (1995) em diversas empresas de Teresina, mas com ramificações em todo o estado. Desenvolvemos, também, a pesquisa acerca do nosso estudo de caso, qual seja, a implantação dos novos métodos produtivos na Indústria de Confecções Guadalajara. A análise é feita a partir do suporte da pesquisa empírica e teórica que realizamos. Passamos três meses na fábrica entrevistando executivos, chefias intermediárias, gerentes e, principalmente, operários ou operárias, posto que a grande maioria é de mulheres.

No plano teórico, além dos autores já citados, nos foram importantes os trabalhos de LIPIETZ (1991), sobretudo na análise da crise do fordismo; e a pesquisa realizada por HAMPHREY (1995) em várias indústrias sobre o impacto dos métodos de trabalho japoneses no Brasil. Sobre o processo de reestruturação produtiva na indústria têxtil e de confecção do Brasil e da região Nordeste nos foram valiosos os trabalhos de TEIXEIRA & outros (1999) e ARAÚJO & AMORIM (2001).

No CAPÍTULO IV, tentamos apresentar, de forma ainda esquemática, as atuais transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre o movimento sindical provocadas pela reestruturação produtiva e pela implementação do projeto neoliberal. Procuramos mostrar como a articulação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, a serviço do capital, estão produzindo uma enorme crise no movimento sindical em todo o mundo. Os estudos de POCHMANN (1999) e MATTOSO (1995) são esclarecedores sobre a precarização do mercado de trabalho no Brasil e POCHMANN (2001) nos mostra que o problema do desemprego é apenas uma das dimensões desta crise, mas o debate revela que a crise do sindicalismo é muito mais profunda e pode ser analisada desde a visão liberal de RODRIGUES (1991 e 1992) até uma abordagem mais radical, contida em BIHR (1998) e ANTUNES (2001).

Buscando uma compreensão mais fundamentada desse processo, partimos da premissa, do ponto de vista de uma base teórica mais geral, que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são respostas à crise do capitalismo em decorrência da queda tendencial da taxa de lucro, conforme previra Marx e que foi tão lucidamente analisado pelo filósofo revolucionário italiano Antonio Gramsci nos seus estudos sobre o fascismo e o americanismo (taylorismo/fordismo). Esta crise, após o advento da revolução técnico-científica, revela-se pela transição do padrão de acumulação fordista para outros métodos produtivos alternativos. Para o capital, portanto, a superação da crise passa por um processo de intervenção na

produção visando controlá-la para elevar a eficiência e a produtividade do trabalho. Mas, se em algumas regiões esse processo está mais avançado ou consolidado, a conclusão de nossa pesquisa revela que, no caso da indústria do Piauí, ainda vivemos um período de transição.

CAPÍTULO I

1. PIAUÍ: UMA VISÃO SUMÁRIA DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estado do Piauí é uma das unidades mais pobres da nossa federação. Localizado no oeste da região Nordeste do país tem pouco mais de 2,5 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 252.378,5 km^2 estabelecendo a menor densidade demográfica do Nordeste, da ordem de 10,6 habitantes por quilometro quadrado. A população do Piauí representa 6% e 1,7%, respectivamente, da população do Nordeste e do Brasil.

Assim como no conjunto da região Nordeste, a taxa de crescimento demográfico do estado vem diminuindo, passando de 3,07% a.a. no período 1960-1970, para 1,72% a.a. no período 1980-1991. De acordo com a contagem do IBGE (1996) o estado possui mais da metade da população vivendo na zona urbana e as mulheres são maioria. Embora os dados de 1985 revelem uma população mais localizada no campo, esse processo tem se invertido nos últimos 10 anos, conforme informa o Quadro 1.

QUADRO 1
ESTADO DO PIAUÍ
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO

			HOMENS		MULHERES	
PIAUÍ	2.673.176	100%	1.310.255	49%	1.362.921	51%
URBANA	1.556.115	58,2%	734.690	47,2%	821.425	52,8%
RURAL	1.117.061	41,8%	575.565	51,5%	541.496	48,5%

Fonte: IBGE, 1996 – SIDRA; SUDENE – DPO/IPL/EST.

Uma análise mais geral das condições sócio-econômicas do estado do Piauí nos permite afirmar que predomina uma situação de pobreza da maioria da população e que os indicadores de desenvolvimento revelam existir ainda uma razoável distância em relação às condições médias da região Nordeste. Esse quadro não foi alterado nem com o crescimento econômico recente. Entretanto, ao contrário da situação sócio-econômica, o Estado é dotado de condições ambientais

melhores do que a região Nordeste, sobretudo em se tratando de terras agricultáveis, recursos hídricos (de superfície e subterrâneo) e, para o espanto de alguns, o volume de precipitações pluviométricas com certa regularidade.

Segundo dados da SUDENE (1970-1996), o PIB do Piauí aumentou em cinco vezes nesse período. Em 1996, atingiu a cifra dos cinco bilhões de reais, com uma variação média anual de 6,6% no período citado. Esses dados revelam o crescimento da economia, onde a produção da riqueza passou de 3,1% para 4,4% da produção nordestina e de 0,4% para 0,7% do PIB brasileiro (Tabela 1). A mesma fonte nos afirma que em 1996 o PIB per capita do estado representava cerca de 72% da média nordestina, mas apenas 40% da média nacional. O quadro abaixo demonstra a evolução destes dois indicadores econômicos no período de 1985 a 1998:

QUADRO 2
ESTADO DO PIAUÍ
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E PIB "PER CAPITA" (1985-1996)

ANO	PIB a.p.m		PIB "PER CAPITA"	
	R$ bilhão	Variação anual	R$ 1,00	Variação anual
1985	3,77	14,6	1.612,88	12,5
1986	4,61	22,4	1.939,72	20,3
1987	4,35	-5,6	1.799,47	-7,2
1988	5,08	16,5	2.062,44	14,6
1989	5,29	4,2	2.116,29	2,6
1990	5,17	-2,3	2.036,14	-3,8
1991	5,51	6,5	1.130,06	4,6
1992	4,50	-18,3	1.723,08	-19,1
1993	4,62	2,6	1.750,63	1,6
1994	5,24	13,6	1.964,77	12,2
1995	5,44	3,7	2.014,86	2,6
1996 (*)	5,71	5,0	2.093,75	3,9
1997 (*)	5,68	-0,6	2.059,94	-1,6
1998 (*)	5,86	3,2	2.103,19	2,1

Fonte: SUDENE. Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil, nº 6. Recife, ago/99 (p. 286 e 297).
Nota: (*) Dados Preliminares
Ano Base: 1998

O PIB do Piauí somente supera o PIB dos estados de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, todos da Região Norte, e o do estado de Sergipe, na Região Nordeste. Se compararmos ao PIB nordestino, a participação do Piauí era de 3,2% em 1970, passando para 4,4% em 1996 e 4,1% em 1998 (Tabela 1). Todavia, em relação ao PIB "per capita" do Piauí, embora não haja informações

precisas sobre o estado de Tocantins, os indicadores revelam que o Piauí possui o menor índice do país.

Entretanto, de acordo com um ex-Superintendente Adjunto da SUDENE, "o Piauí teve a terceira taxa média anual de crescimento do PIB 'per capita', do período 1985/1995, que foi de 2,2%, superado apenas pelo Maranhão, com 4,1% e Rio Grande do Norte com 3,4% (...)" (Silva Filho, 1997: 13). Essa informação demonstra que devemos analisar esses números levando em conta o seu aspecto relativo, procurando sempre compará-los para poder tirar conclusões mais próximas da realidade.

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PIB DOS ESTADOS
EM RELAÇÃO AO NORDESTE E BRASIL

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO (%)			
	1970		1998 (*)	
	NE	BR	NE	BR
Maranhão	6,3	0,7	9,5	1,4
Piauí	3,2	0,4	4,1	0,7
Ceará	12,2	1,4	16,0	2,6
Rio Grande do Norte	4,6	0,5	6,5	1,0
Paraíba	6,4	0,7	6,5	1,1
Pernambuco	24,6	3,1	16,8	2,7
Alagoas	5,5	0,7	5,8	0,9
Sergipe	4,0	0,5	3,7	0,6
Bahia	33,2	4,2	31,3	5,0

Fonte: SUDENE. Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil, nº 6. Recife, ago/99 (pags. 283-293 e 344-348). SUDENE/DPO/IPL/Contas Regionais. FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA.
(*) Dados Preliminares.

Sabemos que, em termos metodológicos, é importante ter cuidado com a análise fria de dados econômicos, sobretudo em se tratando do Produto Interno Bruto. Se não levarmos em conta outros fatores, como por exemplo, a distribuição de renda e o nível de concentração da riqueza produzida, esses números podem dar margem a análises imprecisas da realidade ou simplesmente produzir pura ficção, particularmente quando se trata da análise de um estado "pobre" como é o Piauí e quando sabemos que o conceito de "pobreza" é muito relativo dependendo da região do país.

Muitas riquezas, sobretudo as naturais, a criação de animais domésticos como a de galinhas, a produção artesanal e um conjunto de outras relações próprias da economia informal, por exemplo, muito comum no Nordeste,

não são contabilizadas no processo de constituição do PIB, principalmente em estados onde os levantamentos estatísticos não têm uma maior precisão e regularidade na sua divulgação, como é o caso do Piauí. É importante lembrar que o Plano Real, enquanto existiu, com uma moeda "forte", com o câmbio supervalorizado e com a paridade com o dólar, também produziu uma visão distorcida da economia brasileira. Neste sentido, estamos utilizando essas informações apenas como referência para a análise.

Embora não seja objetivo desse trabalho fazer um debate sobre o conceito de desenvolvimento, partilhamos da concepção de que este conceito não pode ser reduzido a idéia de desenvolvimento econômico. Pensamos que é necessário ampliá-lo para além da dimensão econômica, incorporando a dimensão social, a cultural e a ambiental, entre outros. Nesse final de milênio, dois conceitos ganham força no debate sobre desenvolvimento: **desenvolvimento humano**, que destaca a importância do bem-estar da sociedade e o alargamento da cidadania como forma de enfrentar a crescente desigualdade social no mundo, e o **desenvolvimento sustentável,** que pressupõe o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Para tanto, do ponto de vista conceitual, estamos utilizando o termo **crescimento econômico** para caracterizar o desempenho recente da economia piauiense.

A economia piauiense, em resumo, apresentou taxas de crescimento médio, no período de 1970-1996, superiores às médias do Brasil e do Nordeste, aumentando sua participação na produção da riqueza produzida. Em 1999, o PIB do Piauí cresceu 6,7% em relação a 1998, índice superior ao crescimento do Nordeste (3,3%) e do Brasil (1,01%). Esse desempenho pode ser explicado pelo aumento dos investimentos, provavelmente oriundos do setor público, até o início da década de 90. O volume desses investimentos foi, em média, superior ao verificado no Nordeste.[1]

Os números revelam que a participação da Formação Bruta do Capital Fixo do Setor Público (FBKFsp), no período de 1974-1990, superou a média do Nordeste quanto a composição do PIB.[2] Essa análise pode ser reforçada quando se observa o Consumo do Governo (CG) e sua participação no PIB do estado, no período de 1975-1993, bem como em relação a esses mesmos indicadores na região Nordeste.[3]

---

[1] Para maiores informações ver: VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Planejamento Regional e Transformação da Agricultura Tradicional – Lições da experiência no Estado do Piauí**. Tese de doutorado, UNICAMP, 1998.

[2] SUDENE. Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público. Nordeste do Brasil (1960-1996). Recife, 1999, p. 43 e 47

[3] SUDENE. Agregados Econômicos Regionais – Nordeste do Brasil (1965-1998), Recife, 1999, p. 46-9 e 75-6.

No entanto, é importante destacar que o dinamismo recente da economia do Piauí faz parte de um processo que atingiu toda a região Nordeste, particularmente a partir dos anos 60. De acordo com Tânia Bacelar de Araújo, "o lento crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino (...), foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolveram recentemente na região (...). A pobreza, porém, continua a ser uma das características mais marcantes do Nordeste, quando visto no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente" (Araújo, 1997: 7-8).

O desempenho da economia nordestina entre 1960 e 1990 pode ser considerado muito bom. Criado no final dos anos 50, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, fundamentou a estratégia inicial da ação da SUDENE baseada no pressuposto que o fraco dinamismo da economia nordestina das décadas anteriores se deveu ao esgotamento do modelo primário-exportador implantado na região desde o período colonial. A proposta central apresentada pelo relatório do GTDN era que o Estado deveria estimular o processo de industrialização da região como forma de superar o atraso econômico. Com base nestes pressupostos,

> "a partir dos anos 60, impulsionadas por incentivos fiscais – 34/18-Finor e isenção de imposto sobre a renda, principalmente -, por investimentos de empresas estatais (...), complementados com créditos públicos (do BNDS e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas – e dentro delas, as atividades industriais – ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção na região, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989 a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9% (...). Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3%, e o setor terciário cresceu de 49,9% para 58,6% (...)" (Araújo, 1997: 8).

Nas últimas décadas o Nordeste foi à região que apresentou as mais elevadas taxas médias de crescimento do PIB no país. Dos anos 60 até o final dos anos 80, a economia nordestina superou a taxa de crescimento médio do país em cerca de 10% e o seu PIB, que aumentou em quase seis vezes, cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o PIB do Japão (média de 5,5% ao ano) no mesmo período. Mais adiante veremos que esta política, que em certa medida visava a desconcentração produtiva do país, começa a ser revertida a partir do início dos anos 90 trazendo sérios prejuízos para economia nordestina, particularmente para a economia piauiense.

Mesmo correndo o risco de cometer imprecisões metodológicas e conceituais, tentaremos, a seguir, traçar de forma didática e breve, a evolução da história econômica do Piauí a partir dos três grandes setores da economia, procurando mostrar as suas relações de interdependência e influência mútua como forma de identificar as raízes do seu atraso econômico e social.

1.2. O SETOR PRIMÁRIO

Para explicar o atraso da economia piauiense, precisamos compreender que, historicamente, a integração do Piauí na economia nacional e internacional se deu de forma subordinada e dependente. O Piauí sempre foi importador de produtos industrializados e exportador de matérias primas e alimentos. Até o final do século XIX predominou na economia piauiense a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Posteriormente destacou-se o extrativismo vegetal, através da exploração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu, cuja produção destacou-se durante a primeira metade do século XX. A organização da economia piauiense, sobretudo a partir do século XIX, estava voltada para o atendimento das demandas, por estas mercadorias, no mercado interno brasileiro e no mercado internacional. Aliás, esse era o sentido mais geral da economia do país.

Segundo Teresinha Queiroz, "as atividades econômicas desenvolvidas no Piauí desde o início da colonização têm confluído no sentido da consolidação de certos traços básicos. Dentre esses traços, a extrema concentração de riqueza e, por conseqüência, do poder. Essa riqueza se expressa, em grande parte, na posse da terra, seja em fazendas de criação extensiva de bovinos, seja nas áreas imensas de exploração extrativa (...)" (Queiroz, 1998: 57).

1.2.1. PECUÁRIA EXTENSIVA

A criação extensiva de gado no Piauí tinha como objetivo a comercialização da carne e o destino eram as outras províncias do Nordeste ou mesmo da região Norte. No mercado externo, destacava-se o mercado da Guiana Francesa. Os derivados da pecuária, sobretudo o couro, seguiam para o exterior, cujo principal mercado era a Inglaterra. "Entre 1850 e 1890, as receitas derivadas da pecuária correspondiam a uma média de 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial (...)" (Queiroz, 1998: 21).

Atualmente (1990) os principais rebanhos, em termos quantitativos, em ordem decrescente são: Caprinos (2.094,732); Bovinos (2.045,737); Suínos

(1.717,930) e Ovinos (1.260,698).[4] Embora as técnicas de criação tenham se modernizado, permanece o latifúndio improdutivo, como veremos mais adiante, e a criação extensiva do gado. No entanto, os números revelam o enorme avanço da pecuária piauiense nos últimos anos. Segundo dados do IBGE (1975-1990), o crescimento dos rebanhos foi significativo: ovinos (59%); bovinos (53,7%) e caprinos (59,5%). A exceção foi os suínos (-8,3%).[5] De todo modo, a pecuária está muito longe da importância que já representou para a economia do Piauí. Na pauta de exportações do estado em 1998, destacam-se couros/peles de gado bovino e peles depiladas/curtidas de gado ovino e caprino. O peso do setor chegou a aproximadamente 20% do total das exportações do Piauí nesse ano.[6]

1.2.2. AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

No setor agrícola, historicamente, predominou a agricultura de subsistência. O Piauí sempre dependeu de outros estados no suprimento de produtos agrícolas. De certo modo esse processo resultou de uma estrutura agrária baseada no latifúndio, onde a maior parte dos pastos foi destinada à pecuária extensiva, bem como a ausência de um mercado interno que estimulasse a agricultura. A única cultura agrícola que se destacou comercialmente, no final do século XIX e início do século atual, foi o algodão. Atualmente, assim como há um século, podemos destacar a produção de milho, feijão, arroz e mandioca como alimento básico.[7]

Entretanto, podemos afirmar que o desempenho recente da economia deveu-se, entre outros fatores, as elevadas taxas de crescimento da agropecuária. Se examinarmos a produção agrícola do Piauí, encontraremos três produtos que proporcionaram um certo dinamismo na economia do estado: "(...) a soja passou de 1 tonelada em 1980 para 10.409 em 1994, e 21.399 toneladas em 1995. A castanha-de-caju, que em 1994 apresentou uma produção de 32.775 toneladas, passou para 47.047 toneladas em 1995, enquanto a cana-de-açúcar cresceu de 875.226 toneladas em 1994 para 904.153 toneladas em 1995. O algodão herbáceo, milho,

---

[4] IBGE – Produção Pecuária Municipal, PPM, 1984-1992

[5] IBGE - Pesquisas da Pecuária Principal do Piauí, 1975-1990

[6] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 6, ago/99, p. 106. MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais.

[7] IBGE – Produção Agrícola Municipal, PAM-PI, 1991-1993.

8 O autor, embora revele o crescimento de algumas culturas agrícolas, comete algumas imprecisões nos números, tais como: a produção de castanha-de-caju (1994-1995) passou de 32.780 para 47.207 toneladas, enquanto que a produção de cana-de-açucar (1994) foi de 874.266, de acordo com o Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil, da SUDENE, nº 6, Recife, ago/99, p. 46.

arroz e o feijão apresentaram declínio no período 1994-95, embora viessem apresentando significativo crescimento nos anos anteriores" (Silva Filho, 1997: 9).[8]

É importante destacar também a produção da banana, manga, laranja e alho, na área de hortifrutícultura, bem como da mamona, que ao lado da castanha-de-caju, do algodão e da cana-de-açúcar se constituem nas principais matérias-primas industriais. Praticamente toda essa produção, assim como antes, hoje serve, principalmente, ao consumo interno. Talvez a única exceção seja o algodão, cuja produção de tecidos e confecções representou cerca de 15% da pauta de exportações do estado em 1994.[9]

1.2.3. O EXTRATIVISMO

Os projetos dos diversos governos provinciais do Piauí, entre outros objetivos, pretendiam integrar o estado ao mercado nacional e a partir desse patamar conquistar parcelas do mercado mundial através, como já afirmamos, da exportação de produtos primários. Durante o século XIX as diversas tentativas não passaram de ensaios. Somente no século XX é que foi possível consolidar esse processo através do extrativismo.

A exploração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e o coco babaçu "ao longo de cinco décadas (...), sobrepujaram e alteraram a função até então exercida pela atividade pecuária. Se, por mais de dois séculos, a base de economia do Piauí fora à criação de gado e à volta dela apenas desenvolvera rudimentar agricultura de subsistência, na primeira metade do século XX o Estado concretiza o objetivo de integração ao modelo nacional, passando a ocupar um lugar mais ativo da divisão internacional do trabalho" (Queiroz, 1998: 33).

Esses produtos alcançaram grande valor comercial na primeira metade do século XX, o que proporcionou um certo desenvolvimento para o Piauí, com grande absorção de força de trabalho, advinda, inclusive, de outros estados. Entretanto a vulnerabilidade da economia através da dependência de um só produto, voltado para a exportação e a dependência das mudanças no mercado externo e da concorrência internacional, levou à crise do extrativismo. A década de 50 marca o declínio do extrativismo vegetal.

A partir desse momento o Piauí deixa a condição de exportador de produtos primários e passa a ser mero importador de produtos industrializados, que vinham do centro-sul e de outros estados da própria região Nordeste. Do

9 SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 5. Recife, nov/97, p. 186. MIC/SCE/DTIC; SUDENE/DPO/Contas Regionais.

extrativismo, a cera de carnaúba é o único produto que, atualmente, continua tendo algum destaque na pauta de exportações. No período 1991-1998 esse produto representou, em média, quase 28% das exportações do Piauí,[10] que, embora significativo, está muito longe de seu apogeu nos anos 40 quando os impostos cobrados sobre a comercialização da cera de carnaúba chegou a representar cerca de 70% das receitas públicas (Queiroz, 1998: 49).

O extrativismo implicou em sérios prejuízos para a agricultura de subsistência. No seu período áureo canalizou a maior parte da mão-de-obra e teve como desdobramentos problemas não apenas de natureza econômica, como social e demográfica. Um exemplo emblemático é a exploração da cera de carnaúba: "A valorização da cera de carnaúba no período de 1939 a 1946, deixou profundas marcas na economia piauiense, comprometendo negativamente seu desenrolar posterior (...). Embora com potencial para produzir certos produtos para o seu consumo, preferiu importá-los, transferindo, assim, grande parte de sua renda para outras áreas. Tal situação gerou a falência da área, pois ao depender exclusivamente das cotações da cera no mercado internacional, com a queda de tais cotações, a população viu-se desamparada para enfrentar a nova situação" (Araújo, 1985: 104).

1.2.4. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Dentre os vários fatores que explicam a crise permanente do setor primário do Piauí, o fenômeno da seca é sempre lembrado pela literatura. O Nordeste, como espaço econômico e social, só é percebido pelo governo brasileiro com o advento das grandes secas da década de 70 do século XIX. É importante frisar que esse fenômeno tem sido estudado, por alguns especialistas, com o objetivo de explicar o atraso do Nordeste a partir do mito da seca. Vários autores, entretanto, procuram desmistificar o flagelo causado pela seca a partir de outras interpretações. "Tal como a 'seca nordestina', a 'seca piauiense' não é originada simplesmente de condições pluviométricas tidas como adversas (...). A 'seca' é fundamentalmente um fenômeno de inadaptação da produção agrícola às condições do meio ambiente. A atual exploração agrícola está sempre sujeita a grandes riscos de perda por exigir da natureza condições que esta não oferece" (Domingos Neto, 1987: 95).

A seca sempre foi utilizada pelas elites nordestinas como forma de explicar o atraso econômico da região, justificar a miséria de seu povo e a

[10] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, números 5 e 6. Recife, nov/97 e ago/99, pags. 186 e 106, respectivamente.

necessidade de verbas federais para combater os efeitos desse fenômeno. Nasce, assim, a famosa "indústria da seca", tese discutida e cada vez menos aceita no mundo acadêmico, pois tenta explicar um fenômeno sócio-econômico pelo lado moral.

Na divisão dos mercados coube ao Piauí o papel de complementar outras economias, resultando daí um processo de dependência tal que a economia vivia em função do comportamento dos centros mais desenvolvidos. Essa forma de organização econômica resultou em um perverso processo de transferência da maior parte do excedente econômico, em função das trocas desiguais entre produtos primários e produtos industrializados. Guardadas as devidas proporções, esse processo sempre caracterizou as relações comerciais entre países atrasados e países desenvolvidos. A História do Brasil seguiu esse mesmo curso.

A estrutura fundiária piauiense é produto de "uma economia atrasada em todos os aspectos. Faz parte de um conjunto mais amplo do sistema agrário representado pela região do sertão nordestino e, neste sentido, os problemas que afetam esta região estão quase sempre presentes também na economia agrícola do estado, desde problemas climáticos até os de natureza sócio-econômica e política" (Rocha, 1982: 104). O Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 1985, produziu informações que traduzem de forma clara a estrutura fundiária do Piauí, conforme mostra o Quadro seguinte:

QUADRO 3
ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA, SEGUNDO O TAMANHO, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA QUE REPRESENTA

Tamanho da Propriedade	N.º de Estabelecimentos	%	Área que representa (ha)	%
Menos de 10 ha	193.056	71,4	389.562	3,3
10 a menos de 100 ha	57.741	21,4	2.093.822	17,7
100 a 1.000 ha	18.032	6,7	4.434.014	37,5
1.000 a 10.000 ha	1.359	0,5	3.055.596	25,8
10.000 a 100.000 ha	70	0,02	1.352.115	11,4
+ de 100.000	4	0,001	502.935	4,3
TOTAL=	270.262	100	11.828.044	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Piauí, 1985.

A estrutura fundiária do Piauí é a herança mais perversa do modelo econômico e de dominação política que as atuais gerações herdaram do passado. Como mostra o quadro de distribuição da terra no Piauí, mais de 70% dos estabelecimentos, com menos de 10 ha, representam pouco mais de 3% da área do estado, enquanto apenas 04 estabelecimentos (0,001%), com mais de 100.000 ha,

representam uma área superior a 4%. As propriedades com menos de 10 ha e as que vão de 10 ha até 100 ha, que representam 93,8% dos estabelecimentos, eqüivalem a apenas 21% da área total do estado, enquanto as propriedades acima de 1.000 ha, que representam pouco mais de 0,5% dos estabelecimentos, eqüivalem a 41% do total da área do estado.

O Censo (1985) revelou, também, que 80% da produção agrícola é proveniente da pequena propriedade e que 72% dos pequenos produtores rurais não são proprietários de suas terras. O Censo Agropecuário do IBGE (1980) revela que, "considerando-se o conjunto amplo da Pequena Produção Familiar, constata-se que esta forma particular de organização da produção é, surpreendentemente, a responsável pela maior parte da produção agropecuária do Piauí; onde **os estabelecimentos com área de até 100 ha participam da produção agropecuária do Piauí com: 80% da produção de caprinos, 70% de suínos, 43% de bovinos, 83,9% de milho, 75,4% de algodão, 85,9% de feijão, 79,4% de mandioca e com 82,1% da produção de arroz**" (grifo do autor) (Fonsêca, 1995: 16). Seguramente esse é um dos maiores índices de concentração da propriedade privada da terra do país.

Entretanto, é preciso reconhecer que essa realidade, embora muito lentamente, tem sofrido modificações: "os anos 70 registraram algumas mudanças na estrutura de ocupação da mão-de-obra no setor agropecuário piauiense. A participação relativa da mão de obra familiar, que em 1970 chegou a representar 96,8% do pessoal ocupado, em 1975 cai para 94,6% e em 1980, para 85,6%. Observa-se, por outro lado, uma tendência crescente do pessoal em regime de emprego permanente e temporário, quer dizer, uma tendência inversa àquela verificada no período de 1950 a 1970. Todavia, a participação dos empregados permanentes continua bastante baixa, cerca de 0,8% em 1975 e 1,3% em 1980 (...)" (Rocha, 1988: 61).

As propriedades com áreas superiores a 100 ha utilizam a maior parte dos trabalhadores em caráter permanente, cerca de 60%, enquanto as propriedades com menos de 100 ha empregam a maioria dos trabalhadores de forma temporária. De todo modo, o marco de 1970 indicado pelo autor referido indica quase uma unanimidade daqueles que estudam a história recente do Piauí. De fato, a partir dos anos 70, como veremos mais adiante, a economia do estado passa a crescer a um ritmo mais acelerado, apresentando um dinamismo maior, o que vai implicar, mesmo que relativamente, uma maior mobilidade social e uma certa melhoria das condições de vida do conjunto da população.

Neste sentido, é possível afirmar que a estrutura fundiária do Piauí é constituída, do ponto de vista da sua organização básica, pela grande propriedade fundiária e por diversas unidades de produção familiar. A primeira forma se

constitui no latifúndio rentista, destacando-se a pecuária e o extrativismo, e a segunda pelos posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários, responsáveis pela agricultura de subsistência (Bandeira & Neves, 1982: 40).

Os indicadores da estrutura agrária do estado revelam que a reprodução do capital na agropecuária apresenta grandes debilidades. O desenvolvimento das forças produtivas no setor primário está extremamente atrasado. Em geral, o aumento da produção é decorrente, em grande medida, do aumento da população. O baixo nível tecnológico acaba tendo como conseqüência a baixa produtividade do trabalho. A agricultura de subsistência produziu um débil mercado interno.

Na verdade, a estrutura fundiária no Piauí não sofreu grandes transformações, seguindo o mesmo curso do Nordeste: "nos anos 60 e seguintes a proposta de reforma agrária foi abandonada na prática pelos sucessivos governos militares e civis (...). As oligarquias nordestinas, proprietárias das terras de antiga ocupação e sempre bem situadas nas estruturas de poder, continuavam a beneficiar-se dessa opção conservadora. E, após tantos anos de dinamismo econômico, a questão fundiária permanece praticamente intocada, apesar da miséria alarmante que domina nas áreas rurais do Nordeste (...). Os dados confirmam que a concentração fundiária aumentou no Nordeste nas últimas décadas" (Araújo, 1997: 18).

A concentração da riqueza produzida e da propriedade estabeleceu uma sociedade com pouca mobilidade social. Ressalte-se, entretanto, que as características da distribuição da posse da terra no Piauí não é singular em relação ao Nordeste, nem a média geral do país. Portanto, esse fator isoladamente não explica o atraso econômico do estado.

1.3. A INDÚSTRIA

O Piauí teve um desenvolvimento industrial tardio, assim como o Brasil. Segundo Jorge Mattoso, é preciso reconhecer que

> "o Brasil incorporou tardia e lentamente o setor têxtil e o conjunto das inovações do padrão tecnológico e produtivo emergente da Primeira Revolução Industrial de fins do século XVIII e início do século XIX. Enquanto nos países avançados desde a crise de 1876/90 já se questionava o velho paradigma tecnológico e emergia a Segunda Revolução Industrial, no Brasil somente após decorrida várias décadas do século XX consolidou-se uma indústria têxtil que tinha por base uma tecnologia relativamente simples e ancorada na mecânica. Com a

> relativa estabilidade dos padrões tecnológicos neste século, o Brasil pôde iniciar logo após a consolidação da indústria têxtil a apropriação dos avanços da Segunda Revolução Industrial do final do século XIX (1930/55) (...). Ao final da década de 70, portanto, ao mesmo tempo em que se consolidava a complexa indústria do século XX e entrava em crise o regime militar, aflorava um movimento sindical que parecia apresentar condições de reverter as características autoritárias, concentradoras e excludentes do padrão de desenvolvimento brasileiro. No entanto, 'quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial' e emergiu o conjunto de transformações produtivas, tecnológicas, financeiras, geo-políticas e comerciais que abalariam as estruturas da ordem mundial e do mundo do trabalho" (Mattoso, 1995: 121 e 134).

Percebe-se que ainda estão em curso estudos mais concretos acerca das repercussões da "terceira revolução industrial" no Brasil. No entanto, num estudo de bastante fôlego sobre o desenvolvimento industrial recente do país, Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz afirmam que

> "em comparação com os padrões internacionais, no início da década de 1990 uma boa parte da indústria brasileira opera com equipamentos e instalações tecnologicamente defasados, apresenta deficiências nas tecnologias de processo, exibe atraso quanto as tecnologias de produto e dispende pequena fração do faturamento em atividades de P & D. Demonstra, ainda, limitada difusão dos sistemas de gestão de qualidade, tanto de produtos quanto dos processos de fabricação, e apresenta relativa lentidão na adoção das inovações gerenciais e organizacionais , tipo just-in-time, quick response, total quality control e outras. Enquanto internacionalmente as empresas intensificam laços de colaboração, a maior parte da indústria brasileira ressente-se de ausência de interação intensa entre usuário e produtor e carece de relacionamento mais cooperativo entre fornecedores e produtores. Finalmente, apresenta, em geral, um padrão anacrônico de relações gerenciais/trabalhistas, que ainda encara o trabalho como um custo e não como um recurso primordial da produção, dando pouca atenção ao treinamento e à formação de operários polivalentes" (Coutinho & Ferraz, 1994: 33-4).

Marcada pelo modelo agrário-exportador, a economia do Piauí não foi capaz de produzir e acumular riqueza suficiente, para investir na produção e em infra-estrutura, que permitisse um processo de modernização da economia e o

conseqüente desenvolvimento industrial. É importante lembrar que a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e o extrativismo vegetal contribuíram decisivamente para constituição de um arcabouço econômico e social marcado pelo alto nível de concentração da renda e da propriedade privada da terra, bem como pelo caráter predatório da exploração econômica, como foi o caso do extrativismo.

Neste sentido, nos parece correto retomar o dilema da seca. De acordo com Manuel Domingos, "a seca foi fundamental para assegurar o tipo de desenvolvimento urbano-industrial definido para a nação. Sem a 'seca', a força de trabalho nordestina não teria se deslocado para os centros urbanos, onde cumpriu papel econômico de grande relevância. Igualmente, sem a 'seca' nordestina não teria sido possível a ocupação da Amazônia, hoje objeto de intensa exploração de grandes empresas capitalistas. Em meados do século atual, quando o Piauí perdeu definitivamente o papel de área absorvedora dos 'retirantes da seca', passou a assumir progressivamente o papel de exportador de força de trabalho" (Domingos Neto, 1987: 96).

Entretanto, é importante destacar que desde 1950 as taxas de emigração líquida do Piauí são superiores as médias do Brasil e da região Nordeste. A taxas de imigração atualmente representam pouco menos da metade das taxas de emigração, o que demonstra que o Piauí tem sido uma fonte de migrações internas no país.[11]

As primeiras indústrias, de pequeno porte, se instalaram no Piauí na virada do século XIX para o século XX. Nas cidades de Parnaíba e Floriano surgiram indústrias químicas e farmacêuticas para o refino da cera de carnaúba, produção de óleos vegetais e beneficiamento de peles. Teresina, capital do estado desde 1852, além de ser o centro administrativo e forte entreposto comercial, atraiu a indústria têxtil e alimentícia. Com a crise do extrativismo nos anos 50, a indústria parnaibana, maior do Piauí, entra em decadência e a capital se consolida como o grande centro econômico do estado.

A atividade industrial experimentou um crescimento no período de 1960-70, quando comparada com a de outros estados da região Nordeste, mesmo assim constata-se que o processo de industrialização ainda deixava muito a desejar. Somente em 1970 é inaugurada a hidrelétrica de Boa Esperança, a partir da qual começa a se expandir às redes de energia elétrica que irá permitir a consolidação da indústria. Os investimentos do poder público em infra-estrutura fazem prosperar a indústria da construção civil. Deve ser destacado, também, o ramo de confecções, cujo marco é o surgimento da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara, em 1973, e 10 anos mais tarde surge à fábrica de bebidas Antártica, um grande

[11] IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1997.

empreendimento para época, com a finalidade de produzir para o Piauí, Ceará, Maranhão e Pará.

No entanto, o baixo nível de oferta de emprego proporcionada pelas unidades industriais demonstra que o peso desse setor na economia do estado ainda é muito débil. Esse processo histórico talvez explique a situação atual da indústria piauiense, que, em termos de ocupação da mão-de-obra, não é muito diferente da situação do Brasil, relativamente falando, como revela a Tabela seguinte:

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
SEGUNDO O NÚMERO DE EMPREGADOS (1993)

PAÍS REGIÃO ESTADO	Total de Estabelecimentos	DISTRIBUIÇÃO			
		1 a 19 Empregados	20 a 99 Empregados	100 a 499 Empregados	Mais de 500 Empregados
BRASIL	168.935	80,7%	14,1%	4,3%	0,9%
NORDESTE	14.618	81,6%	13,0%	4,1%	1,3%
PIAUÍ	627	87,6%	9,4%	2,2%	0,8%

Fonte: Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (Dados Preliminares).
OBS: Dados relativos aos segmentos das Indústrias Extrativa Mineral e Transformação. Adotada a classificação segundo setor do IBGE.

No setor secundário predomina a indústria de transformação, onde se destacam as manufaturas. "O parque industrial instalado no Piauí está constituído de um conjunto de micro, pequenas e médias empresas predominantemente individuais, caracterizadas pelo uso intensivo de mão-de-obra e baixos níveis de capitalização. Predominam as indústrias de transformação e extrativa (...). Praticamente tudo que se consome no Piauí é importado dos centros nacionais mais avançados (...). As empresas que ocupam maior contingente de mão-de-obra são: Vestuário, Calçados, e Artefatos de Tecidos, Química, Bebidas, Produtos Alimentares, Minerais Não Metálicos e Mobiliários".[12]

Considerado o período de 1980-1996, ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores, a pauta de exportações do Piauí tem sido bem superior a de importações. Em 1995, por exemplo, o estado arrecadou com exportações mais de 67 milhões de dólares e gastou com importações, apenas, pouco mais de 5 milhões de dólares. Em 1998, a exportação rendeu ao estado mais de 58 milhões de dólares, enquanto a importação custou mais de 26 milhões de dólares.[13] Embora esses números estejam distantes de outros estados da região Nordeste, verifica-se, com isto, que a economia está crescendo.

---

[12] PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. **Piauí: Um estado diferente**. 1997, p. 83.
[13] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 6, Recife, ago/99, p. 119 e 148.

Vale ressaltar, no entanto, que desse total da pauta de exportações apenas cerca de 10% é produzido na indústria local, onde os produtos exportados são basicamente confecções e tecidos. Entretanto, é importante destacar que os principais produtos da pauta de exportações do Piauí, cera de carnaúba e policarpina, cujo peso na pauta de exportações, em 1995, foi respectivamente 37,8% e 20,5%, resultam de processos industriais e revelam a importância, atualmente, da indústria para a economia local.[14]

Todavia, quando se observa o número de unidades e o valor da transformação industrial, bem como a oferta de emprego em termos absolutos, verifica-se que o Piauí ocupa as derradeiras colocações no rank nacional (Tabela 3), fato que revela, ainda, a fragilidade do setor industrial no estado.

TABELA 3
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, EMPREGO E
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

PAÍS REGIÃO ESTADO	DISTRIBUIÇÃO (1)								Participação % no VTI (2)	
	ESTABELECIMENTO (3)				EMPREGO (3)					
	1985	Rank	1993	Rank	1985	Rank	1993	Rank	1992	Rank
BRASIL	100%		100%		100%		100%		100%	
NORDESTE	8,43%		8,45%		10,23%		10,05%		8,12%	
PIAUÍ	0,32%	22°	0,37%	22°	0,19%	22°	0,28%	21°	0,13%	22°

Fonte: (1) Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (Dados Preliminares). (2) IBGE – Pesquisa Industrial Anual. (3) Adotada a classificação nacional de atividades econômicas.
OBS: Dados relativos aos segmentos das Indústrias Extrativa Mineral e Transformação.

Segundo dados do IBGE (1997), a População Economicamente Ativa (PEA) do Piauí é de 1.286.389, o que representa 47,6% da população residente, dos quais 59,6% são homens e 40,4% são mulheres. Desse total, 55,3% está na zona urbana e 40,7% faz parte da zona rural. A PEA tem 1.237.710 (96,2%) que constitui a População Ocupada (PO), dos quais 46,8% está no setor primário; 11,1% corresponde ao setor secundário e 40,9% está no setor terciário.[15] A mesma fonte nos indica que em relação à PO, 4,4% está na indústria de transformação, 5,9% está na indústria da construção e 0,8% está em outras atividades industriais.

A década de 90, de um modo geral, representou um considerável arrefecimento da atividade econômica em todo o país, sobretudo pela implementação da chamada modernização conservadora, iniciada no governo

[14] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 5, Recife, nov/97, p. 186

[15] IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios (1997). Síntese de Indicadores Sociais (1998), Departamento de População. Rio de Janeiro, 1999, págs. 11, 84-86 e 108-109. População residente de 2.700.450, baseada na PNAD de 1997.

Collor, que implicou em menos investimentos estatais, abertura indiscriminada das fronteiras econômicas que estabeleceu uma concorrência desigual da indústria estrangeira com a nacional. Um desdobramento inevitável foi o sucateamento da indústria brasileira. Esse processo se agravou com a posterior política econômica voltada para a estabilização da economia levada a cabo, através do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A justificativa era inserir o país em uma nova ordem internacional de um mundo pretensamente globalizado.

Neste sentido, afirmam Coutinho e Ferraz: "o principal constrangimento aos investimentos públicos de fomento às condições sistêmicas da competitividade e aos outros programas de natureza tecnológica, setorial ou regional decorreu da crise fiscal do Estado e da dificuldade de financiar despesas de médio e longo prazos. Mas não se deve confundir estas restrições advindas da crise fiscal – reais e sérias – com uma desistência de intervenção do Estado no campo da competitividade. Com efeito, no Japão, na Alemanha, na França e, hoje, nos EUA, os estados nacionais agem pragmaticamente na defesa ou no reforço da competitividade industrial" (Coutinho & Ferraz, 1994: 38).

Como periferia do desenvolvimento industrial no país, o Piauí tem reagido com dificuldades a todas essas mudanças, onde o emprego tem sido profundamente atingido não apenas com a extinção de postos de trabalho, mas com o fim de diversas funções na produção. Em contrapartida, os dados da tabela seguinte revelam que, em média, o nível de emprego na indústria de transformação no Piauí cresce mais que o mesmo setor industrial no Nordeste e no Brasil.

TABELA 4
TAXAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO E EM TODAS AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

PAÍS REGIÃO ESTADO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO				TODAS ATIVIDADES			
	MÉDIA (1)			1995 (2)	MÉDIA (1)			1995 (2)
	1986-1989	1990-1992	1993-1995		1986-1989	1990-1992	1993-1995	
BRASIL	3,5%	-4,7%	-0,3%	-0,1%	3,2%	-2,2%	0,1%	0,1%
NORDESTE	3,8%	-3,0%	-2,3%	0,2%	2,7%	-1,1%	-0,2%	0,4%
PIAUÍ	4,7%	-1,5%	2,5%	-0,1%	2,9%	-1,0%	-0,1%	0,2%

Fonte: Ministério do Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Lei 4923/65
OBS: (1) Média geométrica anual. (2) Base de comparação: ano anterior.

Provavelmente, o crescimento das taxas de empregabilidade na indústria e no conjunto dos setores econômicos nos anos 80 se deva a maior intervenção do Estado, mesmo na chamada década perdida. Com recursos declinantes, os principais incentivos financeiros concedidos para a indústria no Piauí são provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR-

SUDENE/BNB), que além de financiar a produção, prevê a redução de 50% do imposto de renda das indústrias; o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE-BNB), que financia a médio e longo prazo, com juros subsidiados, programas de desenvolvimento dos setores produtivos; e a Lei Estadual n.° 4.859, de 27/08/96 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, relativos ao ICMS, para a indústria ou para a agroindústria que queiram se instalar no Piauí. Esta lei, diga-se de passagem, é a mais vantajosa do país. No entanto, ainda não conseguiu atrair muitas indústrias para o estado. A principal reclamação dos empresários é que falta, sobretudo, infra-estrutura.

Na realidade, a política de incentivos fiscais se estabelece no país nos anos 90, quando ocorre uma verdadeira guerra fiscal entre os estados. Por isso, ficou extremamente "perigoso" trabalhar com estatísticas baseadas em receitas de impostos por causa da chamada renúncia fiscal. O Piauí perdeu, devido a fragilidade de sua economia, essa corrida entre os estados, particularmente para os seus vizinhos: Ceará e Maranhão. Esta política ganhou força no Brasil em decorrência da implementação das políticas neoliberais, cujo conteúdo pressupõe, no limite, o abandono de qualquer projeto nacional de desenvolvimento.

O primeiro impacto em nosso país se deu em relação as políticas regionais, que foram completamente abandonadas pelo governo federal. Um bom exemplo dessa política foi o completo esvaziamento e enfraquecimento da SUDENE, antes de sua extinção. Neste sentido, "(...) no Brasil dos anos recentes, já no novo contexto da abertura, predomínio da integração competitiva e estabilização, parece se confirmar a tendência de interromper a desconcentração espacial do crescimento que ocorria nos anos 70 e 80, quando a análise é feita em escala macrorregional. Essa interrupção vem sendo comandada pelo mercado e referendada pelas políticas públicas federais de corte nacional/setorial (...). A ausência de explícitas políticas regionais por parte do governo federal abriu espaço à deflagração de uma guerra fiscal entre os estados e municípios (...)" (Araújo, 1997: 31).

Mesmo reconhecendo os problemas de trabalhar com números que se relacionam com a receita de impostos, o quadro a seguir nos revela o peso do setor industrial na economia do Piauí, pelo menos em relação ao principal imposto estadual que é o ICMS:

QUADRO 5
ESTADO DO PIAUÍ
PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO DO ICMS
POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1994-1999)

ATIVIDADE ECONÔMICA	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1. Agricultura, Pecuária e Pesca	0,9%	0,3%	0,26%	0,34%	0,25%	0,4%
2. Produção extrativa mineral	0,15%	0,1%	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
3. Indústria de transformação	18,9%	20,9%	18,4%	16,2%	15%	10,5%
4. Indústria de beneficiamento	0,7%	0,6%	0,5%	0,3%	0,4%	0,6%
5. Indústria de montagem ficadas	0,01%	0,01%	0,06%	0,06%	0,06%	0,3%
6. Indústria de acondicionamento e recondicionamento	0,21%	0,09%	0,05%	0,04%	0,04%	0,008%
7. Comércio atacadista	33,2%	26,7%	26,5%	23,1%	26,7%	25,4%
8. Comércio varejista	35,2%	37,5%	38,1%	38,3%	35,6%	36,6%
9. Serviços e outros	10,7%	13,9%	16%	21,5%	21,8%	26,1%

Fonte: Sistema de Arrecadação de Tributos Estaduais (ICMS, ITCD, IPVA, outras taxas) da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí. Tabela elaborada por Dalton Melo Macambira.

O fato da indústria do Piauí ser responsável por pouco mais de 15% da receita de ICMS do estado é revelador, sobretudo em se tratando de uma região e estado periféricos.[16] Embora os dados sejam de um período um tanto curto (1994-1999), mas bem recente, é possível afirmar que o fim da política de desconcentração produtiva do país, que no caso do Nordeste tem forte vínculo com as políticas desenvolvidas pela SUDENE nos anos 70 e 80, poderá comprometer irremediavelmente esse processo de desenvolvimento industrial.

Sobre o atraso econômico, as dificuldades de desenvolvimento industrial e as perspectivas futuras de desenvolvimento do Piauí e do Nordeste, nos falou em entrevista, com bastante otimismo, o executivo Flávio Germano Magalhães, da Indústria de Confecção de Roupas Guadalajara que pertence ao Grupo Claudino, o maior do estado:

> "O Piauí é um dos estados mais pobres da federação. O que contribuiu para que isso ocorresse? (...). Aqui a mentalidade dos políticos era agir no sentido do benefício próprio e não do estado e o estado era praticamente governado e administrado por um determinado grupo que permaneceu durante muito tempo no poder e as famílias detinham praticamente a posse de todas as terras do estado. Só agora começa a pulverizar mais. (...) O Nordeste está crescendo em uma velocidade

[16] Em 1997 o total arrecadado em ICMS (de janeiro a outubro) no Estado do Piauí representava 0,5% do total do referido tributo estadual arrecadado no país, enquanto a Bahia representava 4,3% (maior do nordeste) e São Paulo representava 39,3% (maior do Brasil). O Nordeste representava 14,3% do total. (Fonte: ICMS – COTEPE – Secretarias de Fazenda, Economia ou Finanças Estaduais). Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO.

> extraordinária em relação ao resto do país. (...) Então o Nordeste vai passar uma fase agora nos próximos 10 anos com um crescimento muito maior que o Sudeste. Se nós tivéssemos um distrito industrial bem montado (...), 10 empresários desses já tinham vindo para cá. A Lei de incentivos fiscais do Piauí é a melhor do Brasil, mas não tem infra-estrutura, dessa forma os empresários não vêm. (...) Mas como é que o governo vai investir se ele não tem recurso nem para o pagamento do funcionalismo? Entretanto é todo um processo e não um único fator para justificar porque o Piauí não tem muitas indústrias".[17]

As idéias defendidas pelo empresário Flávio Magalhães, embora consideradas lugar comum para muitos estudiosos da economia do Piauí, adiantamos que há muita controvérsia sobre o assunto, principalmente sobre a tese que busca explicar o atraso industrial do estado a partir da justificativa da ausência de uma infra-estrutura.

> "Portanto, torna-se incorreta a tradicional afirmação de que a pouca expressão do parque industrial do Piauí deve-se a fatores como pouca agressividade do empresário local, inexistência de incentivos governamentais, reduzida infra-estrutura etc. Mesmo que estes limitantes possam efetivamente existir, o que parece ser inequivocamente decisivo é a posição singular do Piauí no contexto brasileiro, durante os últimos 30 anos. Com vantagem comparativa garantida somente na extração vegetal, o Estado praticamente especializou-se na exportação de derivados do ramo (...). O advento da SUDENE, que engendrou modificações na estrutura industrial do Nordeste, pouco representou em termos de criação de condições efetivas para a industrialização local, uma vez que, antes de tudo, concentrou grande parte dos subsídios em poucos Estados do Nordeste (...)" (Martins e outros, p. 141-2), principalmente na Bahia, Pernambuco e mais recentemente no Ceará.

Para o executivo piauiense, acima citado, a partir de 1994 foram caindo as barreiras que dificultavam a importação de novas tecnologias e as alíquotas de importação caíram a praticamente zero. Esse processo serviu para reduzir os custos de produção da indústria nacional, particularmente da Guadalajara, o que facilitou a concorrência com a empresa estrangeira e com as demais empresas do país, mesmo porque a empresa que ele representa tem sua produção voltada para o centro-sul do Brasil e para os EUA. De acordo com a

[17] Flávio G. Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/98.

opinião de Magalhães o processo em curso irá contribuir em larga medida para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.[18]

Sem entrar no mérito dos interesses de classe, nem dos conceitos e concepções do empresário, particularmente no que diz respeito a abertura indiscriminada das fronteiras econômicas do país, que atingiu seu ápice em 1994, é importante destacar que a possibilidade de importar tecnologia com baixa tributação permitiu um processo de modernização da indústria piauiense.

O otimismo, até certo ponto exagerado, do empresário piauiense, revela uma opinião baseada, sobretudo na idéia de um avanço das políticas de desconcentração produtiva que, iniciada nos anos 60/70, estariam atingindo seu apogeu nos anos 90, a partir da abertura econômica e da estabilidade monetária, possibilitando a importação de novas tecnologias a custos relativos mais baixos em decorrência da sobrevalorização cambial. Ocorre que vivemos um momento de profundas contradições.

A concorrência estrangeira deve levar, tendencialmente, o governo e o capital privado a investirem nos centros mais competitivos, isto é, nas regiões Sul e Sudeste, ao contrário do que se verificou nas décadas anteriores. "Os dados mostram claramente uma divisão de trabalho entre as regiões brasileiras, pois uma importante parcela dos segmentos produtivos que definem a dinâmica da economia nacional tende, mais uma vez, a se concentrar nas regiões onde teve início e se consolidou a indústria moderna brasileira" (Araújo, 1997: 27).

Segundo Tânia Bacelar Araújo, esse processo de reconcentração produtiva em curso, principalmente da atividade industrial, tende a reservar às regiões, como a Nordeste, sobretudo em seus espaços mais competitivos, os segmentos mais leves da indústria, de menor densidade de capital que procuram mão-de-obra de baixo custo. Ou seja, viriam para as regiões de menor nível de desenvolvimento do país as indústrias de minerais não-metálicos, têxtil, calçados, alimentos, bebidas, papel e celulose, entre outras, enquanto para o Sudeste continuaria reservado o espaço para os segmentos básicos da chamada indústria pesada: metal-mecânico, automobilístico e químico.

No caso do Nordeste, vale ressaltar que os focos mais competitivos, que podem atrair investimentos de capital, não estão no Piauí, mas no estado da Bahia, que se destaca na atração de investimentos, tanto públicos, quanto privados.

1.4. COMÉRCIO E SERVIÇOS

[18] Flávio G. Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/98.

Na realidade, o grande consumidor, investidor, empregador e incentivador da ocupação da mão de obra no Piauí é o Estado, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Entretanto, é preciso reconhecer que o fato do poder público ser o grande empregador no estado não se constitui em nenhuma novidade. Desde a criação de Teresina, em meados do século XIX, é comum encontrar nas mensagens que os governadores do Piauí encaminham à Assembléia Legislativa, a reclamação do peso excessivo da folha de pagamento dos funcionários públicos no orçamento do estado. A dependência dos investimentos governamentais para o incremento da economia do estado, debilitou as suas receitas, particularmente para pagar o funcionalismo. A partir dos anos 60, do século atual, torna-se comum os constantes pedidos de transferências federais e operações de crédito para cobertura dos déficts nas contas públicas.

A relação de subordinação dos governos locais em relação ao poder central, que nasce no Império e ganha contornos mais definidos na República, tinha como justificativa a debilidade da economia do estado e teve como desdobramento à constituição de uma prática política, por parte das elites locais, cujo pressuposto significa a mais absoluta subserviência ao poder executivo federal. "Tanto o poder Imperial quanto o Republicano firmaram pactos com as grandes famílias piauienses, baseados no respeito ao direito destas em exercer o poder local, ou seja, a não ingerência nos negócios da Província/Estado e o apoio invariável ao Poder Nacional" (Martins e outros, 1979: p 87).

Nos últimos anos o setor de serviços tem se revelado o mais forte da economia do país. Se levarmos em conta a participação de cada setor na composição do PIB, veremos que isto também se verifica no Nordeste e particularmente no Piauí, como pode ser observado pelos dados constantes da Tabela 5. Na mesma Tabela é possível perceber, também, a redução drástica do setor agropecuário e um razoável crescimento industrial, particularmente no Piauí.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETORES ECONÔMICOS

ANO	1985			1998 (*)		
SETOR	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
PIAUÍ	27,0%	18,0%	55,0%	10,5%	28,1%	61,4%
NORDESTE	18,1%	24,6%	57,3%	9,1%	26,4%	64,5%
BRASIL	9,7%	39,7%	50,6%	10,7%	34,8%	54,5%

Fonte: IBGE – DPE/DECNA; SUDENE-DPO/IPL/CRG.[19] (*) Dados preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.

[19] SUDENE. Agregados Econômicos Regionais – Nordeste do Brasil (1965-1998), Recife, 1999, p. 69 e SUDENE. Região Nordeste do Brasil em Números, nº 3. Recife, dezembro de 1999, p. 44.

Para compreender melhor a importância do setor terciário na economia do Piauí, lembramos que uma retrospectiva da história econômica do estado revela um setor primário e secundário com muitas fragilidades, o que exigiu, a partir de certo momento, uma grande participação do poder estatal no fomento do emprego público e ao conseqüente desenvolvimento do setor de serviços.

Esta análise parte do pressuposto que "o Piauí é, indiscutivelmente, uma unidade extremamente debilitada em se falando de atividades produtivas. Com o campo em permanente crise e um setor industrial incipiente, resta ao setor terciário o comando da economia do Estado. Tal quadro é flagrantemente percebido desde o início do século atual. Mesmo as cinco primeiras décadas do século, caracterizadas pelo boom do extrativismo vegetal no Estado, mostraram o comércio atacadista como elemento de vital importância e grande beneficiário daquele processo" (Martins e outros, 1979: p 144).

Mostramos anteriormente (Quadro 5) que o setor terciário é responsável por mais de 80% da arrecadação de ICMS no Piauí, sobretudo se levarmos em conta que esse setor responde por 89,7% das empresas registradas na Secretaria de Fazenda, enquanto o setor secundário representa 8,5% e o setor primário corresponde a apenas 1,8% das firmas.[20] Para comprovar a enorme importância do setor terciário para a economia do Piauí, recuperamos determinados dados que demonstram o peso de cada setor da economia no PIB total do estado. Como pode ser visto, num período que vai de meados dos anos 80 ao final dos anos 90, isto é, quase uma década e meia, o setor de serviços representou mais de 50% do total do PIB do estado, conforme revela o quadro seguinte.

QUADRO 6
ESTADO DO PIAUÍ
PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL DO PIAUÍ (1985-1998):

ANOS	SETORES		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1985	27,0%	18,0%	55,0%
1986	28,3%	16,4%	55,3%
1987	22,1%	20,5%	57,4%
1988	26,5%	19,4%	54,1%
1989	24,1%	20,5%	55,4%
1990	20,4%	22,3%	57,3%
1991	25,0%	20,0%	55,0%
1992	16,3%	23,5%	59,2%

[20] PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. **Piauí: um estado diferente**. Teresina, 1997, p. 96.

1993	12,3%	25,4%	62,3%
1994	18,0%	25,0%	57,0%
1995	19,1%	23,6%	57,3%
1996 (*)	17,8%	23,7%	58,5%
1997 (*)	14,0%	26,5%	59,5%
1998(*)	10,5%	28,1%	61,4%

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais. (*) Dados Preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.[21]

Percebe-se que a economia piauiense caracteriza-se por uma elevada participação do setor teciário na composição sua renda interna. No período acima indicado (1985-1998) a participação média desse setor foi de 57,5%, enquanto o setor secundário teve um desempenho médio de 22,6%, seguido do setor primário com 18,6%.[22] Verifica-se, portanto, uma hipertrofia do setor de serviços. Como vimos anteriormente o peso do subsetor governo no terciário é muito grande, em detrimento dos chamados setores produtores de bens (primário e secundário). Essas características são típicas de regiões ou áreas subdesenvolvidas.

A divisão da economia em três setores, no entanto, é uma simplificação. Não podemos desconhecer os profundos vínculos e relações de interdependência existentes entre a agropecuária, a indústria e o setor de comércio/serviços. Cometeríamos um grave erro de natureza metodológica e conceitual se não reconhecermos tal fato. Entretanto, mesmo sabendo que a utilização compartimentada desses fatores produz distorções, principalmente nas atividades primárias, estamos utilizando esses dados apenas como referência para detectar, mesmo relativamente, o peso de cada setor na economia do estado.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os planos de desenvolvimento elaborados por sucessivos governos do Piauí, principalmente a partir de 1975, são praticamente unanimes em reconhecer a necessidade da intervenção governamental para superar o atraso econômico. Reconhecem a manutenção da estrutura fundiária como principal obstáculo e reafirmam a "vocação" da agropecuária como base da economia

[21] SUDENE. Agregados Econômicos Regionais: Nordeste do Brasil (1965-1998). Recife, 1999, p. 69 e 74.

[22] Optamos por trabalhar com os valores a preços de 1980 (Tabela 5 e Quadro 6) por considerarmos que assim nos aproximamos mais do real peso de cada setor na composição do Produto Interno Bruto. Durante o Plano Real, enquanto os preços dos setores primário e secundário estavam mais sujeito a alguma forma de controle, os preços do setor terciário tiveram uma maior possibilidade de flutuação. Nesse caso, trabalhar com os valores correntes, pode levar a distorções na medida em que um determinado setor é superestimado.

estadual. Mesmo assim o latifúndio improdutivo nunca foi tocado, os trabalhadores continuam sem ter direito a terra e o pequeno produtor rural, responsável pela maior parte da produção no campo, continua sem ter acesso facilitado ao crédito agrícola.

Em relação ao setor industrial e de serviços, as ações dos diversos governos são muito pontuais, uma vez que esses setores, de um modo geral, não estão considerados nos modelos de desenvolvimento pensados para o Piauí. A falta de uma infra-estrutura que dê suporte a estas atividades se constitui em uma demonstração inequívoca dessa realidade. O baixo dinamismo da economia do Piauí sempre dependeu muito mais dos gastos públicos para seu crescimento do que da expansão das atividades produtivas.

Entretanto, "Nas condições atuais do país, sem um projeto claro de inserção gradual e negociada na economia mundial, com um Estado em crise e incapaz de definir políticas econômicas (agrícola, industrial regional, de ciência e tecnologia) que estabeleçam o conteúdo desta inserção, com uma administração que tende cada vez mais a deixar para o mercado auto-regulado o comando da atividade produtiva e de sua localização, são bastante concretas as possibilidades de crescente marginalização das economias regionais periféricas, as quais, com estruturas produtivas bem mais frágeis, podem ser varridas do mapa sem a presença regulatória do Estado" (Guimarães Neto, 1997: 49).

TABELA 6
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB REAL DA REGIÃO NORDESTE E ESTADOS, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS (1985-1995)

ESTADOS	SETOR AGROPECUÁRIO	SETOR INDUSTRIAL	SETOR SERVIÇOS	TOTAL
Maranhão	3,8%	6,2%	5,8%	5,8%
Piauí	**-0,4%**	**6,5%**	**4,2%**	**3,7%**
Ceará	-3,8%	1,7%	4,4%	2,9%
Rio Grande do Norte	-4,9%	6,7%	5,5%	5,4%
Paraíba	-5,7%	4,0%	5,2%	2,6%
Pernambuco	-1,9%	2,1%	4,0%	3,0%
Alagoas	-1,1%	1,1%	2,1%	1,4%
Sergipe	-3,4%	2,5%	2,4%	1,7%
Bahia	-0,3%	1,6%	3,1%	2,3%
Nordeste	**-1,4%**	**1,9%**	**3,3%**	**2,4%**

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais

No entanto, se é verdade que na economia do Piauí "o desempenho global da economia teve suporte, principalmente, nas elevadas taxas de crescimento da agropecuária (5,2%) e dos serviços (5,4%) em 1995" (Silva Filho, 1997: 8), no período indicado na Tabela 6 (1985-1995), o setor industrial teve o melhor desempenho (6,5%), enquanto o setor de serviços vem a seguir (4,2%) e o setor primário teve resultado negativo (-0,4%). Esses dados também revelam que o crescimento médio do setor secundário do Piauí, no Nordeste, só foi inferior ao do estado do Rio Grande do Norte (6,7%) no mesmo período.

A economia piauiense, como afirmamos anteriormente, revelou um certo dinamismo no período 1970-1995, superando a média geral e em cada setor do país e da região. Se analisarmos a taxa média anual de crescimento do PIB real dos estados da região Nordeste em cada setor econômico, no período 1985-1995, veremos que o Piauí atingiu a terceira taxa de crescimento do PIB global (3,7%), sendo superado apenas pelos estados do Maranhão (5,8%) e Rio Grande do Norte (5,4%), conforme pode ser constatado na Tabela 6.

Neste sentido, não podemos concluir, como todos os planos de desenvolvimento dos diversos governos que passaram pelo estado apontaram, sobretudo a partir do início dos anos 70, que a agropecuária se constitui na grande "vocação" para o desenvolvimento da economia do Piauí. De acordo com Veloso Filho, "(...) não se pode afirmar que o Piauí é um estado com 'vocação agrícola', e que este é o setor a partir do qual se deve promover o crescimento e a modernização econômica. Como era esperada, a participação relativa do assim chamado setor primário supera as médias do país e da região, mas é decrescente. Na economia estadual, constitui o setor com desempenho menos favorável, em termos de taxas de crescimento, e com as maiores oscilações, repercutindo negativamente no produto total" (Veloso Filho, 1998: 57). A Tabela seguinte comprova a opinião do autor para o Piauí e, em certa medida, para a Região Nordeste.

TABELA 7
PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL DOS ESTADOS DO NORDESTE, REGIÃO NORDESTE E BRASIL (1998)

ESTADOS	SETOR AGROPECUÁRIO	SETOR INDUSTRIAL	SETOR SERVIÇOS	TOTAL (%)
Maranhão	10,7%	23,3%	66,0%	100
Piauí	**10,5%**	**28,1%**	**61,4%**	**100**
Ceará	4,1%	30,5%	65,4%	100
Rio Grande do Norte	2,1%	47,1%	50,8%	100
Paraíba	5,8%	30,1%	64,1%	100
Pernambuco	6,4%	24,7%	68,9%	100
Alagoas	16,5%	33,1%	50,4%	100
Sergipe	6,8%	48,1%	45,1%	100
Bahia	11,6%	27,8%	60,6%	100
Nordeste	**9,1%**	**26,4%**	**64,5%**	**100**
BRASIL (1)	**10,7%**	**34,8%**	**54,5%**	**100**

Fonte: IBGE-DPE/DECNA; SUDENE-DPO/IPL/CRG.[23]
Nota: Dados preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.

O desenvolvimento recente da economia do Piauí, assim como o conjunto da região Nordeste, revelou, como afirmamos anteriormente, um certo dinamismo, proporcionado, provavelmente, por um maior contingente de investimentos estatais que teve como conseqüência a elevação da expectativa de vida, que era de 47,7 anos em 1960 e passou para 62,5 anos em 1995, e a redução da mortalidade infantil que era de 136,8 por mil em 1960 e passou para 49,1 por mil em 1995.[24]

Um fator que seguramente tem contribuído para mascarar esse desempenho é o crescimento da população residente que tem avançado em um ritmo inferior a média do país e da região nos anos 80 e 90. A taxa geométrica de crescimento anual caiu de 1,69/100 em 1960 para 1,43/100 em 1995.[25] "É possível que a melhor dotação de recursos naturais, especialmente recursos hídricos, e a menor densidade demográfica do Piauí favoreçam a subsistência das pessoas, enquanto que as outras partes da região uma maior proporção de pessoas tem que sobreviver em ambientes nos quais predominam condições ainda mais adversas"

[23] SUDENE. Região Nordeste do Brasil em Números, nº 3. Recife, dezembro de 1999, p. 44.
[24] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 5. Recife, nov/97, p. 250
[25] SUDENE. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, nº 5. Recife, nov/97, p. 250

(Veloso Filho, 1998: 63). Outro aspecto que deve ser considerado é que em 1995 a taxa de emigração líquida era o dobro da taxa de imigração líquida.[26]

O futuro é incerto. Mais do que nunca o futuro é incerto. Todo projeto de integração nacional iniciado no governo JK e acelerado durante a ditadura militar, através da tentativa de desconcentração produtiva, está sendo deixado de lado. O abandono de qualquer perspectiva da construção de um projeto nacional de desenvolvimento vem junto com o fim das políticas regionais que visavam reduzir as desigualdades entre as várias regiões do país. "Rumamos, agora, para aprofundar as diferenciações pré-existentes, cada um olhando para si próprio, cada subespaço buscando suas próprias definições e montando suas articulações. Os atores globais também farão suas escolhas" (Araújo, 1997: 33). Na opinião da autora, o processo de reconcentração produtiva pode levar a fragmentação da região Nordeste, o que, em tempos de globalização, fragilizaria ainda mais a economia do país, particularmente a dos estados periféricos.

[26] IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1997.

CAPÍTULO II

2. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM DEBATE TEÓRICO

2.1. SOBRE O CONCEITO E AS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO

A origem do pensamento neoliberal vincula-se a uma série de pensadores que formularam seus postulados básicos ao final da segunda conflagração mundial. Entre eles podemos destacar Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises, Karl Popper, entre outros. O texto que deu origem aos postulados neoliberais foi "O Caminho da Servidão", escrito por Hayek em 1944. Esse título, aliás, de acordo com o próprio autor, refere-se aos comentários de Alexis De Tocqueville sobre o papel do Estado em seu famoso trabalho "Democracia na América". Hayek entendia

> "que essa descrição antes confirma plenamente o que De Tocqueville previu sobre o 'novo tipo de servidão', que apareceria quando, 'depois de ter subjugado os membros da sociedade, modelando-lhes o espírito a seu bel-prazer, o Estado então estende seus braços sobre toda a comunidade. (...). 'Tal poder não destrói a existência, mas a torna impossível; não tiraniza, mas comprime, debilita, abafa e entorpece um povo, até que cada nação seja reduzida a nada mais do que um rebanho de tímidos animais industriais, cujo pastor é o governo. - Sempre pensei que uma servidão disciplinada, pacata e suave, como a que acabo de descrever, pode ser combinada, mais facilmente do que em geral se pensa, com algumas formas exteriores de liberdade, e que poderia mesmo estabelecer-se sob as asas da soberania popular'. Entretanto, indo além do pensador francês, Hayek arremata: "o que De Tocqueville não considerou, foi por quanto tempo tal governo permaneceria nas mãos de déspotas benevolentes, uma vez que seria tão fácil para qualquer grupo de rufiões conservar-se indefinidamente no poder, calcando aos pés todo o decoro tradicional da vida política".[27]

---

[27] HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão.** 2ª ed., Trad. Leonel Valandro. Porto Alegre, Globo, 1977. (Prólogo da edição norte-americana de 1975).

Segundo Perry Anderson, essas idéias se constituíram em "uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. (...). Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado" (Anderson, 1995: 9). Na realidade, o conjunto das idéias de Hayek se confrontava, naquele momento, com o Estado socialista, que não havia sido atingido pela grande depressão iniciada nos anos 30. Para ele o caminho adotado pelos países capitalistas centrais para superar a crise, Keynesianismo europeu ou o New Deal norte-americano, era o do Estado socialista, cujas medidas diziam respeito a uma economia planejada, planificada ou centralizada e significavam uma ameaça letal às liberdades política e econômica, próprias do capitalismo, e conduziria a sociedade à uma "servidão moderna".

Para os pensadores neoliberais o mercado é o único instrumento para a obtenção da liberdade política e econômica. Segundo Milton Friedman, "a ameaça fundamental à liberdade consiste no poder de coagir, esteja ele nas mãos de um monarca, de um ditador ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a maior eliminação possível de tal concentração de poder (...). Removendo a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo" (citado por Teixeira, 1996: 229). O pressuposto, claramente expresso, revela que somente uma economia de livre mercado é capaz de garantir a liberdade para o conjunto da humanidade.

Nesse período, essas idéias eram absolutamente minoritárias do ponto de vista das políticas de Estado e da intelectualidade liberal-burguesa. Entretanto, a profunda crise do capitalismo nos anos 70 e as enormes dificuldades vivenciadas pelo Estado de bem-estar, serviram como reforço às idéias dos pais do novo liberalismo. Para Hayek e seus aliados, "as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais" (Anderson, 1995: 10).

Na realidade, o que Hayek & Cia não admitia é que o crescimento da força dos sindicatos, conquistando sistemas nacionais de contratação coletiva e organização por local de trabalho, nos países capitalistas desenvolvidos, retirasse do mercado a exclusividade na determinação dos salários e das condições de trabalho, e onde Estados e sindicatos assegurassem a transformação dos ganhos de produtividade em salários, através de políticas sociais compensatórias.

Esta visão significava que, para manter os lucros do capital, o Estado não deveria perseguir a meta do pleno emprego, porque isso encareceria o preço da força de trabalho, bem como o Estado não deveria se preocupar com uma política de distribuição de renda, através das chamadas políticas sociais compensatórias.

Sabemos que o Welfare State foi produto das disputas ideológicas decorrentes da guerra fria, da exploração sobre o Terceiro Mundo e da elevada produção de riquezas verificada no pós-1945. O neoliberalismo surge, então, como alternativa hegemônica à crise de três modelos de Estado materializados no pós-guerra: o Estado de bem-estar social, o Estado socialista e o Estado desenvolvimentista, cujo modelo de desenvolvimento industrial se deu via substituição de importações (caso brasileiro).

O Neoliberalismo caracteriza-se como um conjunto de idéias que defende a transferência para a esfera do mercado (privado) das atribuições do Estado (público), o que alguns autores chamam de Estado mínimo, embora seja absolutamente distinto do liberalismo clássico do século XIX. Ou seja, o Estado liberal que entrou em crise nos anos 30 não estaria simplesmente sendo reeditado. O novo liberalismo parte do pressuposto que o Estado deve se ausentar como órgão regulador das questões sociais, mas deve ser profundamente interventor quando se tratar de defender os interesses do capital, justamente para evitar a repetição do desastre de 1929. Para Osvaldo Coggiola,

> "economicamente, e contrariamente à apregoada 'ideologia de mercado', estamos diante de uma violenta reação anti-liberal (se é que o termo 'liberalismo' conserva algum sentido econômico) que concretiza a mais violenta intervenção estatal na economia de que se tem memória na história do capitalismo. Apesar de todos os acordos de livre-comércio, a realidade mundial é a de um crescimento espetacular do protecionismo, expressão da guerra comercial entre as potências capitalistas (a tentativa de constituição de blocos econômicos também obedece a essa tendência). Principalmente, porém, e especial e crescentemente desde a declaração da inconvertibilidade do dólar pelo governo Nixon em 1971, o capitalismo se sustenta graças à intervenção direta e cotidiana dos Estados nos mercados monetário e financeiro, cujo desabamento implicaria no desabamento ulterior do comércio e da indústria" (Coggiola, 1995: 197).

Na opinião de Armando Boito, o neoliberalismo "trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais (...)" (Boito Júnior, 1996: 80-1). Neste sentido, a tese da redução do papel do Estado é discurso ideológico das grandes potências para a periferia do mundo capitalista.

Segundo Décio Saes, os pilares desta doutrina, que se constitui em uma espécie de receituário a ser seguido pelos países atrasados, pressupõem:

1) política de privatização das atividades estatais - não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais, como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, Banco Central, a Receita Federal, etc...;

2) política de desregulamentação, isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular), nesse último caso significa a flexibilização de direitos sociais dos trabalhadores com o fim dos mecanismos de proteção ao trabalho, muitos dos quais consagrados universalmente, bem como a retirada do Estado como instrumento regulador das relações capital-trabalho, oferta-demanda, etc; com o conseqüente fim das atribuições sociais do Estado;

3) política de abertura da economia ao capital internacional: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico", no caso dos países "dependentes" é imposta uma política de abertura dos mercados ou das fronteiras econômicas (Saes, 1996: 11).

A ascensão ao poder de M. Thatcher na Inglaterra (1979) e de R. Reagan nos Estados Unidos (1980) marcou a implementação prática dessas idéias no mundo. No Brasil essas idéias começaram a ser implementadas no Governo Collor (1990) e tem continuidade com o governo F. H. Cardoso (1995). O receituário utilizado para resolver a crise dos anos 70, que pela primeira vez combinava baixas taxas de crescimento com altas taxas inflacionárias, além dos já indicados, implicava: contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros; diminuição da tributação sobre o capital; elevação do desemprego; legislação anti-sindical e anti-greve e redução dos gastos sociais.

A hegemonia dessas idéias, em escala mundial, se consolida com a "queda do muro", o fim da URSS e a desarticulação do bloco socialista. Por estas razões, consideramos preciosa a análise que Vizentini faz dos acontecimentos que marcaram o final do século XX. Afirma o autor:

"(...) o fim do campo socialista indiretamente conduz a um 'descongelamento' da história mundial e coloca em cena uma dinâmica nova e acelerada, cujos resultados são ainda imprevisíveis. Na agonia da velha ordem, uma nova se esboça, mas seus contornos ainda são obscurecidos por lutas políticas indefinidas. No plano macro-histórico, o fim do campo socialista e da URSS coroam uma vigorosa contra-revolução social. As repercussões já se fizeram sentir com a acelerada erosão das conquistas sociais em nível mundial.

> Trata-se de uma derrota do trabalho, e não apenas da burocracia do socialismo real. O erro de alguns é acreditar que essa derrota conduzirá a uma atenuação dos conflitos sociais. A situação econômico-social atual aponta justamente numa direção oposta. E, muito provavelmente, este fenômeno não se circunscreverá à política interna dos Estados, adquirindo, pelo contrário, uma importante dimensão mundial" (Vizentini, 1992: 126).

Segundo Francisco Teixeira, a implementação do neoliberalismo significa pretensamente "que o mercado desempenha um duplo papel na promoção de uma sociedade livre. De um lado, porque garante a liberdade econômica, (...). Em segundo lugar, o mercado é um instrumento para a obtenção da liberdade política. Daí a necessidade, para a teoria neoliberal, de mostrar que o mercado é um mecanismo intranscendível no processo de produção e reprodução de vida social" (Teixeira, 1996: 230). De acordo com essa doutrina o mercado sempre existiu, sendo, portanto, uma instância natural da sociedade humana e não uma criação dos homens.

Por isto, é necessário construir o "reino do mercado", qualquer Estado ou sociedade que não seguir esse caminho estará fugindo do destino "natural" da humanidade, o que implicaria em um equívoco histórico. O neoliberalismo quer recuperar a postura predatória do início do capitalismo, buscando eliminar todos os movimentos que, de alguma forma, inibam o mercado de se desenvolver livremente, ou seja,

> "O neoliberalismo aparece como uma reedição, ampliada e aperfeiçoada, ainda mais perversa, do americanismo. Para realizar esta tarefa o capitalismo uma vez mais terá que negar sua própria cidadania. A concepção segundo a qual os direitos sociais podem ser expandidos e através deles se incorporar o conjunto da sociedade é agora claramente subversiva ao capital. A cidadania vista como conquista dos direitos individuais e políticos tem no ideário do século XX uma continuidade: a conquista de direitos sociais. (...) Os direitos sociais implicam obviamente na questão redistributivista. Vale dizer: tocam, no essencial, na questão da propriedade. Aqui, revela-se claramente a contradição entre a apropriação privada e produção social. (...) Para eles só o mercado (...) era natural. Este princípio é agora retomado. A única sociabilidade 'natural' é a do mercado. O demais é pura irracionalidade" (Dias, 1996: 41-2).

Todas essas transformações fortalecem as potências capitalistas centrais, que subjugam aos seus interesses o processo de globalização da economia

mundial. Para Lipietz, uma das principais causas da crise do fordismo foi a acirrada competição internacional que mundializou os mercados e a produção: "Desde os fins dos anos 60, a competitividade do Japão e da Europa (...) tinha alcançado e superado a dos Estados Unidos. A balança comercial americana tornava-se estruturalmente deficitária. O dólar abandonou sua referência (totalmente teórica) ao ouro: sua primeira desvalorização de combate. A guerra comercial estava declarada" (Lipietz, 1991: 44).

A lógica da implementação do projeto neoliberal é tão perversa que parece não conviver harmoniosamente com resistência e oposição, ou seja, com a democracia. O tratamento que a "dama de ferro" dispensou à greve dos mineiros ingleses (1984-1985) e mais recentemente a postura do governo e do poder judiciário no Brasil em relação à greve dos petroleiros (1995), revela, em certa medida, a dimensão da gravidade do problema e as ameaças que, de alguma forma, pairam sobre a democracia. Não podemos esquecer que a primeira experiência neoliberal, no mundo, ocorreu no Chile e a sua implementação só foi possível por causa do golpe militar e da ditadura de Pinochet. Por esta razão, o próprio Hayek considerava a democracia um valor secundário e entendia a desigualdade e a concorrência como valores positivos.

> "Em vários dos ensaios de Hayek, aparece um tema obsessivo: os danos causados à liberdade pelo 'excesso de governo'. Em apoio a essa tese, denuncia uma tendência da modernidade ocidental: a 'democracia ilimitada' tende a engendrar um tipo de economia dirigida, que por sua vez leva a um governo com poderes totalitários. Haveria assim um conflito entre o capitalismo e a organização democrática vigente, porque esta última propicia e estimula uma progressiva expansão do controle governamental sobre a vida econômica. Ou de outro modo (o autor cita o próprio Hayek): 'o liberalismo é, portanto, incompatível com a democracia ilimitada, tanto quanto é incompatível com todas as outras formas de governo ilimitado'. (...) 'Uma democracia pode empunhar poderes totalitários, e é pelo menos concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais'. 'Devo confessar que prefiro governo não democrático sob a lei a governo democrático ilimitado (e portanto essencialmente sem lei)' (...)" (Moraes, 1996: 124).

Os antecedentes históricos das idéias neoliberais para a América Latina remontam ao ano de 1989, quando reuniram-se em Washington, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais tais como: FMI, Banco Mundial e BID, com o objetivo de fazer uma avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina. "Nessa

avaliação (...) registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região (...). Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando (...) como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral" (Batista Júnior, 1994: 5).

Dessa forma, o "Consenso de Washington" procurou adaptar o neoliberalismo para os países do terceiro mundo, particularmente para a América Latina, que "precisavam" de ajustes em suas economias. Entretanto, para Paulo Nogueira Batista Júnior,

> "O Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. O diagnóstico e a terapêutica são virtualmente idênticos tanto para um imenso Brasil, já substancialmente industrializado, quanto para um pequeno Uruguai ou Bolívia, ainda na fase pré-industrial. Não diferem muito, por incrível que pareça, do que o FMI e o Banco Mundial estão recomendando à Europa oriental na sua transição para a economia de mercado. Os resultados do neoliberalismo na América Latina, (...). "Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas que deixam perplexa a burocracia internacional baseada em Washington e angustiados seus seguidores latino-americanos"(Batista Júnior, 1994: 40).

Os problemas enfrentados, nos anos 90, por México, Argentina e pelos "tigres" asiáticos são exemplos emblemáticos. Todos eles, inclusive o Brasil, implementaram ou implementam, de uma forma ou de outra, o receituário neoliberal imposto, isto é, disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual. Ou seja, redução do tamanho do Estado e abertura da economia (Teixeira, 1996: 224-5).

O processo de privatização nos países dependentes, inclusive de setores estratégicos da economia, compromete a sua soberania e impede o Estado de implementar políticas públicas. A abertura dos mercados, tal como vem sendo defendida, liquidará, segundo alguns autores, a indústria desses países, gerando

desemprego nos países atrasados, e o aumento dos postos de trabalho no primeiro mundo e, no limite, impedirá qualquer projeto nacional de desenvolvimento. A desuniversalização de direitos e de proteção ao trabalho atende à lógica da competitividade entre as empresas.

Para Mészáros, entretanto, a nova ordem mundial forjada pela globalização das relações internacionais, ao contrário das previsões otimistas de paz eterna, tende a acirrar as disputas interimperialistas pelos mercados mundiais, tornando ainda mais instável a diplomacia entre as nações ao demonstrar que "decerto, a salvaguardada exploração neocolonialista de mais valia absoluta segue perfeitamente os interesses do 'capital metropolitano' e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis" (Mészáros, 1989: 69). A visão do autor demonstra que permanece o mesmo fator de instabilidade que contribuiu para a falência do padrão fordista de acumulação de capital.

No entanto, o impacto dessa nova ordem sobre o mundo do trabalho, embora ainda não esteja totalmente conformado, é drástico, principalmente sobre a organização sindical como instrumento histórico de defesa dos interesses dos trabalhadores. Chega-se a falar até que, nessa nova configuração do mundo, os sindicatos perderam o sentido de existir.

2.2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

Paralelo à implementação do projeto neoliberal, em escala mundial, desenvolve-se a reestruturação produtiva do capitalismo, como forma do mundo capitalista enfrentar a crise do padrão fordista de acumulação de capital. Segundo alguns autores, esse processo é o resultado da revolução técnico-científica dos anos 60-70 e de acordo com outros estudiosos do tema, estaríamos vivendo "a Terceira Revolução Industrial". De todo modo, brotam dessas transformações novas tecnologias como a microeletrônica, a informática, a robótica, a informação via satélite, a automação flexível, novos materiais, novas formas de energia, etc. Esse conjunto de inovações está provocando uma mudança no padrão de acumulação do capital, que tem levado a um processo de transição do taylorismo/fordismo para um modelo superior, o toyotismo ou pós-fordismo.

Entendemos que para compreender o neoliberalismo e a reestruturação produtiva em curso, é necessário resgatar a análise gramsciana sobre o fascismo, enquanto processo de reestruturação do Estado, e do americanismo (taylorismo/fordismo), enquanto processo de reestruturação das relações de produção capitalistas. Em "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", Gramsci

procura analisar as transformações que estavam ocorrendo na virada do século XIX para o século XX devido a emergência de um novo padrão de acumulação de capital, decorrente da chamada Segunda Revolução Industrial, o paradigma fordista de produção no mundo capitalista, e a eclosão da Revolução Russa de 1917.

Para Gramsci, o americanismo (taylorismo/fordismo), nascido nos Estados Unidos e o Fascismo italiano se constituem em formas de reestruturação do capital, visando superar a crise do capitalismo, evitar a revolução socialista e a construção de uma hegemonia proletária. O objetivo era manter a classe operária no campo econômico-corporativo, limitando a luta de classes ao horizonte da "guerra de posições" (Gramsci, 1976: 91-2), ou seja, para consolidar o caminho da "revolução passiva" (Gramsci, 1976: 75).

O autor mostra que o americanismo e o fascismo representam tipos de "revolução passiva" quando afirma que "no geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para uma economia programática", isto é, a substituição do liberalismo clássico, em crise, por um modelo que pressupõe um Estado forte e interventor, o fascismo (Gramsci, 1976: 375-6).

Segundo Gramsci, o americanismo significava um novo horizonte civilizatório, cuja racionalidade pressupunha a construção da hegemonia dentro da fábrica, ou seja, ganhar ideologicamente o operário para consolidar os interesses do capital, combinando, para tanto, coerção e convencimento: "A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia" (Gramsci, 1976: 381-2).

Entretanto, Gramsci ressalta que "na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção: até agora esta elaboração acha-se na fase inicial (...). É ainda a fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, (...); ainda não se colocou a questão fundamental da hegemonia. Luta-se com armas apanhadas no velho arsenal europeu (...)" (Gramsci, 1976: 382). O autor italiano sinaliza, desta forma, a possibilidade da construção de uma alternativa, do ponto de vista dos trabalhadores, ao americanismo.

O revolucionário italiano procura demonstrar que o americanismo não representa o nascimento de uma nova sociedade, mas apenas a tentativa desesperada da burguesia de construir urgentemente uma nova hegemonia e impedir a possibilidade da expansão da revolução proletária:

> "Os elementos de 'nova cultura' e do novo 'modo de vida' hoje difundidas sob a etiqueta americana, são apenas as primeiras tentativas (...). O que hoje se conhece como 'americanismo' é, em grande parte, a crítica preventiva das velhas camadas que serão esmagadas pela nova ordem e que já foram atingidos por uma onda de pânico social, de dissolução e de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é importante para reconstruir e insiste sobre os aspectos negativos da mudança. Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais 'condenados', mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem" (Gramsci, 1976: 412).

A análise que Antônio Gramsci fez desse processo nos parece extremamente atual para a compreensão do momento em que estamos vivendo. Entendemos que cabe perfeitamente a aplicação dos conceitos de "revolução passiva" e "guerra de posição" a esta "nova ordem internacional" (Gramsci, 1991: 183-4). É a partir desse pressuposto que alguns autores recusam a tese do determinismo tecnológico como explicação para as transformações atuais. Em contraposição a essa visão mais geral, Arbix entende que

> "o desenvolvimento da microeletrônica e a aplicação de sua matriz tecnológica a um conjunto de produtos e serviços propiciaram a conexão de uma série de indústrias e segmentos sob a forma de um complexo altamente articulado. A constituição desse cluster de inovações, capaz de penetrar em praticamente todos os setores da economia, está configurando o surgimento de um novo paradigma tecnológico vinculado à formação de novos setores produtivos e a transformações profundas na estrutura de produção. (...) Nos últimos anos, esse novo paradigma está provocando uma onda de inovações dinamizadoras das grandes economias capitalistas que vem sendo comparada a uma terceira revolução industrial" (Arbix, 1996: 44-5).

No entanto, Dias, resgatando os conceitos gramscianos anteriormente citados, desenvolve a tese de que

> "(...) o motor dessas transformações se deve à ação das classes sociais, construtoras de projetos societários. Para que estas ocorram com o propalado impacto, é necessário alterar a institucionalidade que dá sentido e direção às condições de acumulação capitalista. O que está

em jogo não é, portanto, simplesmente, uma revolução da informática, da microeletrônica, da robótica, mas o conjunto das transformações políticas que tornam possível as novas condições de acumulação capitalista. No momento atual, mais do que nunca, as classes subalternas devem aprender as lições da história - laboratório da teoria - e recusar a leitura segundo a qual as transformações, ora vividas pelas sociedades, decorram, basicamente, das transformações tecnológicas" (Dias, 1996: 14).

Como se pode perceber esse debate ainda está longe de ser concluído. De acordo com Coriat, ao tentar estabelecer a diferença essencial entre o taylorismo/fordismo e o pós-fordismo ou toyotismo, "grandes séries de produtos rigorosamente idênticos contra séries restritas de produtos diferenciados, eis ai, sucintamente, o coração da oposição central, fundamental, entre os dois métodos (...)" (Coriat, 1994: 31). Neste sentido, julgamos extremamente importante apresentar, mesmo que de forma didática e esquemática, as principais diferenças entre os paradigmas: taylorismo/fordismo X pós-fordismo ou toyotismo:

QUADRO 1
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O
TAYLORISMO/FORDISMO X PÓS-FORDISMO

	TAYLORISMO/FORDISMO	PÓS-FORDISMO OU TOYOTISMO
	Separa: concepção x execução	Busca unificar: concepção + execução
ÉPOCA (expansão)	Início do século XX	Final do século XX
PAÍS LÍDER	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO
BASE MATERIAL	Eletricidade, aço, eletromecânica, motor a explosão, petróleo, petroquímica.	Informática, robótica, microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia.
BASE ORGANIZACIONAL	Produção em série, linha de montagem, rigidez, padronização, especialização.	Produção flexível, célula de produção, CCQ, CEP, just in time, Kanban.
TRABALHO	Especializado, fragmentado, não-qualificado, intenso, rotineiro, hierarquizado.	Polivalente, integrado, em equipe, intensíssimo, flexível, menos hierarquia.
EMPREGO	Forte expansão, principalmente na grande indústria. Universalização de direitos.	Forte retração, principalmente na indústria. Precarização dos contratos e das condições de trabalho.

Para Teixeira, quando o fordismo entra em crise no final dos anos 60, "assiste-se, a partir de então, uma erosão crescente do compromisso entre capital e trabalho (...). Lutas operárias contestando a organização do trabalho, reivindicações de salários reais acima dos ganhos de produtividade, a crise fiscal do Estado, instabilidade financeira, inflação etc., tudo isso cortou o círculo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento social, jogando a economia em uma crise estrutural,

> que se arrasta até hoje. Essa crise vem sendo enfrentada através de um processo de reestruturação produtiva, que se faz acompanhar de novas tecnologias, que permitem uma produção flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e, assim, criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo. (...) É nesse contexto de reestruturação produtiva que os neoliberais encontram munição para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica" (Teixeira, 1996: 214-5).

Segundo Piore/Sabel, pioneiros no debate acerca da chamada "especialização flexível",[28] as transformações atuais decorrem da crise da produção em massa (fordismo) que se caracteriza pela padronização dos produtos, burocratização das empresas e por seu caráter concentrado e multinacional, fatores que impediriam uma maior agilidade das empresas para se adaptarem às mudanças em curso e sobretudo para enfrentarem uma crescente instabilidade econômica em um mundo de mercados diversificados e instáveis.

A partir do estudo de experiências como a da "Terceira Itália"[29], os autores chegam à conclusão que a resposta para esta crise está no ressurgimento da pequena empresa e da manufatura, com grande incremento tecnológico, onde cada vez mais e tendencialmente se esboça o desenvolvimento de economias regionais e redes de empresas flexíveis, superando a rigidez e a padronização do fordismo. De acordo com os autores estaríamos vivendo a "segunda divisão industrial" (título de sua obra clássica) e recuperando a oportunidade perdida na primeira divisão industrial, onde houve uma escolha pela grande empresa, como modelo de desenvolvimento industrial. Na opinião de Piore/Sabel a resposta para esta crise vem da empresa organizada a partir do que chamam de especialização flexível, isto é,

> "vista numa rede de sofisticada tecnologia, empresas de produção altamente flexíveis no centro e no noroeste da Itália, especialização flexível é uma estratégia de inovação permanente: da acomodação passa-se para uma incessante mudança, ao invés de uma tentativa de controlá-la. Esta estratégia é baseada em equipamentos flexíveis - multi-uso; trabalhadores polivalentes; e a criação, através da política, de uma comunidade industrial que restrinja as formas de competição destas inovações. Por estas razões, a propagação da especialização

[28] "Especialização Flexível" é o termo utilizado pelos autores Piore/Sabel, em sua obra clássica – "The second industrial divide" -, para identificar o novo paradigma produtivo. Outros autores preferem denominar de "Toytismo" ou "Pós-fordismo".

[29] Regiões do norte da Itália onde a produção industrial buscou restaurar aspectos da produção artesanal do final do século XIX através de um processo de reestruturação produtiva.

flexível importa no ressurgimento de sistemas de formas de produção que foram colocados à margem na primeira divisão industrial" (Piore & Sabel, 1984: 17).

Para esses autores o trabalhador polivalente estaria reunificando a idéia de **concepção** e **execução** no processo produtivo, aspecto impensável no taylorismo/fordismo. "Trata-se nada mais nada menos que pensar ao contrário toda a herança legada pela indústria ocidental" (Coriat, 1994: 47).[30] De acordo com Coriat, em seu estudo acerca do "sistema Toyota", particularmente quando o autor brilhantemente descreve os passos que a indústria japonesa deu, desde os anos 50, para adotar novas tecnologias e, sobretudo novas formas de gestão e organização do trabalho, o novo paradigma representa o oposto do taylorismo/fordismo, isto é, ao invés da produção em massa de produtos padronizados, o novo método pressupõe a produção de uma quantidade restrita de mercadorias extremamente variada com a finalidade de atender a um mercado consumidor mais exigente e diversificado.

Na opinião de Coriat, o "espírito Toyota" tem por objetivo reduzir todo tipo de desperdício e de supérfluo, principalmente os gastos com excesso de pessoal, estoques e de tempo, isto é, criando uma empresa enxuta, "magra", cortando assim as "gorduras", típicas da empresa fordista. Segundo o autor, o "Ohnismo" ou toyotismo está centrado em dois pilares básicos:

1. **Flexibilidade e polivalência**: As máquinas precisam ser flexíveis e os trabalhadores polivalentes, isto é, os equipamentos precisam produzir de diversas formas e os operários precisam dominar múltiplas funções. Dessa forma os trabalhadores se organizam em células de produção, onde cada equipe tem autonomia para propor e definir a forma de produzir, controlando a qualidade do produto e a manutenção dos equipamentos;
2. Para tanto, são propostos dois novos métodos organizacionais que agem articuladamente: "**just in time**" (na hora certa), que pressupõe um sistema de organização da produção para produzir na quantidade e tempo exatos, cujo objetivo é reduzir drasticamente os estoques e o "**kan-ban**" (cartaz, do japonês), sistema de informação que alimenta o "just in time" (Coriat, 1994: p. 51-9). "A

[30] Benjamin Coriat em sua obra "Pensar pelo Avesso", parte do pressuposto que o processo de reestruturação produtiva em curso no mundo tem suas bases teóricas associadas às idéias de Taiichi Ohno, engenheiro-chefe da fábrica japonesa Toyota, produzidas ainda nos anos 50. Para Coriat, as teses de Ohno, publicadas em livro de sua autoria intitulado "O Espírito Toyota" (1978), estão para o momento atual assim como as idéias de Taylor e Ford estavam para o início do século XX. De acordo com o autor o seu livro "consiste numa comparação entre os métodos norte-americanos de produção: o taylorismo e o fordismo, e aquilo que é conveniente designar (...) como os métodos japoneses de produção", p. 23. Para tanto, Coriat prefere denominar o novo paradigma de "sistema Toyota" ou simplesmente "OHNISMO".

inovação, como se vê, é puramente organizacional e conceitual, nada de 'tecnológico' aqui intervém" (Coriat, 1994: 57).

No entanto, para outros autores, não existe "nada de novo no front". Não estaria ocorrendo nenhuma ruptura significativa como o padrão de acumulação estabelecido após 1945, mas apenas o estabelecimento de uma nova "maquiagem" em um "velho rosto". De acordo com David Harvey,

> "a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminho é por certo correta (uma leitura cuidadosa de O Capital de Marx sustenta essa afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa atenção. (...) Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente" (Harvey, 1994: 178-9).

Seguindo a mesma linha de análise de Harvey, Ricardo Antunes entende que, "novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são 'substituídos' pela flexibilidade da produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (...) O toyotismo penetra, mescla-se ou substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado" (Antunes, 1995: 16).

Na opinião de Tude de Souza, "o final dos anos 60 já revelava, portanto, os elementos-chaves da crise contemporânea: o 'enrijecimento' dos custos relativos à reprodução da força de trabalho; a recusa operária à rotinização; à desqualificação do trabalho; à imposição de cadências, bem como à elevada rotatividade e às formas de usura precoce dos trabalhadores (fosse pelo esforço físico, fosse pela carga mental e psíquica requeridos pela atividade produtiva)" (Tude de Souza, 1994: 37).

Para esta autora, a visão de Piore/Sabel pressupõe um certo determinismo tecnológico e busca as causas da crise em fatores externos ao processo produtivo. Considera que a reestruturação produtiva em curso é uma resposta à crise do capitalismo e do modelo de acumulação de capital. As atuais mudanças, portanto, se constituem em uma tentativa de superar a crise e derrotar os

trabalhadores. Para tanto a autora trabalha com o conceito gramsciano de "revolução passiva".

A partir dessa visão crítica é possível entender que esse processo possibilitou a gestação de novas técnicas de gerenciamento das empresas e o estabelecimento de novas relações de trabalho, que implicam em uma tentativa do capital de ganhar ideologicamente o trabalhador, através de mecanismos de controle do processo de trabalho, tais como a reengenharia, horizontalização hierárquica, flexibilidade funcional, modernas formas de contratação (subcontratação, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas, trabalho por tempo parcial, trabalho sem contrato, etc.) e de gerenciamento (trabalho em equipe, just-in-time, círculos de controle de qualidade, etc.); onde o capital procura criar mecanismos para um maior domínio e controle do trabalho. Para tanto, deve haver a mobilização e o envolvimento de todos, em suma, para vencer, as empresas devem buscar a colaboração "voluntária" dos trabalhadores.

Nessa nova lógica, o trabalhador será "parceiro" do empresário, passando a idéia de que, na sociedade tecnizada, o operário assume o controle do processo produtivo, com a pretensa reunificação da concepção e da execução na produção.

> "Os teóricos - e práticos - do capitalismo reintroduzem uma velha alternativa: modificar a gestão e a tecnologia. Se não é mais possível acumular como antes, é necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando. Trata-se, obviamente, de responder ao velho problema da eliminação dos tempos mortos e da obtenção da velha disciplina. E buscar, via tecnologia, a possibilidade de ampliar a produtividade do trabalho. A transformação do trabalhador torna-se, assim, (...) uma necessidade do capital. Com as chamadas novas tecnologias, passa a ser possível obter a disciplina e, também, a incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto. Conquistar corações e mentes, conseguir que o trabalhador vista a camisa da empresa significa fazê-lo desejar o capital, fazer como na 'dialética do senhor e do escravo', que ele veja o capitalismo como a sua naturalidade" (Dias, 1996: 42).

Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas, ao produzir grandes avanços tecnológicos, obriga os capitalistas a investir cada vez mais em novas tecnologias, inclusive uma parte do seu lucro, para disputarem os mercados consumidores em melhores condições. Foi desta análise que Marx desenvolveu sua teoria da queda tendencial da taxa de lucro. Os capitalistas para impedirem ou dificultarem a redução, inevitável, de seus lucros, precisam intervir na produção para controlá-la, reduzir seus custos e elevar a produtividade do trabalho.

O surgimento do Taylorismo e do Fordismo, no início do século XX, se constituiu em um processo de reestruturação produtiva que tinha exatamente esta finalidade. A recente revolução técnico-científica e a crise do fordismo exigiram dos capitalistas a implementação de novas formas de gestão e organização do trabalho, isto é, uma nova reestruturação produtiva, cujo paradigma tem sido intitulado de "Especialização Flexível", "Toyotismo" ou simplesmente, "Pós-fordismo".

A revolução científica e tecnológica em curso, ao tornar instantânea a informação, consolidou o processo de globalização das relações internacionais e provocou a constituição dos blocos econômicos. Nessa fase imperialista do capital, a disputa de mercados por parte dos monopólios (megablocos) e o acelerado desenvolvimento das forças produtivas exigem cada vez mais das empresas investimentos, em tecnologia, que garantam o aumento da produtividade e a elevação da qualidade dos produtos, bem como a redução dos custos de produção. A novidade é que, mais do que nunca, a lógica do mercado orientará a produção, ou seja, a demanda determinará a oferta, ao contrário do sentido do paradigma de acumulação de capital anterior.

Para Mészáros, "no seu modo atual de funcionamento, uma parte significativa de capital tem que constantemente reconverter a si mesma em meios de produção, numa escala sempre crescente, bem como se metamorfosear de novo em capital em escala ainda maior, para ser capaz de investir mais e mais em seu ciclo de auto-reprodução ampliada" (Mészáros, 1989: 32). Essa reestruturação capitalista tem como conseqüência direta o desemprego estrutural que atinge o conjunto dos trabalhadores por um lado, e a redução da taxa média de lucros que atinge o Capital e a burguesia por outro, conforme previra Marx. O incremento tecnológico eleva a produtividade industrial por um lado e elimina postos de trabalho por outro, reduzindo e selecionando o mercado consumidor.

2.3. NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO

A interface desses dois processos, neoliberalismo e reestruturação produtiva, atendem à nova racionalidade do capital, que afirma a supremacia do mercado, cujo objetivo é superar a crise atual do capitalismo. Para tanto, alguns proclamam o "fim da história", das ideologias e da luta de classes. De acordo com a opinião de Dias, "para fazer frente a esta crise o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma unidade indissolúvel. O capitalismo, 'superados' os

principais obstáculos a sua continuidade, coloca em questão o chamado bem-estar social. A crise recoloca a questão dos direitos sociais. A diferença básica é que hoje os movimentos partidário, sindical e popular, que se reivindicam dos trabalhadores, estão, também eles, em uma brutal crise" (Dias, 1996: 35-7).

Por estas razões, entre outras, o movimento sindical vive uma séria crise. A crise do sindicalismo, consubstanciada por um lado, na perda momentânea da possibilidade da superação do capitalismo, principalmente após o colapso do socialismo, fato que tem resultado na crescente burocratização das entidades sindicais e na tentativa de substituição da luta pela conciliação de classes e negociação, dentro da "ordem", de segmentos cada vez maiores do movimento sindical. Por outro lado, temos o "fantasma" do desemprego, estrutural ou tecnológico e conjuntural ou recessivo, bem como as novas técnicas gerenciais, tem deixado em situação bastante difícil a organização sindical tradicional.

O processo de terceirização decorrente dessas mudanças, como já falamos anteriormente, também tem contribuído com a pulverização e a fragilização da ação sindical. O objetivo do novo padrão de acumulação do capital é, entre outros, "reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado 'ajuste de preços relativos'" (Mattoso, 1995: 70).

Uma das evidências da crise do sindicalismo diz respeito a redução das taxas de trabalhadores filiados às organizações sindicais em todo o mundo. De acordo com a pesquisa de Visser, utilizada pela maioria dos autores, as taxas de sindicalização em alguns países, no período de 1955 a 1989, revelam resultados preocupantes, tais como: **EUA**: 31% para 16%; **Japão**: 36% para 26%; **França**: 21% para 11%; **Alemanha**: 44% para 33%; **Itália**: 57% para 47%; **Inglaterra**: 46% para 41%.[31] No **Brasil**, embora não hajam dados mais sistematizados, pesquisa do IBGE revelou que entre 1987 e 1992 a taxa de sindicalização permaneceu praticamente estabilizada, variando entre 23% e 25% no período.[32]

Na opinião de Antunes, atualmente "essa tendência à dessindicalização não deve ser confundida, entretanto, com uma uniformização do sindicalismo: na Suécia, por exemplo, mais de 80% dos assalariados são sindicalizados. Junto com a

---

[31] VISSER, Jelle. Trends in Trade Union Membership, OCDE Employed Outlook, Paris, OCDE, julho de 1991, apud C. Change e C. Sorrentino, Union Membership Statistic, Monthly Labor Review, 1991. Nota: Porcentagem de sindicalizados calculada a partir do total de sindicalizados com emprego (excluindo-se os sindicalizados aposentados ou desempregados) no total da força de trabalha (desempregados incluídos), citado por RODRIGUES, L. M. **A Modernização das Relações do Trabalho – A questão do corporativismo**, São Paulo, FIESP/CIESP/IRS/CNI/, 1996, p. 7.

[32] IBGE. Sindicatos: Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, p. 13. Nota: Para o IBGE, a taxa de sindicalização é a relação entre o número de associados aos sindicatos e a População Economicamente Ativa-PEA.

Bélgica e a Áustria, compreende o campo dos países com maiores índices de sindicalização. A Itália, a Grã-Bretanha e a Alemanha formam um grupo de países intermediários, e a França, Espanha e os EUA estão na retaguarda, seguidos pelo Japão, Países Baixos e Suíça" (Antunes, 1995: 61).

A redução do número de greves é um indicador que revela outra variável explicativa da crise do sindicalismo. Para citar apenas o caso brasileiro, pode-se perceber que a o aumento do número de greves está relacionado com o fortalecimento do movimento sindical nos anos 80 e a redução dos movimentos paredistas está vinculada a adoção do neoliberalismo nos anos 90. De acordo com o Dieese, em 1986 ocorreram 1.052 greves no Brasil, correspondendo a 5,7 milhões de trabalhadores parados e a 374 mil horas de trabalho perdidas, enquanto que em 1992 foram 623 greves, correspondendo a 2,8 milhões de trabalhadores parados e a 141 mil horas de trabalho perdidas.[33]

Para Mattoso, a articulação entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva produziu o rompimento do compromisso keynesiano, o que levou a uma crescente insegurança no trabalho. De acordo com o autor, "este processo assumiria a forma de uma crescente ampliação da insegurança do trabalho que, por sua vez, apontaria para uma maior desestruturação do mundo do trabalho constituído no pós-guerra. Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho" (Mattoso, 1995: 77). De acordo com o autor, cada uma dessas inseguranças poderiam ser assim resumidas:

1. Insegurança no mercado de trabalho: o rompimento do compromisso keynesiano, em função da crise do Estado de bem-estar, e o fim das políticas sociais compensatórias produziram uma substancial elevação do contingente de excluídos e a eliminação de postos de trabalho, bem como de políticas de proteção aos trabalhadores desempregados;
2. Insegurança no emprego: pode ser explicada a partir da precarização das condições de trabalho e a elevação do desemprego;
3. Insegurança na renda: explica-se pela própria precarização das condições de trabalho e pela flexibilização dos mercados de trabalho que tornaram os rendimentos variáveis e sujeitos a políticas de produtividade, impostas pelo capital;
4. Insegurança na contratação do trabalho: trata-se da tendência generalizada por parte dos empresários de não mais contratar coletivamente, mas sim o

[33] Revista De fato, ano I, nº 2, São Paulo, CUT, 1993, p. 21. Publicação da Central Única dos Trabalhadores, CUT, Brasil.

estabelecimento de contratos individuais, com a descentralização das relações de trabalho;

5. Insegurança na representação do trabalho: o processo crescente de desemprego e da quebra dos laços de solidariedade de classe leva a redução das taxas de sindicalização e, no limite, coloca em questão a existência dos sindicatos como instrumentos de representação da vontade coletiva dos trabalhadores.

A maioria dos analistas concorda que o processo de crise do movimento sindical tem inicio em meados dos anos 70, particularmente na Europa e nos EUA. No caso do Japão, onde teve início os novos processos produtivos, antes da implantação do novo método nos anos 50, foi necessário destruir um combativo sindicalismo, isto é, destruir o sindicato de indústria e criar o sindicato de empresa. Neste sentido, o pressuposto básico para a implantação do toyotismo foi a destruição do sindicalismo existente, mesma atitude tomada pelo capital quando do advento do taylorismo no início do século XX em relação ao sindicato de oficio. De acordo com Coriat, se referindo ao caso japonês,

> "trata-se de um conjunto de contrapartidas implícitas ou explícitas, dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas em 'troca' de seu engajamento na produção. É em particular neste período que se fixa de maneira mais nítida o sistema de 'emprego vitalício' e de 'salário por antigüidade', práticas que só tem sentido se esclarecermos que estão baseadas na instauração de mercados internos quase sistemáticos, para uma parte importante dos trabalhadores dos grandes grupos. Em todo caso, é o ponto sobre o qual gostaríamos de insistir, parece-nos essencial compreender que a introdução do sistema Kan-Ban, em grande escala, só pode ser feita após esta reorganização em profundidade do sindicalismo, e após o estabelecimento de um jogo complexo de contrapartidas regrando as relações industriais (...)", isto é, procurando "tecer um jogo de contrapartidas sutis e essenciais (...)" (Coriat, 1994: 46-7).

Para aprofundar a discussão desta questão, consideramos importante resgatar o debate entre Braverman e Burawoy. Na opinião de Braverman, em sua análise do taylorismo, a relação entre capital e trabalho é desigual porque a exploração legitima a coerção (Braverman, 1977), enquanto que Burawoy, polemizando com Braverman, afirma que todo o processo de trabalho é a mistura de coerção e consentimento (Burawoy, 1990). O binômio utilizado por Humphrey, ao tratar das técnicas "japonesas" de administração, é outro: vigilância e controle, isto é,

> "As empresas que adotam o sistema JIT/CQT demonstram forte interesse em minimizar ou controlar as atividades sindicais no interior de suas fábricas. Uma estratégia reside na exclusão definitiva dos sindicatos no novo esquema. Assim, muitas empresas japonesas não têm reconhecido sindicatos em suas fábricas na América do Norte e na Europa (...). O desenvolvimento desses tipos de sistema de controle pode colocar enormes pressões em cima dos trabalhadores. Longe de serem democráticos ou participativos, tais sistemas exigem a subordinação total às metas da empresa, oferecendo em permuta uma dose de estabilidade no emprego e algum treinamento e promoção" (Humphrey, 1995: 120-1 e 139).

Neste sentido, é fundamental reconhecer que o novo padrão de acumulação do capital, para dar certo, necessita da "colaboração", do "consentimento", do "envolvimento" e da "cooptação" dos trabalhadores e que estes, acima de tudo, vistam a camisa da empresa e não a do sindicato.

CAPÍTULO III

3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DO PIAUÍ: O caso da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A introdução das chamadas técnicas japonesas de organização do trabalho e da produção no Brasil ocorre nos anos 70, quando se percebe um processo crescente de inovações nas técnicas gerenciais através da adoção dos círculos de controle de qualidade (CCQs). No entanto, a duração dos CCQs foi relativamente breve. Na segunda metade dos anos 80, essa idéia do controle de qualidade, em função de ter sido introduzido de forma isolada e com forte resistência do movimento sindical, deixou de pertencer ao universo de preocupação das empresas (Posthuma, 1995: 313).

Superada essa primeira fase, sem muito êxito, as empresas começam a investir em outras técnicas de produção japonesas. A segunda etapa de inovações ocorre exatamente com a saída da economia brasileira da recessão do período 1984-1990. Rapidamente se difunde a necessidade de novos equipamentos, bem como a adoção do just-in-time, CEP (controle estatístico do processo), celularização da produção e kanban (Leite, 1995: 345-6).

Essa segunda fase ainda teve as suas limitações devido à resistência patronal em aceitar que os trabalhadores participassem das decisões. Como falamos anteriormente a implementação dessas novas formas de gestão e organização do trabalho depende do envolvimento dos trabalhadores, assumindo responsabilidades e aceitando participar das atividades de grupo.

Com o advento da década de 90, onde ocorre uma grande fragilização da economia brasileira em função das políticas neoliberais do governo Collor de abertura das fronteiras nacionais e do processo de privatizações, cujo resultado foi à recessão e a elevação do desemprego e do conseqüente enfraquecimento do sindicalismo mais combativo, particularmente daquele organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), o ambiente se tornou bastante favorável para a introdução definitiva das chamadas técnicas de produção japonesas e de outros métodos alternativos ao padrão de acumulação taylorista/fordista.

Segundo Teixeira, "quebrada a resistência da classe trabalhadora, estava aberto o caminho para a difusão e a generalização dos métodos e técnicas japonesas de administração da produção. Mas isto ainda não era tudo. A economia como um todo teria que ser reestruturada (...). Os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso serão os protagonistas de uma política econômica para criar as condições reais de integrar o Brasil na nova ordem mundial" (Teixeira, 1999: 15).

3.2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DO PIAUÍ

No primeiro capítulo desse trabalho procuramos analisar a situação atual da economia do Piauí, particularmente o setor industrial. O nosso objetivo, como já afirmamos na introdução, é demonstrar que todas essas mudanças que estão ocorrendo no mundo e nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, também fazem parte da realidade piauiense. Mesmo sendo um dos estados da federação com baixo índice de desenvolvimento econômico e social, a indústria do Piauí implementa rapidamente um processo de reestruturação produtiva que revela novas formas de gestão e organização do trabalho, alternativas aos métodos taylorista/fordista, bem como a utilização de tecnologias extremamente modernas.

Estamos nos apoiando para fazer esta afirmação em pesquisa[34] realizada (1995) sobre um conjunto de indústrias do estado do Piauí, situadas na sua capital, procurando detectar até que ponto era utilizado novos métodos de organização da produção e do trabalho e o incremento de novas tecnologias através da modernização do parque industrial.

A pesquisa procurou destacar, fundamentalmente, três tipos de relação: empresa e fornecedores, empresa e trabalhadores e empresa e clientes. Os setores industriais avaliados na pesquisa foram: alimentação; cerâmica; confecções, químico; construção civil e metalurgia. As empresas foram divididas em três grupos:

a) **Indústria de Bebidas Antártica**: serviu de parâmetro por ser uma empresa nacional;
b) **Insopisa** (soro hospitalar); **Plastinor** (plásticos); **Metalurgia Viana**; **14 Bis** (confecções): foram indicados pelo SEBRAE por terem realizado, nesta instituição, treinamento em programas de qualidade;

[34] A pesquisa, intitulada "ESTUDO PRELIMINAR DO COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA PIAUIENSE EM RELAÇÃO AO NOVO PARADIGMA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO DO SÉCULO XX", foi orientada pelo professor William Jorge Bandeira, do Departamento de Economia da UFPI, realizada pelo economista Benedito Borges de Carvalho Neto em 1995 e publicada pelo Conselho Regional de Economia do Piauí em 1998.

c) **Mapil** e **Raul Lopes** (massas alimentícias); **Climetal** e **Afal** (metalurgia); **Guadalajara**, **Gota D'água** e **Agnord** (confecções); **Livramento** e **Fortes** (cerâmica); **Lourival Parente** (construção civil); **Cipremo** (premoldados de concreto); **Verbraz** (tinta para construção): empresas escolhidas aleatoriamente, denominadas de independentes.

A pesquisa foi dividida em grupos temáticos: os novos processos produtivos e organizacionais e o estudo das seguintes relações: empresa-trabalhador; empresa-fornecedor; empresa-cliente.

3.2.1. OS NOVOS PROCESSOS PRODUTIVOS E ORGANIZACIONAIS

A primeira questão que foi dirigida às empresas dizia respeito ao tipo de máquinas e equipamentos que são utilizadas:

TABELA 1
EMPRESAS – MODALIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM UTILIZAÇÃO (1995)

EMPRESAS	TIPOS DE MÁQUINAS		
	ESPECÍFICAS	ADAPTÁVEIS	APROPRIADAS
ANTÁRTICA	75%	25%	0%
GRUPO DO SEBRAE	66,6%	16,6%	16,6%
EMPRESAS INDEPENDENTES	81,35%	12,5%	6,25%
TOTAL GERAL	76,92%	15,38%	7,69%

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 169.

Como pode ser percebido facilmente, as indústrias pesquisadas utilizam ainda máquinas e equipamentos específicos (76,92%). O processo de automação flexível é ainda muito baixo (15,38%). A pesquisa destaca o fato da Indústria de Bebidas Antártica, que está na Piauí desde o final dos anos 70 e é uma das maiores filiais no Nordeste, desta empresa de caráter nacional, ter revelado apenas um quarto de suas máquinas dentro das novas exigências do novo paradigma tecnológico, já que sabemos que a utilização de equipamentos que realizem múltiplas funções se constitui em uma das principais características da revolução técnico-científica, ao contrário do fordismo, cuja rigidez e padronização exigia equipamentos específicos. No entanto, achamos que, do ponto de vista tecnológico, a indústria do Piauí já iniciou um processo de transição do fordismo para o pós-fordismo.

Além do incremento tecnológico, introdução de novas máquinas, é importante destacar a implementação de novos métodos de gestão e organização do trabalho, como forma de verificar também, na relação empresa-trabalhador, a transição para um novo paradigma produtivo. A Tabela seguinte nos informa, de acordo com a pesquisa citada, em que medida as empresas do Piauí estão definindo e organizando novas formas de controle sobre o trabalho.

TABELA 2
EMPRESAS – ORGANIZAÇÃO E DEFINIÇÃO
DOS TRABALHOS AOS FUNCIONÁRIOS (1995)

Organização e definição dos trabalhos	INDIVIDUAL MENTE	EM GRUPOS			EM EQUIPES
INDUSTRIAS	Trabalhos específicos e flexíveis	Tarefas específicas e rígidas	Tarefas específicas e flexíveis	Tarefas polivalentes	Tarefas flexíveis
ANTARTICA	0%	0%	100%	0%	0%
Grupo do SEBRAE	0%	25%	50%	0%	25%
Empresas INDEPENDENTES	23,07%	30,76%	15,38%	23,07%	7,69%
MEDIA GERAL	16,66	27,77%	27,77%	16,66%	11,11%

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 172.

A pesquisa buscou identificar três níveis distintos de organização do trabalho. O primeiro, que diz respeito à produção individual, isto é, cada trabalhador desempenha a sua função isoladamente, sem interação com outros trabalhadores, é o exemplo tipicamente fordista e corresponde a uma parcela pequena do conjunto das empresas pesquisadas (16,66%). Neste caso a tarefa é específica, havendo flexibilidade apenas na eventual substituição de um operário por outro, quando da falta de algum funcionário.

A pesquisa identificou também que na outra ponta, isto é, na implementação do trabalho em equipe ou células de produção e trabalho flexível ou polivalente, método típico da reestruturação produtiva em curso, ainda é muito pequena a quantidade de empresas que adotam este novo método (11,11%). Em apenas duas empresas, portanto, os operários, além de desempenhar múltiplas funções, operam mais de uma máquina.

A grande maioria das empresas contidas na amostra (72,2%) organiza a produção de forma intermediária entre o fordismo e o pós-fordismo, isto é, estão em fase de transição. Essa afirmação pode ser demonstrada se analisarmos que neste caso, todas organizam os trabalhadores por grupos de trabalho, sendo que a primeira variável indica que quase um terço (27,77%) não conseguiu romper com o

paradigma anterior, pois as tarefas definidas são específicas e rígidas. Há também um grupo de empresas que embora organizem a produção de modo a possibilitar que os trabalhadores desempenhem tarefas específicas com um certo grau de flexibilidade (27,77%). Por fim, um outro conjunto de empresas organiza os operários em grupos que, embora não se constituam em células de produção, realizam um trabalho polivalente, isto é, os trabalhadores exercem múltiplas funções.

Na opinião de Coutinho e Ferraz, "os benefícios da automação e das novas técnicas organizacionais são convergentes e implicam elevação dos patamares de eficiência produtiva (...). Em geral, assim que uma empresa implementa projetos de modernização – de introdução de automação ou técnicas organizacionais – são auferidos ganhos imediatos e expressivos, sem a realização de esforços substanciais. (...)" (Coutinho & Ferraz, 1994: 211-2). Entretanto os autores enfatizam que "ganhos sustentados de eficiência e qualidade somente ocorrem em longo prazo quando há alta intensidade de uso de inovações em termos de número de operações cobertas ou trabalhadores envolvidos" (idem, p. 212).

Percebe-se que os autores destacam como condição fundamental para a obtenção de êxito na implementação da reestruturação produtiva pelas empresas duas questões: a definição de tarefas polivalentes para os trabalhadores e a obtenção da parceria dos mesmos. A pesquisa de campo do ECIB[35] constatou que, do ponto de vista das estratégias de recursos humanos, as empresas brasileiras estão avançando na medida em que quase a metade da amostra (47%) define postos de trabalho de modo amplo, visando alcançar a polivalência, enquanto que pouco mais de um quarto (28%) ainda define as tarefas de forma estreita e rígida, embora haja algum incentivo aos trabalhadores para a execução de atividades fora da atribuição rotineira (idem, p. 227).

A dificuldade para que esse processo tenha pleno êxito em nosso país esbarra, segundo os autores, na crise econômica e na concorrência estrangeira, fatos que obrigam os empresários a valorizarem demasiadamente a redução dos custos de produção. Mesmo assim, os autores indicam as mudanças apresentadas pelas empresas brasileiras, segundo alguns de seus principais executivos, após o processo de automação e novas técnicas organizacionais:

[35] Trata-se de uma pesquisa coordenada pelos autores citados e publicada em livro intitulado Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), Campinas, SP, Papirus, Editora da UNICAMP, 510 p., 1994.

QUADRO 2
MUDANÇAS OBSERVADAS APÓS A INTRODUÇÃO DE AUTOMAÇÃO E NOVAS TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS

DIMINUIÇÃO	AUMENTO
Custos correntes	Qualificação da mão-de-obra
Custos de produção	Treinamento
Prazos de entrega	Qualidade do produto
Perdas de insumos	Nível tecnológico do produto
Down time	Adequação do fornecedor a novas especificações
Estoques intermediários	Capacidade de produção
	Flexibilidade do processo
	Disponibilidade de informações

Fonte: SENAI (1992), citado por Coutinho e Ferraz, 1994, p. 211.

No entanto, para Coriat, a introdução dos chamados métodos japoneses de produção no Brasil "é uma tentativa de aclimatar localmente certas técnicas do Ohnismo, introduzidas em geral de maneira isolada e limitada: um pouco de CCQ aqui, uma pitada de JIT ali ... isto para não falar das técnicas múltiplas (tecnologias de grupo, MRP...) qualificadas de 'japonesas' e que são de fato técnicas americanas dos anos 1960 ou 1970 (...). 'Os métodos japoneses' são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional" (Coriat, 1994: 12).

Para Coriat, o Brasil necessita de uma renovação dos compromissos sociais para que tenha êxito na implementação dos métodos japoneses de produção, cuja lógica está fundada em realidade que o país está distante de alcançar: qualificação do trabalho; estabilidade no emprego e organização do mercado interno, de modo a assegurar confiabilidade entre empresas, fornecedores e clientes, sem a qual o just in time e o kan-ban não se justificam como novos métodos organizacionais. Essa análise revela que estamos corretos quando identificamos, no máximo, no caso da indústria piauiense, o início de um processo de transição entre o velho e o novo paradigma produtivo.

Outra questão, levantada na pesquisa inicialmente referida, trata-se do controle de qualidade. Como sabemos esta é uma inovação do pós-fordismo, na medida em que a filosofia da qualidade, que deve ser implantada em todas as fases da produção, desde a matéria prima até o produto final, tem a função de reduzir o número de defeitos e a eventual rejeição dos produtos por parte dos clientes, o que evita ou diminui os prejuízos por parte da empresa com concertos, reparos e retrabalho.

Neste sentido, "os métodos e instrumentos pelos quais usualmente é atingida a racionalização dos processos variam muito. Aqueles mais conhecidos e

genéricos – equipamentos de automação, controle estatístico de processo e certificação da empresa pela ISO 9000"[36] (Coutinho & Ferraz, 1994: 214). De acordo com os autores a pesquisa do ECIB revelou que apenas 14,8% das empresas brasileiras possuem ou está próximo a obter a certificação da ISO, enquanto 42% iniciaram o processo visando instituir mecanismos para o controle de qualidade de seus produtos e 43,1% não tomou ainda qualquer iniciativa (idem, p. 215).

Em relação ao controle de qualidade por parte das indústrias piauienses, particularmente em relação aos produtos fabricados, o resultado está na Tabela seguinte:

TABELA 3
EMPRESAS
CONTROLE DE QUALIDADE DOS PRODUTOS FABRICADOS (1995)

EMPRESAS	Não ocorre	Ocorre em uma fase	Ocorre em mais de uma fase	Ocorre em todas as fases
ANTÁRTICA	-	-	-	100%
GRUPO DO SEBRAE	-	50%	25%	25%
EMPRESAS INDEPENDENTES	23,7%	38,46%	7,69%	15,38%
TOTAL GERAL	**16,66%**	**50%**	**11,11%**	**22,22%**

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 176.

Percebe-se claramente que o controle de qualidade ainda não é uma arma forte das indústrias do Piauí na busca da elevação do nível de competitividade como preceitua o novo paradigma produtivo. A pesquisa que deu origem a Tabela acima pode inclusive revelar uma certa margem de erro devido ao fato de muitas empresas terem confundido na resposta a simples inspeção com controle de qualidade.

Em uma parcela das empresas pesquisadas (16,66%) não ocorre nenhum procedimento que vise o controle da qualidade. Na maior parte das empresas da amostra (50%) o controle da qualidade somente ocorre em uma única fase do processo produtivo, enquanto que em uma quantidade diminuta de empresas (11,11%) o controle de qualidade ocorre em mais de uma fase do

[36] ISO é uma sigla em língua inglesa que significa Organização Internacional de Normalização, instituída pela Federação Mundial de Organismos de Normalização, com o objetivo de auxiliar as empresas na interpretação e aplicação das normas da ISO série 9000 de sistemas de qualidade. A ISO busca unificar normas de qualidade na produção de mercadorias para o mercado nacional e internacional. Para obterem a certificação de qualidade as empresas solicitam a visita de auditores devidamente credenciados pela ISO. Essa certificação ajuda a empresa na inserção do comércio global.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

TABELA 6

EMPRESAS – ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO DE SEUS TRABALHADORES (1995)

Escolaridade e qualificação	**Primeiro grau incompleto**		**Primeiro grau completo**		**Segundo grau**
INDÚSTRIAS	**Sem qualificação**	**Semi-qualificados**	**Semi-qualificados**	**Qualificados**	**qualificados**
ANTÁRTICA	-	-	-	100%	-
GRUPO DO SEBRAE	-	25%	50%	-	25%
EMPRESAS INDEPENDENTES	30,76%	46,15%	7,69%	15,38%	-
% POR GRUPO	22,4%	38,8%	16,6%	16,6%	5,55%
TOTAL GERAL	**61,25%**		**33,22%**		**5,55%**

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 185.

Para muitos autores e empresários, o nível de escolaridade e de qualificação profissional do trabalhador são fatores decisivos para o domínio das novas tecnologias e contribuem decisivamente para a elevação da eficiência e conseqüente competitividade das empresas. Ocorre que a situação educacional do Brasil é muito grave, embora já tenha melhorado bastante. Em 1970, o Brasil tinha um terço de sua população (33,8%) na faixa do analfabetismo, enquanto que em 1980 houve uma pequena alteração nesse quadro para melhor (25,5%) e em 1990 ocorreu uma melhora significativa (18,9%), embora ainda insuficiente, já que é uma das maiores taxas de analfabetismo do mundo, sobretudo se compararmos com os demais países latino-americanos.[38]

De acordo com Pochmann, "pode-se observar que o Brasil possui uma média de escolaridade dos trabalhadores das mais baixas da América Latina, e, apesar dos esforços em torno da educação profissional, o mercado de trabalho aponta para a abertura de vagas que exigem reduzida qualificação" (Pochmann, 1999: 125).

Na área da educação, mesmo com alguma melhoria nos índices, o quadro do Piauí é dramático. Entre a metade da década de 80 e meados dos anos 90 (1985-1995), a taxa de analfabetismo entre aqueles que estavam na faixa etária de 7 a 14 passou de 66,71% para 49,69%, enquanto que os que tinham 15 ou mais anos passou de 49, 69% para 35,12%.[39] Se tomarmos a relação entre a População

[38] Coutinho & Ferraz, 1994: 111. Os autores descrevem o quadro educacional no Brasil e na América Latina a partir de dados obtidos no Anuário Estatístico de América Latina e Caribe de 1992, publicado pela CEPAL-ONU.

[39] Fonte: IBGE – Anuários Estatísticos do Brasil (1988-1995); PNAD (1995); SUDENE – DPO-IPL/EST.

Economicamente Ativa e os anos de estudos do trabalhador encontraremos o resultado constante da Tabela 7:

TABELA 7
PIAUÍ
PEA – DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR ANOS DE ESTUDO

ANO	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não detm. Ou S/ declaração
1995	15,4%	26,1%	19,7%	7,6%	10,1%	1,7%	0,1%
1997	17,5%	24,9%	20,9%	7,1%	11,5%	2,4%	0,1%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995 e 1997.

Percebe-se que pelos dados da Tabela 6, a maioria absoluta dos trabalhadores (61,25%) ou são analfabetos ou possuem apenas o primeiro grau incompleto, enquanto que a metade desse total (33,22%), cerca de um terço, possui apenas o primeiro grau. Um contingente muito pequeno (5,55%) ou está cursando ou concluiu o segundo grau. Quanto à qualificação profissional, a pesquisa demonstra que a grande maioria (79,8%) não tem qualquer qualificação ou são semi-qualificados, o restante (20%) tem alguma qualificação profissional. Já a Tabela 7 revela porque o nível educacional dos trabalhadores piauienses é tão baixo. Em 1995, mais de 15% da PEA é formada por trabalhadores analfabetos, enquanto que mais de um quarto (26,1%) possui apenas de 1 a 3 anos de estudo.

Numa pesquisa semelhante realizada pelo SINE do estado do Ceará (1996) sobre o processo de reestruturação produtiva na indústria cearense, constatou-se que "a escolaridade da força de trabalho é um critério que não tem peso expressivo, dentre aqueles que as empresas levam em consideração, para contratar seu quadro de trabalhadores (...), tal critério responde tão somente 16,87% das exigências das empresas. Mais grave ainda é a qualificação, que responde apenas por 8,43% dessas exigências. Sendo assim, é duvidoso, a partir desses dados, sustentar a hipótese de que a força de trabalho se constitui, hoje, num patrimônio da empresa, que deveria ser valorizado por ela, a ponto de o trabalhador passar a ser considerado como um parceiro e não mais como um simples operário, como assim divulga o paradigma das novas formas de organização da produção".[40]

O debate sobre a qualificação profissional no Brasil tem sido acalorado dentro da Academia, no meio empresarial e no movimento sindical. A primeira questão que se coloca é o fato de se tentar imputar ao próprio trabalhador a culpa por ter sido excluído do mercado de trabalho. Essa tese está marcada no discurso

[40] A análise dos resultados do relatório da pesquisa do SINE/CE pode ser encontrada em TEIXEIRA, F. J. S. **Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense**. IN: Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no Estado do Ceará. Fortaleza, UNIFOR, 1999.

governamental para explicar o desemprego. A explicação parte do pressuposto que o trabalhador brasileiro, por não ter qualificação profissional adequada, não consegue melhor colocação no mercado de trabalho, sobretudo em uma sociedade onde o conhecimento é um capital tão importante.

Na opinião de Pochmann, "como a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de solução do problema do emprego nacional (...)" (Pochmann, 1999: 97).

Para o governo o elevado índice de desemprego no país é explicado pela revolução tecnológica e pelo baixo nível de qualificação profissional do trabalhador brasileiro. Isto é, para os tecnocratas de plantão, a questão do emprego deixa de ser um fenômeno econômico e social e passa a ser explicado pelo determinismo tecnológico, por um lado, ou como culpa do trabalhador, por outro lado, ou seja, é um fenômeno cuja responsabilidade é de natureza individual, na medida em que a culpa é do trabalhador que não estudou e não se qualificou. É importante assinalar que o desenvolvimento tecnológico não traz necessariamente desemprego, sobretudo quando a economia está se desenvolvendo. Neste sentido, o exemplo do desempenho da economia dos EUA, nos anos 90, é emblemático.

Por que qualificação profissional não pode ser usada como panacéia para resolver o problema do desemprego? Em primeiro lugar, porque, em tese, a qualificação profissional eleva a produtividade do trabalho e tem como conseqüência à redução natural da oferta de postos de trabalho. Em segundo lugar, porque, nos anos 90, no caso brasileiro, a maior oferta de vagas no mercado de trabalho ocorre em setores que não exigem grande qualificação profissional (limpeza, segurança, recepcionista, etc.), enquanto que os setores que perdem espaço no mercado de trabalho são em geral qualificados (engenheiros, técnicos em geral, sobretudo da área industrial).

> "Em síntese, observa-se que o perfil das ofertas profissionais em alta no país não está necessariamente associado às exigências de maior qualificação profissional. Dado o tipo de demanda de trabalho que mais cresceu nos anos 90, parecem falsas tanto as hipóteses que sustentam existir mudanças generalizadas no conteúdo dos postos de trabalho quanto os argumentos que apontam para a existência de

desemprego motivado por uma oferta de trabalho inadequada aos requisitos da contratação empresarial".[41]

A pesquisa sobre a indústria piauiense procurou saber, também, as atitudes das empresas quanto à formação da mão-de-obra através de treinamento e com que freqüência à mesma ocorre. Constatou que 38,4% das empresas constantes da amostra não realizam qualquer forma de treinamento, não investindo nenhum recurso nesse aspecto, enquanto que 44,8% realizam eventualmente. Apenas 16,6%, o que representa somente 03 empresas, procuram, sistematicamente, destinar recursos para qualificar a sua força de trabalho, sendo que a maioria realiza o treinamento em escolas especializadas (SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, etc.) e uma parte minoritária, embora significativa, realiza o treinamento na própria empresa.[42]

A pesquisa procurou identificar, também, a clientela que é priorizada pelas empresas para realizarem os treinamentos. A amostra utilizou apenas as empresas que realizam treinamentos com seus funcionários de forma eventual ou freqüentemente. O quadro seguinte revela os resultados.

TABELA 8
EMPRESAS – CLIENTELA PARA TREINAMENTOS (1995)

Clientela / Indústrias	OPERÁRIOS	ADMINISTRATIVOS	TÉCNICOS	VENDEDORES	DIRIGENTES
ANTÁRTICA	50%	-	50%	-	-
Grupo do SEBRAE	30%	30%	10%	20%	10%
Empresas Independentes	44,4%	-	-	11,1%	44,4%
TOTAL	38,09%	14,2%	9,5%	14,2%	23,8%

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 188.

O fato que chama atenção é o grande número de dirigentes (23,8%), quase um quarto, interessados em conhecer novas formas de gestão e organização do trabalho através de cursos, seminários e palestras. O interesse de conhecer os desafios do novo paradigma produtivo revela a preocupação em elevar a produtividade e o grau de competitividade das empresas por parte do empresariado piauiense. No entanto, a necessidade de valorizar o trabalhador do chão da fábrica através da elevação do seu nível educacional e de sua qualificação profissional,

[41] POCHMANN, Márcio. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil** (versão preliminar). Campinas-SP, junho de 1998, p. 21, mimeo.
[42] "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 187.

TABELA 9
EMPRESAS – FATORES QUE MAIS INFLUENCIAM
NA ESCOLHA DOS FORNECEDORES (1995)

FATORE / INDÚSTRIAS	Menor preço	Menor prazo de entrega	Assistência técnica	Conformidade técnica	Durabilidade	Outros
ANTÁRTICA	33,3%	33,3%	-	33,3%	-	-
GRUPO DO SEBRRAE	40%	20%	-	40%	-	-
EMPRESAS INDEPENDENTES	36,1%	27,7%	-	27,7%	5,5%	2,7%
MÉDIA GERAL	36,7%	26,5%	-	30,6%	4,08%	2,04%

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 194.

Como pode ser percebido o preço continua sendo o principal fator de negociação entre as empresas e seus fornecedores, correspondendo a 36,7% do total da amostra pesquisada. A conformidade técnica, isto é, a preocupação com a qualidade do produto e o nível de incremento tecnológico se constitui no segundo mais importante fator dessa relação, equivalendo a 30,6% das empresas piauienses. Se o primeiro caso corresponde a uma preocupação tipicamente fordista, o segundo caso já pode ser visto como novidade, fruto de uma certa renovação na visão empresarial. No mesmo sentido pode ser indicada a preocupação com o menor prazo de entrega, correspondendo a 26,5% das empresas, fator decisivo na implementação do método just in time, cujas dificuldades de implantação para a indústria piauiense já assinalamos.

A outra questão que a pesquisa buscou responder diz respeito a mais duas variáveis, a saber: a troca de informações entre empresa e fornecedor, bem como o desenvolvimento conjunto de pesquisa e desenvolvimento. Em 77,77% das empresas pesquisadas não existem trocas sistemáticas de informações, posto que esse intercâmbio ocorre de forma eventual, e não há programas de pesquisa e desenvolvimento conforme recomenda o novo paradigma produtivo com o objetivo de elevar a competitividade das empresas. O restante das empresas (22,3%) leva muito a sério a sistemática troca de informações com os fornecedores, mas somente a metade investe em programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento.[45]

3.2.4. RELAÇÃO: EMPRESAS – CLIENTES.

Todo e qualquer paradigma produtivo tem como alvo a satisfação do cliente. O método da produção em massa tinha por objetivo a produção em larga

[45] "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 195.

escala de um determinado produto para baratear seu custo de produção e desta forma conquistar os mais variados mercados. Uma característica marcante no fordismo era a produção padronizada. Ford costumava afirmar que o consumidor poderia comprar todo tipo de carro, contanto que fosse do modelo FORD e da cor preta.

Ocorre que, atualmente, o cliente é muito mais exigente do que aquele que existia nos tempos áureos da fábrica norte-americana. A crise do fordismo se amplia na medida em que os mercados se diversificam e o mercado consumidor passa a exigir produtos e modelos diferenciados, exigências que um paradigma excessivamente rígido e vertical não consegue responder positivamente. A reestruturação produtiva em curso propõe um novo paradigma produtivo, que seja flexível a ponto de atender as novas demandas desse novo mercado consumidor.

Neste sentido, a pesquisa procurou obter informações acerca da relação entre as indústrias piauienses e seus consumidores, procurando conhecer preliminarmente as atitudes e os comportamentos das empresas em relação às preferências de seus clientes. A primeira questão levantada refere-se ao mercado preferencial da indústria do Piauí. Constatou-se que existe um equilíbrio entre a produção voltada para o mercado interno (33,3%) e para o mercado externo (38,8%), enquanto que uma boa parte das empresas produzem, preferencialmente, para ambos os mercados (27,7%).[46]

Outra informação obtida a partir da pesquisa diz respeito aos atributos dos produtos produzidos pelas indústrias do Piauí junto aos consumidores, isto é, qual a ênfase dada pelas empresas aos seus produtos com o objetivo de conquistar clientes. A tabela seguinte procura nos dar estas informações.

TABELA 10

EMPRESAS – ATRIBUTO DOS PRODUTOS MAIS ENFATIZADOS JUNTOS AOS CONSUMIDORES

ATRIBUTOS / INDÚSTRIA	MENOR PREÇO	MARCA	QUALIDADE	ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	SOFISTICAÇÃO TECNOLÓGICA
ANTÁRTUCA	-	50%	50%	-	-
GRUPO DO SEBRAE	12,5%	25%	25%	12,5%	25%
EMPRESAS INDEPENDENTES	39,13%	26,08%	26,08%	8,69%	-
MÉDIA GERAL	30,3%	27,27%	27,27%	9,09%	6,06%

Fonte: "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 199.

[46] "Estudo Preliminar do Comportamento da Indústria Piauiense em Relação ao Novo Paradigma Industrial e Tecnológico do Século XX", 1998, p. 198.

Constata-se que a principal ênfase das empresas para conquistar o mercado consumidor é o menor preço (30,3%). Enquanto que a marca e a qualidade do produto vem logo em seguida (27,27%). Provavelmente o destaque para o menor preço foi resultado da indústria alimentícia, onde o consumidor representa um segmento social de baixa renda.

Outro aspecto que deve ter contribuído para a relevância do menor preço foi a concorrência interna muito acirrada, onde se destaca os setores da construção civil e do ramo de cerâmica. No caso da qualidade, conta os setores voltados para um mercado mais exigente e de maior poder aquisitivo, destacando-se os setores de metalurgia e confecções. O fator marca do produto está relacionada com empresas que conseguiram, ao longo do tempo, fortalecer seu nome no mercado local, embora esse atributo seja secundário para o mercado externo.

Neste sentido, percebe-se que as empresas do Piauí, do setor industrial, ainda são muito carentes de bens de capital, embora muitos investimentos nesse sentido já tenham sido feitos. A maioria das máquinas e equipamentos existentes ainda é especializada e rígida, mas o processo de automação flexível está em curso. Em relação às novas formas de gestão e organização do trabalho, embora os avanços ainda sejam bastante tímidos, percebe-se que os primeiros passos já foram dados, particularmente em relação a constituição das células de produção, do trabalho em equipe e a implantação da cultura da chamada filosofia da qualidade.

Entretanto, a indústria local, assim como a nacional, apresentou um número elevado de níveis hierárquicos, revelando ainda uma forte verticalização funcional, bem como a elevada rotatividade da mão-de-obra, cuja redução se constitui em fator importante no sentido do capital conquistar a "cooperação" ou "parceria" do trabalhador. Outro aspecto importante que tem dificultado a implantação do novo paradigma produtivo é o baixo nível de escolaridade e formação profissional do trabalhador piauiense, embora algumas empresas já tenham tomado a iniciativa de promover, elas próprias, cursos de qualificação profissional, bem como de primeiro e segundo grau e até de idiomas, particularmente de inglês, que é a linguagem do computador.

Na relação das empresas com os fornecedores, predomina, como assinalamos, muitas dificuldades de natureza estrutural, como as grandes distâncias geográficas e as precárias condições das rodovias, o que impede uma maior confiança entre as partes. Esse fator tem contribuído para a manutenção de elevados estoques, aumentando os custos de produção.

Alguns passos importantes foram dados pela indústria local para elevar o grau de satisfação dos clientes. O que pesou nesse caso foi o fato de que

muitas empresas da amostra da pesquisa têm o mercado externo como alvo preferencial, aspecto que eleva a competitividade e obriga o investimento na qualidade dos produtos.

Para concluir este item, recorremos mais uma vez a análise do relatório da pesquisa realizada no estado do Ceará:

> "Diante de tudo isso, é possível antecipar como conclusão que, do ponto de vista da contratação e gerenciamento da força de trabalho, o processo de **inovações tecnológicas e organizacionais** não pode ser configurado como sendo expressão de um novo paradigma de organização industrial, no sentido de que as empresas pesquisadas estariam experimentando um processo de **reestruturação produtiva**. Mas é preciso examinar tudo isso mais devagar. Para tanto, faz-se necessário expor, ainda que em linhas bem gerais, as determinações do modelo taylorista-fordista, contrapondo-se com as do novo modelo do trabalho. Este confronto permitirá investigar até que ponto se pode dizer que o processo de inovações tecnológicas e organizacionais representa a emergência de um novo paradigma de organização da produção" (Teixeira, 1999: 45-6).

Neste sentido, podemos afirmar que a indústria piauiense, como revelou a pesquisa, demonstrou ainda adotar, predominantemente, o velho paradigma advindo das teses de Taylor e de Ford. Isto, a rigor, não é nenhuma novidade porque o conjunto da indústria brasileira ainda tem sua estrutura organizativa assentada em bases cujos pressupostos relacionam-se principalmente com o taylorismo/fordismo. Entretanto, é preciso reconhecer que a indústria piauiense, assim como o setor industrial do país, já iniciou um processo de transição visando adotar um novo paradigma produtivo.

3.3. O CASO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE ROUPAS GUADALAJARA

A Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara surgiu em 1973, na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. O nome da empresa é uma homenagem ao estado mexicano que abrigou a seleção brasileira de futebol durante a Copa do Mundo de 1970. Na época o governo do estado ofereceu vários incentivos fiscais, como uma redução de 80% do ICMS, enquanto na área federal foi concedido 100% de isenção no imposto de renda, ambos por um período de 10

anos. Atualmente a empresa, através de um projeto de ampliação e modernização, obteve novamente a isenção de imposto de renda, mas não do ICMS.[47]

A Guadalajara produz confecções em geral (foto 1), fabricando calças, camisas, vestidos, saias, jaquetas, bermudas, e é detentora da marca Ônix, uma das principais marcas de jeans do país. Há quatro anos fabricando em média 4 milhões de peças anuais, a empresa pretende aumentar sua produção para 5 milhões de peças até 2003, isto é, 25% a mais. De acordo com Flávio Germano Magalhães, diretor administrativo da empresa, desde o surgimento da fábrica,

> "produzimos exatamente esses mesmos produtos e ao longo desse período a gente vem instalando a empresa e treinando pessoal, onde uma das principais dificuldades encontradas na época era a carência de mão-de-obra qualificada na área de mecânicos de máquina de costura, costureiras, supervisores, etc. Todo o nosso pessoal foi treinado pela empresa. As pessoas eram daqui mesmo, praticamente não trouxemos ninguém de fora do Piauí. Ainda hoje temos um treinamento permanente para fazer a preparação do pessoal com que a gente trabalha, porque nós temos uma filosofia que, diferentemente das outras empresas que exigem dois ou três anos de experiência, a gente prefere pessoal sem experiência para que possamos treiná-lo na própria empresa"[48].

A Guadalajara pertence ao Grupo Claudino que é o maior do estado do Piauí e um dos maiores do Nordeste, possuindo empresas nos mais variados ramos da atividade econômica, tais como: lojas de departamentos (Armazém Paraíba); construção civil (Construtora Sucesso); frigorífico (Frigotil); fábrica de colchões (Socimol); além de possuir o maior shopping center do Piauí (Teresina Shopping). De acordo com o Balanço Anual do Jornal Gazeta Mercantil, revista que divulga as maiores empresas brasileiras com base na receita operacional líquida, esse grupo econômico tem crescido significativamente desde o seu surgimento no Estado. Em dez anos (1987-1997) o Armazém Paraíba passou do 31° para o 16° lugar no ranking das 100 maiores empresas nordestinas, fato que revela a força econômica desse grupo. A Guadalajara, no mesmo período, passou do 15° para o 5° lugar no ranking das maiores indústrias de confecções do país e atualmente é a quarta maior do Nordeste.[49]

---

[47] A primeira lei de incentivos fiscais foi instituída no Piauí em 1973, no governo Alberto Silva (1971-1975), mas foi revogada em 1981 pelo Governo Federal, quando o então Ministro do Planejamento, Delfim Neto, propôs a revogação de toda lei estadual de incentivos fiscais. Somente no início dos anos 90, no governo Freitas Neto (1990-1994), o Piauí voltou a ter uma lei de incentivos fiscais, posteriormente, no governo Francisco de Assis de Moraes Sousa (1994-1998), foi aprimorada e adequada à política econômica vigente de liberalização das importações.

[48] Flávio Germano Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/1998.

[49] Balanço Anual do Jornal Gazeta Mercantil (1987-1997).

A Guadalajara exportou no ano passado 900 mil peças para o mercado externo, principalmente para os Estados Unidos, cerca de 25% da sua produção. Atualmente, apenas 10% da produção ficam no Piauí, enquanto que o restante destina-se para o eixo Rio-São Paulo e para fora do país. O parque industrial da empresa se divide entre a produção de marcas próprias, Onix e Dax (fotos 2 e 3), que corresponde a 65% da produção da fábrica, e a fabricação de outras grifes, entre elas, marcas famosas como Calvin Klein, Guess, Forum, e Glória Vanderbilt, de outros países, mas produzidos no Piauí.[50] Na realidade, a subcontratação tem sido uma tendência atual do setor: "grandes tecelagens multinacionais e nacionais, além das indústrias de confecções de griffes famosas, tem optado pela subcontratação de terceiros para diversas fases da produção, desde o tecido até sua confecção final" (Colli, 1997:60).

3.3.1. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA GUADALAJARA

A estratégia utilizada pela Guadalajara para elevação da qualidade, da eficiência, da competitividade e da produtividade tem semelhanças, mas também guarda diferenças de outras experiências, até porque sabemos que "pesquisas realizadas ao longo dos anos 90 em diferentes estados do país têm mostrado como a reestruturação do setor de confecções vem se processando de forma diferenciada conforme as características regionais e as estratégias empresariais (...)" (Araújo e Amorim, 2001: 06).

Na pesquisa que realizamos na Guadalajara verificamos que a estratégia utilizada difere das experiências verificadas, por exemplo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, onde predominaram diversas experiências de terceirização, precarização e subcontratação. A pesquisa realizada com as indústrias de confecções em Belo Horizonte revela a predominância de pequenas e micro empresas e onde há um grande desconhecimento em relação aos novos métodos de gestão do trabalho, a principal estratégia utilizada para elevar a competitividade e a produtividade foi á redução da força de trabalho e o recurso ao processo de terceirização, fato semelhante ocorreu em São Paulo, particularmente na região de Americana, sobretudo no setor têxtil.

No Rio de Janeiro e na região de Campinas, também caracterizado por empresas de pequeno e médio porte, as estratégias empresariais para elevar o grau de competitividade, recorreram a utilização do trabalho a domicílio. No Ceará, há um estudo sobre as indústrias de confecções na região do Maciço de Baturité, onde

[50] Jornal Diário do Povo. Edição de 25/05/2001, pág. 23.

empresários asiáticos, com apoio do governo do Estado, investiram no ramo de confecções com o objetivo de elevar a produtividade através da subcontratação de cooperativas de confeccionistas.[51]

Nestas empresas, "predomina uma mentalidade empresarial conservadora, pouco disposta a investir na modernização tecnológica ou organizacional e que privilegia o recurso a informalização e ao trabalho a domicílio como forma de ampliação da capacidade instalada" (Araújo e Amorim, 2002: 06).

> "A crise econômica instaurada no país no início da década de 90 e principalmente o processo de abertura comercial iniciada no Governo Collor levou a indústria de confecção a sofrer um dos seus piores períodos de recessão. A entrada de produtos exportados, especialmente de tecidos e roupas em grande volume e a preços baixos, provocou a redução da produção ou suspensão das atividades produtivas em muitas empresas e até mesmo a falência de algumas delas (...). Nesse contexto, somente na segunda metade da década (1994-1996), ocorreu um aumento do número de estabelecimentos confeccionistas, principalmente nos estados em que predominavam um maior número de confecções (MG, RJ, SP, PR, SC). (...) Desprotegidas diante das novas condições impostas pela mudança na política econômica, e marcadas por um aparato produtivo defasado em relação ao mercado externo, muitas empresas começaram a buscar alternativas que garantissem sua permanência no mercado interno e o resgate da sua capacidade competitiva. Em resposta à crise, inicia-se então lentamente e de forma bastante heterogênea, um processo de reestruturação do setor de confecções" (Araújo & Amorim, 2001: 05-06).

---

[51] Sobre as empresas de confecções da região de Belo Horizonte (MG), ver VERSIANI, Ângela e GASPAR, Renata de M. Diferenças e similaridades entre micro, pequenas e médias empresas do segmento de confecção na região metropolitana de Belo Horizonte. IN: NABUCO, M. R. e NETO, A. C. (orgs.). Relações de Trabalho contemporâneos. Belo Horizonte, PUCMINAS/IRT, 1999. Sobre o caso do Rio de Janeiro, ver ABREU, Alice P. e SORJ, Bila (orgs.). O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1993. Sobre os da região de Americana (SP), ver COLLI, Juliana M. O façonismo pelo avesso: um estudo das novas formas de organização do trabalho à facão no ramo de tecelagem no pólo têxtil de Americana-SP. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1997. Sobre o setor de confecção da região de Campinas, ver ARAÚJO, Ângela M. C. & AMORIM, Elaine R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicilio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. Cadernos Pagu (17), São Paulo, 2001. Sobre as cooperativas de confecções, ver MOREIRA, M. Vilma C. Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité – Ceará. IN: Globalização e mercado de trabalho no estado do Ceará. Fortaleza, UNIFOR, 1999.

Para enfrentar a crise descrita acima e para atingir a meta de produzir 5 milhões de peças até 2003 a Guadalajara iniciou em 1994 uma completa transformação nos padrões de organização da fábrica. Esta reengenharia pressupunha o investimento em novas tecnologias, mas também a adoção de novas técnicas gerenciais, isto é, novas formas de gestão e organização do trabalho, visando elevar a produtividade do trabalho com a redução do número de trabalhadores contratados. Inicialmente "nós mudamos todo o processo de produção de linha para o sistema de célula. Montamos cadeia de células, onde há redução do grupo de pessoas destinadas a produzir um mesmo produto, além disso, nós reformulamos layouts e seqüências de processos de trabalho como a própria transferência de algumas operações que eram na parte final para dentro de linhas produtivas, além de buscar a melhoria da qualidade dos produtos e reduzir o trabalho".[52]

Antes da implantação dos novos processos de trabalho, o operário era cobrado individualmente, isto é, as metas de produtividade e o sistema de gratificação eram individuais. Com o surgimento da célula ou equipe de produção, a definição das tarefas exigiu a instituição da polivalência, onde cada operário, em média, desempenha 4 ou 5 funções, e o sistema de prêmios passou a ser de natureza coletiva em cada célula. "Vista como uma forma de garantir os níveis de produtividade e de qualidade requeridos pela contratante, a incorporação do sistema de células proporcionou também uma redução dos custos, ao reduzir o desperdício e uma transferência de responsabilidades para as trabalhadoras, já que elas devem administrar o seu próprio trabalho e o de suas colegas" (Araújo & Amorim, 2001: 16).

A fábrica foi dividida inicialmente (1994)[53] em 13 equipes de produção, compostos de 32 trabalhadores, em média, cada. As células de produção (foto 4) são constituídas de 28 operários que operam máquinas de costura, na grande maioria mulheres, e 04 ferreiros, com função de passar a roupa, na maioria homens. Além disso, tem 01 apontador e 01 supervisor para cada quatro células, cuja tarefa é a coleta de dados para a aferição da produtividade e a definição dos prêmios, bem como a distribuição das metas de produção, respectivamente. Também existe 01 líder para gerenciar o trabalho e outro supervisor cuja função é gerenciar a qualidade dos produtos, também para cada quatro grupos.

Durante o período que permanecemos na fábrica, entrevistamos desde o diretor administrativo, passando pelos gerentes de produção, chefias intermediárias e, sobretudo, os operários. A maioria afirmou estar satisfeita com

[52] Sérgio Alves Noronha, chefe da oficina de manutenção de máquinas da Guadalajara, bem como gerencia a equipe de qualidade da empresa. Entrevista concedida ao autor em 07/04/1999.
[53] Atualmente, a fábrica está dividida em 21 células de produção com cerca de 25 operários, cada uma.

esses novos métodos, mas existem aqueles que claramente manifestam sua insatisfação diante das mudanças ocorridas, particularmente em relação ao sistema de premiação. Alguns preferiam o sistema anterior, onde a exigência do cumprimento das metas de produtividade e os incentivos eram de caráter individual. Essa divergência foi manifestada inclusive no interior da Cipa.[54]

As justificativas para as divergências em relação aos novos métodos têm origens variadas. A seguir, a partir de entrevistas por nós obtidas com operários da fábrica, reproduziremos algumas opiniões para demonstrar as contradições que envolvem o problema.

Uma operária, que trabalha há 18 anos na Guadalajara, comparando o método anterior com o atual, afirma que "o antigo, trabalhando individual, a gente ganhava melhor, porque ganhava prêmio individual, não era como hoje que a gente acaba tendo raiva porque tem gente no grupo que atrapalha. Por isso tem muita gente que fica desestimulada, esse problema não foi resolvido. Por isso eu prefiro o método anterior, porque eu sempre ganhava o prêmio, hoje eu praticamente não ganho, o antigo me beneficiava mais".

Uma outra funcionária, que trabalha na empresa há 14 anos, afirma que "o método anterior era mais difícil, até porque a gente trabalhava mais e perdia mais tempo. Agora nós perdemos menos tempo e ganha mais tempo em algumas operações. Perdemos os prêmios, mas ganhamos em outra parte porque estamos aprendendo outros tipos de operação. Do ponto de vista salarial não melhorou, mas melhorou porque aprendemos a fazer outros tipos de operação". Percebam que a operária está valorizando o método polivalente que é um dos aspectos fundamentais do novo paradigma técnico-produtivo.

A costureira, que tem 12 anos de empresa, nos fala "que embora as condições de trabalho tenham melhorado, com a implantação do 'banco de leite'[55] e da cesta de alimento, preferia o sistema anterior porque sempre tinha assegurado o ganho por produtividade e agora, por mais que se esforce, nem sempre ganha, porque só ganha se todos no grupo atingirem a meta definida".

---

[54] Na Guadalajara, a Cipa é constituída de representantes de empregadores e de empregados, sendo 50% de cada representação e o mandato é de 1 ano. Os empregadores indicam seus prepostos e os empregados elegem seus representantes. Dentre as diversas atribuições da Cipa, prevalece a idéia da prevenção de acidente no trabalho.

[55] A Guadalajara já recebeu alguns prêmios por instituir e manter o "banco de leite", que permite às funcionárias que tem filhos em fase de amamentação coletarem o leite materno durante o trabalho para levarem para casa após o trabalho. Como sabemos, a maioria das empresas não possuem esse importante instrumento que leva ao desperdício do leite materno para as trabalhadoras. No caso da operária entrevistada nos foi relatado que a mesma tem dois filhos. Um nasceu antes e o outro depois da implantação do "banco de leite", o filho de 5 anos pesa 13 kg, enquanto o de 2 anos pesa 12 kg.

Outra operária, com 16 anos de casa prefere afirmar que o sistema de trabalho "evoluiu bastante e hoje é em grupo e assim é melhor" e que todos têm condições de atingir a premiação "porque nós somos unidos e todos se ajudam".

Entretanto, o que podemos perceber é que todos estão satisfeitos com o fato de que o novo método de trabalho reduziu o esforço físico no desempenho das funções, com um cansaço aparentemente menor no final do dia de trabalho.[56] Outro aspecto importante, que deve ser destacado, é que, mesmo os operários reconhecendo que trabalhavam mais no sistema anterior afirmam que os "tempos mortos" eram também maiores, isto é, como a produção era individual quando o setor que alimentava um outro atrasava o operário ficava sem fazer nada.

Procurando demonstrar o impacto do método toyota ou das técnicas "japonesas" de administração sobre o trabalho industrial, Humphrey afirma que "do mesmo modo, em sistemas que trabalham com estoques reduzidos, uma equipe que trabalha com o produto em estágio mais adiantado pressionará seu 'fornecedor' a cumprir as metas de qualidade e quantidade. O não-cumprimento das metas prejudica o trabalho dessa outra equipe, que terá que trabalhar em horários dilatados ou de modo mais acelerado para compensar. Dessa forma, o desenvolvimento de um sistema de 'clientes internos' coloca os operários numa situação em que eles monitoram e controlam o desempenho dos demais trabalhadores" (Humphrey, 1995: 124).

A nova racionalidade do capital e o incremento tecnológico ao acelerar o chamado "desemprego estrutural" provocaram, como vimos, a extinção em massa de postos de trabalho. O crescente processo de terceirização, a subproletarização do trabalho com a afirmação do trabalho precário, temporário e parcial, etc... elevam o nível de exploração dos trabalhadores que somente encontra paralelo nas origens do capitalismo. Algumas dessas características demonstram, inequivocamente, a atualidade das idéias de Marx, segundo a qual "(...) o salário por peça permite ao capitalista contratar o trabalhador principal (...) estabelecendo um tanto por peça, um preço pelo qual o trabalhador principal se obriga a recrutar e a pagar seus auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador" (Marx, 1989: 640).

Atualmente, com o trabalho polivalente, os operários, em cada célula (foto 5) onde a produção de um determinado produto tem inicio, meio e fim, desenvolvem três ou quatro funções e operam duas ou três máquinas. Dessa forma, quando um operário encerra a sua tarefa vai ajudar em outra, para garantir que o grupo atinja a meta de produtividade e faça jus à gratificação, reduzindo, assim, a

[56] Há alguns anos a empresa implantou um sistema de refrigeração dos galpões da fábrica que consegue reduzir a temperatura ambiente em até 9° graus, fato que possibilita uma menor sensação de cansaço ao final do dia.

chamada "porosidade" no processo produtivo ou os chamados "tempos mortos". "Este sistema de gestão alem de gerar cansaço fisico, devido ao intenso ritmo da produção, provoca desgaste emocional devido à pressão coletiva exercida pela própria célula que se soma a exercida pela supervisão" (Araújo e Amorim, 2001: 17).

Neste sentido, é importante perceber que, no sistema de célula de produção (foto 6), ocorre uma redução dos níveis hierárquicos e o quase desaparecimento daqueles que controlam a produção, passando um trabalhador a controlar ou vigiar o outro trabalhador, levando a um processo contínuo de quebra da solidariedade entre os trabalhadores. Essa é uma das razões, ao nosso juízo, para que a grande maioria dos entrevistados, quando perguntados sobre a importância do sindicato no momento atual, tenham afirmado que não eram sindicalizados porque não percebiam no sindicato um instrumento para defesa de seus interesses.

> "O controle de qualidade feito pelo próprio trabalhador, agregado ao aumento da produtividade em equipe, à maior autonomia no trabalho e o aumento do salário relacionado com o aumento da produtividade, isto é, de acordo com o número de peças produzidas em equipe, traduzem em poucas linhas uma similaridade muito grande entre esta forma de organização com formas pretéritas de organização do trabalho" (Colli, 1997: 87).

A sensação de menor cansaço ao final do dia de trabalho leva os operários a pensar que trabalham menos no método atual do que no anterior, embora reconheçam que no sistema atual houve uma redução brusca dos lapsos no trabalho. Outro aspecto importante, revelado nas diversas entrevistas que realizamos na fábrica, é que, para o operário da Guadalajara, existe uma sensação que as metas de produtividade anteriormente estabelecidas eram muito grandes e agora foram reduzidas. Como afirmamos anteriormente, esta também não passa de simples "sensação", posto que, na realidade, a produtividade, por operário, quase dobrou, após a implantação das novas formas de gestão e organização do trabalho.

Para verificar esta questão de forma mais acurada colhemos informações acerca da produção e da produtividade na empresa, bem como o número de funcionários e os dias trabalhados durante um determinado período (1990-1998) para que pudéssemos avaliar o impacto dos novos métodos de trabalho na fábrica. A Tabela 11 irá nos fornecer importantes informações que nos ajudará em conclusões mais precisas.

TABELA 11
INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE ROUPAS GUADALAJARA
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS; PRODUÇÃO ANUAL; DIAS TRABALHADOS;
PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL E DIÁRIA (1990-1998)

ANO	Número de funcionários	Produção	Produtividade média anual	Dias trabalhados	Produtividade média diária
1990	2.386	2.870.406	1.203,02	230	5,2
1991	2.209	2.938.131	1.330,07	237	5,6
1992	2.313	2.800.010	1.210,55	248,5	4,9
1993	2.556	3.600.000	1.408,45	243,5	5,8
1994	2.617	3.629.827	1.387,02	248	5,6
1995	2.324	3.621.375	1.558,25	245,5	6,3
1996	2.614	4.043.947	1.547,03	250	6,2
1997	2.211	3.472.249	1.570,44	244,5	6,4
1998	1.885	3.338.321	1.770.99	248	7,1

Fonte: Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara[57]

A Tabela acima nos remete a diversas reflexões. A primeira delas diz respeito às inovações tecnológicas e organizacionais inseridas na fábrica, principalmente, a partir de 1994. Percebe-se que houve uma redução do número de trabalhadores, no período, na ordem de 26,6%. Nota-se que, mesmo com esta redução da força de trabalho, a produção cresceu 16,3%, enquanto a produtividade média anual por trabalhador teve um incremento de 47,2%. Verifica-se também que a quantidade de dias trabalhados não se alterou significativamente no período, mas a produtividade diária por trabalhador passou de 4,9 peças produzidas em 1992 para 7,1 em 1998, o que representa um aumento de 44,9%.

Segundo Carlos Alberto Leal, gerente industrial da Guadalajara, quando indagado se na sua opinião, numa escala de 0 a 5, o aumento de produtividade na empresa se deveu mais ao incremento de novas tecnologias ou a utilização de novos processos de trabalho, isto é, novas formas de gestão e organização do trabalho, respondeu que essa proporção ficaria "em torno de **3,5** (70%) para novos sistemas, processos ou métodos de trabalho, isto é, tecnologia do trabalho propriamente dita e o restante, cerca de **1,5** (30%), representaria novas tecnologias de equipamentos, novas máquinas, etc". Perguntamos também se esses

[57] Segundo informações da Empresa, em média, 90% dos funcionários está vinculado à produção. A produção está quantificada em milhões, enquanto que a produtividade média anual está quantificada em milhares de peças de roupas produzidas. A produtividade média anual e diária refere-se ao número de peças produzidas por trabalhador.

novos métodos de trabalho elevaram o nível de produtividade por operário. Ele afirmou que quando chegou na empresa cada operário produzia em torno de 4 peças por dia. Hoje, de acordo com o gerente industrial, "nós estamos chegando a quase 8 peças por operário/dia, ou seja, tivemos um aumento de quase o dobro do que produzíamos anteriormente".[58]

Na verdade, nos estudos mais gerais sobre a implantação do novo paradigma produtivo revelam que, no Brasil, prevalece a tese de que o aumento da produtividade, de fato, é uma decorrência principal das novas técnicas gerenciais ou de novos métodos de trabalho ou, como preferimos denominar, novas formas de gestão e organização do trabalho e, em parcela minoritária, do investimento das empresas em novas tecnologias, isto é, máquinas e equipamentos.[59]

Sobre a questão do aumento da produtividade e da redução da força de trabalho, é importante afirmar que essa foi a tendência geral da indústria brasileira na década de 90. Segundo dados do IBGE (1990-1999),[60] houve uma redução da ordem de 48% do emprego industrial no Brasil, enquanto que a produtividade da indústria, no mesmo período, cresceu 55%, de acordo com a FIESP. Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria) o faturamento médio do setor industrial cresceu 45,9% na última década do milênio.

> "Os empresários da indústria brasileira não têm do que se queixar em relação aos resultados do setor nos anos 90. Enquanto reduziu seu quadro de funcionários pela metade na década, a indústria nacional faturou 46% a mais. O setor investiu na modernização do parque fabril, avançou tecnologicamente e experimentou no período um brutal aumento de produtividade. Economistas explicam, porém, que esse ganho de eficiência foi centrado menos no lado do capital e muito mais na transformação da força de trabalho, o verdadeiro dínamo do setor nos anos 90".[61]

Aliás, quando se fala na redução do número de trabalhadores com o respectivo aumento da produtividade, merece atenção especial a questão do desemprego, cuja evolução, no Brasil e no mundo, tem sido crescente. Como já afirmamos, a questão do desemprego tem sido um desdobramento traumático do

---

[58] Carlos Alberto Leal, que trabalha na Gudalajara há 17 anos, entrevista concedida ao autor em 08/03/99

[59] Para maiores informações ver **Trabalho e Reestruturação Produtiva – 10 anos de linha de produção**. São Paulo, DIEESE, 1994.

[60] IBGE. Pesquisa de Emprego Industrial no Brasil (fevereiro de 2000).

[61] Jornal O Globo, edição de 28/02/2000, p. 19. De acordo com a matéria, intitulada 'o dínamo da indústria', o setor automotivo é o maior exemplo desse crescimento industrial: "as montadoras de veículos instaladas no Brasil iniciaram os anos 90 com 138 mil trabalhadores, que fabricaram 914 mil veículos (uma média de 6,6 veículos por funcionário). Em 1999, a relação já era de 14,07 carros por trabalhador. Entre 1990 e 98, o faturamento do setor subiu de US$ 14,7 bilhões para US$ 27,5 bilhões (uma alta de 87%)".

processo de reestruturação produtiva, em curso, porque as novas tecnologias são poupadoras de força de trabalho. No denso e importante trabalho sobre a competitividade da indústria brasileira, Coutinho e Ferraz afirmam que

> "em relação ao emprego, os resultados do ECIB não são diferentes das evidências de todas as pesquisas de emprego industrial feitas no país. A pesquisa de campo mostrou que entre 1987/89 e 1992 o emprego médio por empresa sofreu uma queda de 16%. Segundo a Fiesp, entre dezembro de 1992 e agosto de 1993 a produção na indústria paulista aumentou 46,6%, enquanto o número de postos de trabalho aumentou apenas 0,1%. A queda dos níveis de emprego é preocupante, pois está ocorrendo não só a eliminação de empregos que eventualmente poderiam ser retomados com o crescimento, mas também a extinção de empregos, pela introdução de novas técnicas organizacionais menos intensivas em emprego, redução de níveis hierárquicos e mudanças das estruturas de cargos e salários" (Coutinho & Ferraz, 1994: 225-6).

Sobre a redução dos níveis hierárquicos, o executivo Flávio Magalhães afirma que, na Guadalajara, anteriormente havia para cada 100 funcionários, quase 10% para controlar e cobrar a produção, atualmente existe um para cada 100,[62] se referindo, naturalmente, às novas formas de gestão e organização do trabalho introduzidas na empresa como as células de produção e o "just in time".[63] Com o pretenso fim da hierarquia dentro da fábrica, é preciso que o trabalhador, do ponto de vista do capital, perceba a empresa como extensão da sua família ou residência, reforçando o individualismo, a competição entre os trabalhadores, fragilizando seus laços de solidariedade e enfraquecendo sua organização sindical. O objetivo fundamental é satisfazer a vontade do cliente com a pretensa melhoria da qualidade dos produtos.

Nos países desenvolvidos o processo de reestruturação produtiva também foi acompanhado de medidas que visavam reduzir os custos das empresas com a força de trabalho para que pudessem competir em melhores condições em um mundo cuja economia está cada vez mais globalizada. De acordo com Lipietz, quando o chamado Estado de bem-estar social, que caracterizou as nações mais ricas do mundo nos anos 50/60, entra em crise leva o capitalismo a se reestruturar, tanto do ponto de vista macroeconômico, com a adoção de receitas neoliberais, quanto do ponto de vista microeconômico, com instituição de novas formas de

---

[62] Flávio G. Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/98.

[63] A reestruturação produtiva, como já afirmamos, implica na utilização de novas tecnologias (máquinas modernas) e novas formas de gestão e organização do trabalho, onde podem ser citadas as células de produção (os trabalhadores são divididos em equipes) e o "just in time" (na hora certa), que corresponde a um sistema de organização da produção para produzir na quantidade e no tempo exatos.

gestão e organização do trabalho. Na opinião do autor o fim da "idade do ouro" ocorreu quando "o grande compromisso fordista e a virtuosa configuração mundial sob a hegemonia americana começam a mostrar fissuras pelo fim dos anos 60" (Lipietz, 1991: 41).

Na opinião de Harvey, para enfrentar essa conjuntura e superar a crise as empresas foram obrigadas "a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação" (Harvey, 1992: 137 e 140).

Segundo Ricardo Antunes, as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho revelam que está em curso um processo contraditório e de movimentos variados, onde tendências claramente excludentes e que precarizam o trabalho, coexistem com tendências que tem permitido a melhoria das condições de trabalho. De acordo com Antunes,

> "não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há (...) uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência - intelectualização do trabalho manual - é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda - a desqualificação - mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista (...)" (Antunes, 1995: 54).

A mentalidade da qualidade, voltada para atender ao cliente, elevar a produtividade e reduzir custos, vem sendo implementada na Guadalajara desde o início dos anos 90. Nas várias entrevistas que realizamos no interior da fábrica, sempre perguntávamos acerca do conceito de qualidade na opinião dos entrevistados. Predominou a idéia de satisfazer ao cliente mais exigente nos dias atuais. A implementação do programa ISO 9000 teve como desdobramento a adoção da "teoria" dos 5 "S", também chamada de "teoria" dos 5 "zeros", que significa:

1. organização; 2. disciplina; 3. higiene; 4. menos defeitos; 5. menos estoque. Ou a sua versão mais radical: 1. zero estoque; 2. zero defeito; 3. zero espera; 4. zero pane; 5. zero descarte.

Buscando aperfeiçoar o que iniciou em 1994, a direção da Guadalajara introduziu a partir de 2000 um sistema chamado de Velocidade de Atravessamento Constante (VAC), que consiste em um processo produtivo em que as células de produção têm suas metas de produtividade aferidas a cada meia hora de trabalho, e não a cada dia ou por mês, ou seja, cada célula tem que produzir um número determinado de peças. O importante nessa técnica é que ela permite um acompanhamento mais sistemático e eficiente do processo produtivo, com a conseqüente visualização e a solução mais rápida de eventuais problemas, buscando resolvê-los na sua origem.

Nos anos 70, quando a Guadalajara surgiu, não havia preocupação, por parte da direção, com o nível de escolaridade dos operários. Os estudos até atrapalhavam, porque a fábrica precisava dos seus funcionários em horários que tornava incompatível estudar e trabalhar. A partir dos anos 90, com a introdução de novas técnicas gerenciais, essa mentalidade mudou. A empresa passou a exigir, como escolaridade mínima, o segundo grau para contratação. Oferece benefícios socais e educacionais como forma de cooptar e elevar o nível de conhecimentos gerais dos seus funcionários.

Os operários têm a sua disposição, durante o horário de trabalho, assistência médica e odontológica, além de receberem mensalmente a doação de uma cesta básica com 18 Kg de alimentos para quem ganha até dois salários mínimos. Como 90% dos operários são mulheres, foi criado há seis anos o banco de leite para que as mães com recém nascidos possam guardar o leite e garantir a amamentação dos seus filhos.

A Guadalajara oferece cursos de qualificação profissional e de língua estrangeira, principalmente inglês em função da linguagem do computador, dentro da própria empresa e tem convênios com escolas públicas e privadas para que os funcionários mais antigos possam ser escolarizados. Atualmente, 70% dos funcionários têm o primeiro ou o segundo grau e o restante está estudando, inclusive em cursos de pré-vestibular.

Em recente trabalho de pesquisa sobre duas indústrias de confecções no Ceará, onde a empresa **A** se organizava de acordo com os métodos de Taylor e Ford e a empresa **B** se baseava em métodos alternativos através de um processo de reestruturação produtiva, semelhante ao que está ocorrendo na Guadalajara, o pesquisador chegou a uma conclusão que nos parece bastante razoável, qual seja: "Então, o que se busca com a subjetivação do trabalho, ao se adotar novos métodos

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

e técnicas de organização do trabalho, é, na verdade, uma intensificação da produção da mais-valia relativa" (Arruda, 1999: 119).

Na opinião de Hirata, a utilização de alguns métodos produtivos como o japonês, a partir de instrumentos como a desespecialização do trabalhador conjugada com a multifuncionalidade, produção sintonizada com a demanda através da utilização de técnicas como o just in time, kanban (visando reduzir os estoques) tem como resultado que o trabalhador, submentido a essa forma de organização, deverá intensificar seu trabalho, flexibilizando a sua jornada de trabalho (Hirata, 1993).

Neste sentido, é perfeitamente possível afirmar que a Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara, sediada no Piauí, um dos estados mais pobres da Federação e pertencente a uma das regiões periféricas do país, que por sua vez localiza-se na periferia do capitalismo internacional, está implementando, a largos passos, um processo de reestruturação produtiva que está em perfeita sintonia com as transformações que ocorrem no mundo avançado, tanto do ponto de vista das novas técnicas organizacionais de gestão do trabalho, quanto em relação às inovações tecnológicas propriamente ditas. Sobre esse segundo aspecto passaremos a analisar na seqüência.

3.3.2. O INCREMENTO TECNOLÓGICO NA GUADALAJARA

> "(...) Indícios do movimento de modernização do setor são o crescimento do parque de máquinas instalado no período de 1993 a 1995 e a diminuição da idade média dos equipamentos. Entretanto, esta é uma indústria intensiva em mão de obra, cuja etapa principal do ciclo produtivo, a costura, absorve 80% do trabalho vivo, que tem alta participação no custo total. A inovação tecnológica, assim, tem se verificado principalmente nas etapas anteriores à costura, através da utilização de sistemas CAD nas fases de desing, modelagem, gradeamento e encaixe, e de equipamentos de controle numérico na fase de corte. No entanto, as especificidades e inovações na principal matéria prima (o tecido), as especificidades e fragmentação do mercado, bem como o alto custo dos novos equipamentos, dificulta a superação da defasagem tecnológica e 'faz com que a indústria de confecção ainda se estruture no binômio máquina de costura/costureira'" (Araújo e Amorim, 2001: 06).

A partir de 1994, o investimento em novas tecnologias na Guadalajara, com a aquisição de modernas máquinas, na maioria importadas, permitiu, também, ao lado da adoção de novas formas de gestão e organização do trabalho, a elevação

da produtividade do trabalho. Neste sentido, passamos, agora, a comentar e mostrar estas novas máquinas e o seu impacto no processo produtivo.

Entretanto, é preciso reconhecer que esse avanço deveu-se também ao grande investimento que a empresa fez em novas tecnologias, com a importação de máquinas e equipamentos ultramodernos. Para Flávio Germano Magalhães, o principal executivo da Guadalajara, anteriormente citado, a história recente da indústria do Piauí pode ser dividida em dois períodos, cujo marco divisório é o ano de 1994 e, para tanto, utiliza como exemplo à própria fábrica que dirige, afirmando a importância da abertura das fronteiras econômicas, sobretudo a liberação da importação de novas tecnologias, para o aumento da produção, redução do número de empregados e a elevação da produtividade:

> "Até 1994 o acesso a qualquer tecnologia no exterior passava pelo chamado imposto de importação, porque havia barreiras, o Brasil estava dentro de um sistema retrógrado de substituição de importação implantado na década de 40 e que perdurou até 1994. Alguns produtos eram proibidos de serem importados e outros tinham alíquotas de importação muito elevadas. Por exemplo, máquina de costura, tinha 45% de imposto de importação, mais 10%, 12% e até 15% de IPI, mais taxas de alfândega, mais despesas diversas que no final das contas praticamente dobrava o valor do material. Então o custo da nossa mercadoria acabava ficando o dobro do que se comprava em países vizinhos, na Europa ou nos EUA. Em 1994, como nós não tínhamos, no país, máquinas de costura, principalmente máquinas de alta tecnologia, eletrônica, computadorizada, o governo liberou a alíquota, que chegou a praticamente zero. Com essa nova tecnologia a gente pôde fazer uma redução do número de funcionários, mantendo e até mesmo elevando os níveis de produção".[64]

O executivo afirma também que não reduziu ainda mais o quadro de funcionários por causa de razões de "natureza social", porque, na realidade, se ele tivesse que enxugar a fábrica segundo as exigências do novo paradigma produtivo, ele somente necessitaria de 50% do quadro de funcionários que a empresa possuiu no pico de produção.[65]

O processo produtivo da empresa reúne o que há de mais moderno, ágil e funcional na indústria de confecções no Brasil e no mundo. Por esta razão a

---

[64] Flávio G. Magalhães. Entrevista concedida ao autor em 29/09/1998.

[65] Idem, entrevista concedida ao autor em 29/09/98. O pico do número de funcionários que a Guadalajara possuiu foi 2.617 (1994), o que implicaria uma redução para cerca de 1.300 funcionários. Isto significa que, em relação ao número de funcionários que a empresa tem atualmente, deveria ainda ocorrer uma redução do quadro de funcionários da ordem de 45%.

Guadalajara fabrica há vários anos peças para algumas das mais famosas e conceituadas marcas de jeans do Estados Unidos. Da marcação computadorizada das peças à embalagem, passando pela costura e pela lavagem, a fábrica combina modernos equipamentos tecnológicos à adoção de novas fórmulas gerenciais, como falamos na parte anterior deste capítulo.

Quando perguntado por onde começou a utilização das principais máquinas adquiridas pela Guadalajara, a partir de 1994, o gerente industrial Darlan Furtado afirmou que teve início pela sala de criação onde

> "todos esses trabalhos eram feitos numa folha de papel, desenhado à mão e hoje nós temos um sala de criação onde as pessoas desenvolvem a parte de estilismo tudo numa série de computadores. Quando você vem para a área de corte, tem uma sala de risco onde tudo é informatizado, onde se fazem os encaixes, desenvolvimento de modelos, etc. O setor de corte é também informatizado totalmente. Na área de costura nós temos muitas máquinas. Máquinas de bordar, com 15 cabeças e trabalha com 8 cores de linhas, máquinas de fazer detalhes de bolsos traseiros que faz milhares de detalhes todos iguais com padrão de qualidade e produtividade muito altos. Máquina de pregar bolso traseiro, são máquinas que custaram cem mil reais cada uma. Nós temos 4 dessas máquinas. Uma máquina dessas automatizada leva 17 segundos para desempenhar certa tarefa, enquanto que uma convencional levaria 1 minuto ou mais".[66]

No setor de lavagem, um dos que mais chamam a atenção na indústria, acontece uma verdadeira transformação do tecido, neste estágio já em forma de calças e camisas. Áspero, duro e ressequido em sua estrutura original, o jeans ganha maciez, beleza e uma tonalidade de cor exclusiva depois de três horas de lavagem em pedras e enzimas a uma temperatura que pode chegar a 100 graus Celsius.

No início dos anos 80 a Guadalajara passou a utilizar uma máquina chamada Plotter (foto 7), uma impressora gráfica de grande porte com capacidade de impressão de alguma informação, tanto escrita como gráfica, que vai imprimir num papel os modelos das peças que serão recortadas. Antes desse período, os desenhos eram todos manuais e eram utilizados caneta e régua. O avanço tecnológico permitiu que os desenhos dos modelos de roupas fossem passados para um computador, que transferia os dados para o Plotter. O advento dessa máquina, que era operada por apenas quatro funcionários, representou um enorme avanço,

[66] Darlan Furtado, que trabalha na Guadalajara há 22 anos. Entrevista concedida ao autor em 08/03/1999.

mas uma vez riscado o papel o mesmo era sobreposto ao tecido onde uma máquina de corte manual (foto 8) executava o trabalho.

Nos anos 90 foi introduzida uma máquina de corte automático (foto 9), computadorizada, que não precisa mais riscar os modelos em papel, pois com os dados do computador corta diretamente o tecido e necessita de apenas um operário para executar o serviço. É importante destacar que atualmente toda a programação de risco é computadorizada (foto 10), isto é, não se utiliza mais caneta e régua, aumentando a produtividade, reduzindo enormemente o desperdício de tecido e utilizando muito menos força de trabalho.

Outra inovação tecnológica importante introduzida na fábrica foi à máquina de bordado automática (fotos 11 e 12), que possui 15 cabeçotes com velocidade de 900 rpm ou 900 pontos por minuto. Antes a empresa terceirizava esse serviço e agora utiliza um operador para cada duas máquinas, cujo trabalho é apenas abastecer cada uma de linha e de tecido e observar o funcionamento das mesmas. Ressalte-se que esta máquina tem um sensor que dispara acendendo uma luz vermelha quando a linha acaba ou se rompe, dispositivo absolutamente de acordo com o novo padrão técnico e produtivo.

Neste mesmo sentido, a máquina de filigrana (fotos 13 e 14) também contribuiu com a elevação da produtividade da empresa posto que anteriormente esse trabalho era realizado em uma máquina de costura reta por um enorme número de operárias e agora basta um operário para monitorar o funcionamento da máquina.

Devemos destacar também que a aquisição da máquina automática de pregar bolso traseiro (foto 15) e a máquina de pregar passante (foto 16), substituíram 10 máquinas de costura reta e trocou dez por dois operários, além de elevar a produtividade do trabalho. Neste sentido, outro exemplo importante foi o advento da máquina de traveti ou de mosquear (foto 17) e a máquina de casear (foto 18) que embora realizem apenas 01 operação, elevaram em até 40% a produtividade.

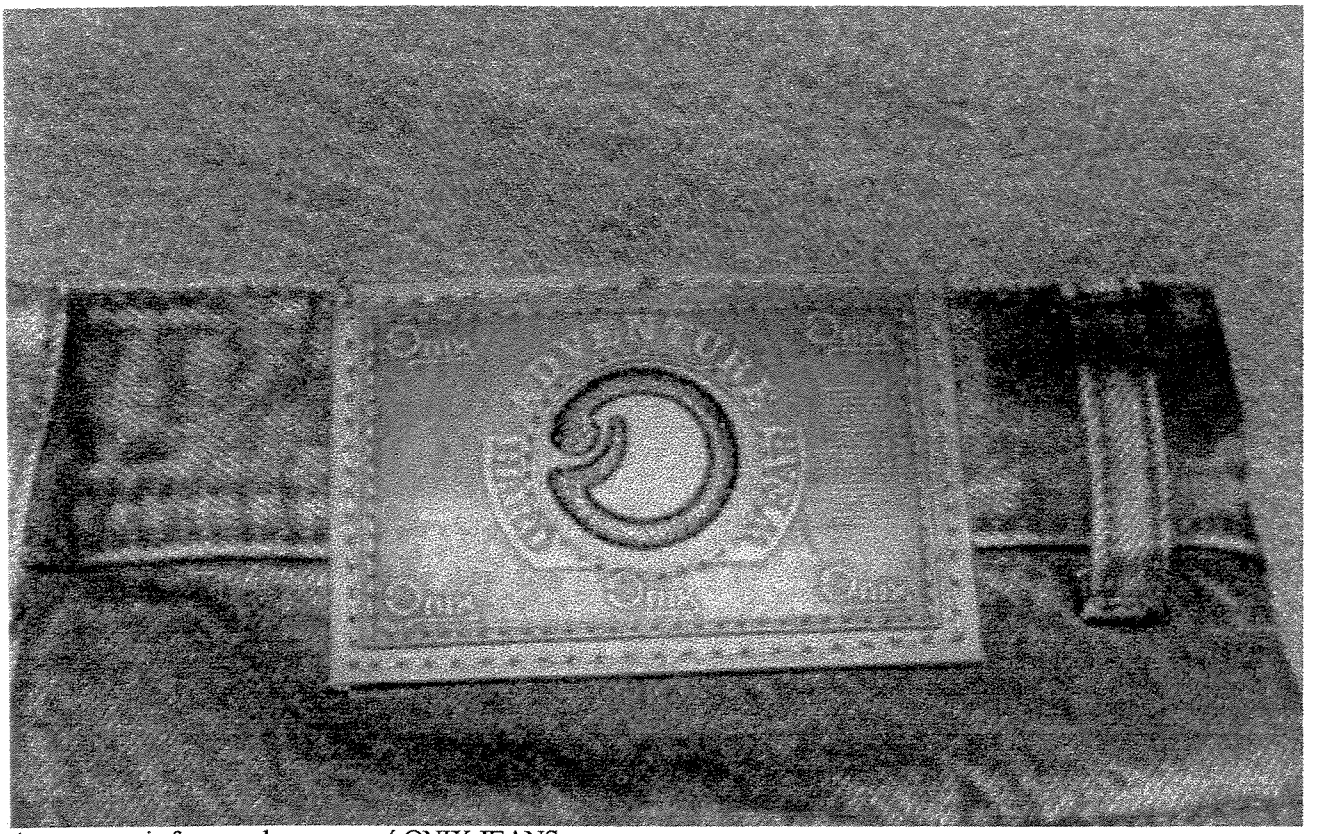
No setor de costura propriamente dito, o avanço tecnológico também foi grande. A velha máquina de costura reta (foto 19) foi substituída pela máquina semi-automática de 02 agulhas (fotos 20 e 21), que, ao contrário da anterior que realizava uma única operação, é flexível, isto é, realiza de 05 a 07 operações diferentes em média e o operário necessita de noções básicas de informática para manuseá-la.

CAPÍTULO 3 – ANEXOS (FOTOS)

FOTO 1

Vista panorâmica da fábrica, durante o processo produtivo.

FOTO 2



A marca mais famosa da empresa é ONIX JEANS.

FOTO 3

Onix Jeans.

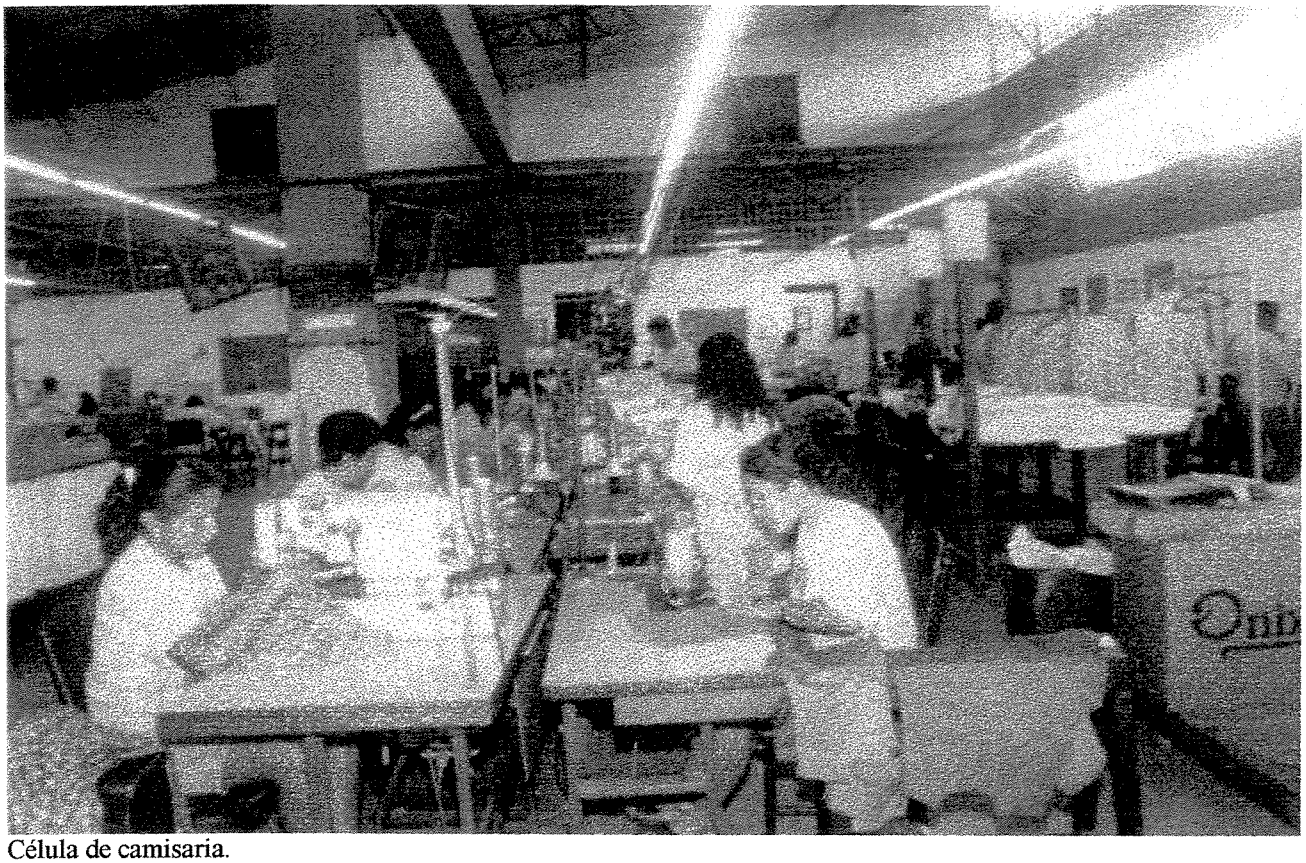
FOTO 4

Célula de produção.

FOTO 5

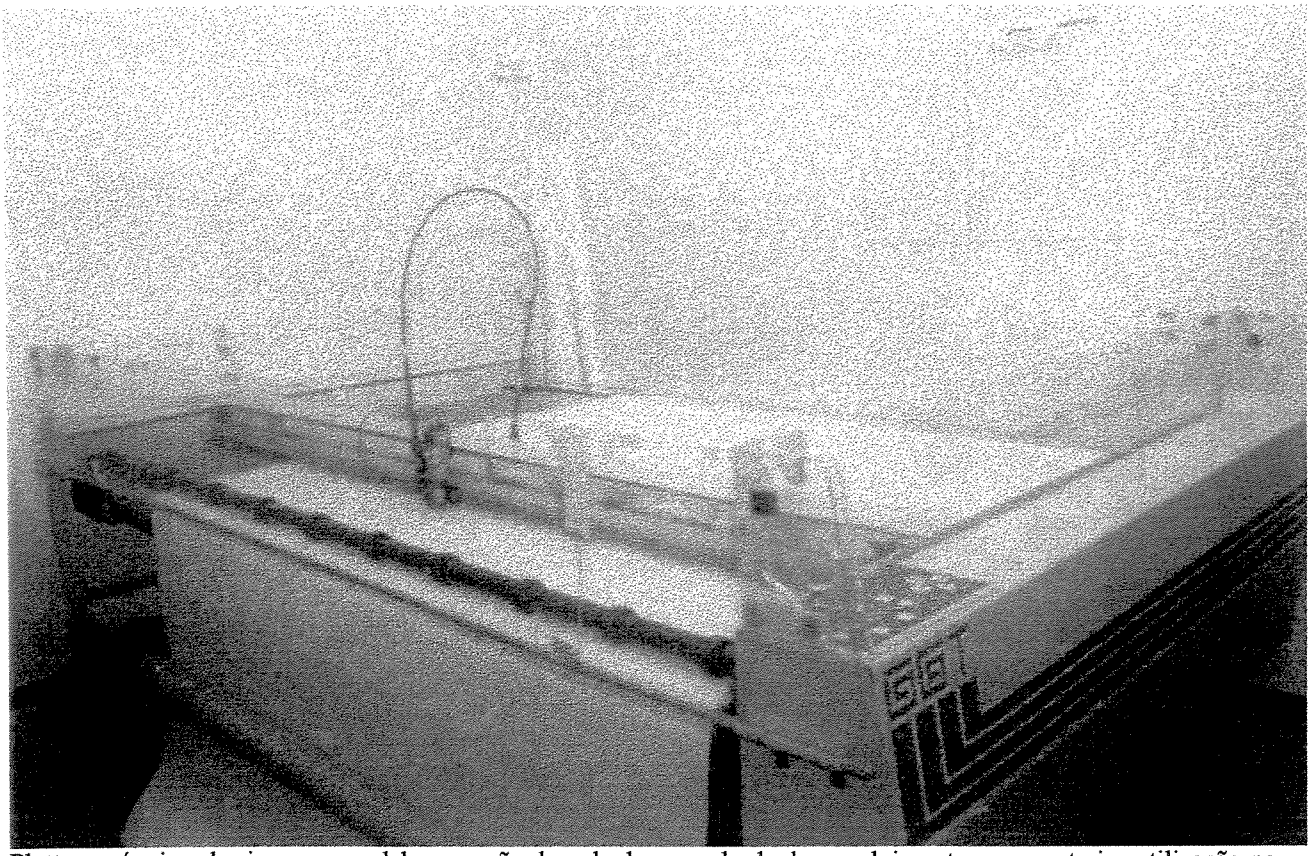
Célula de produção, área de revisão final.

FOTO 6



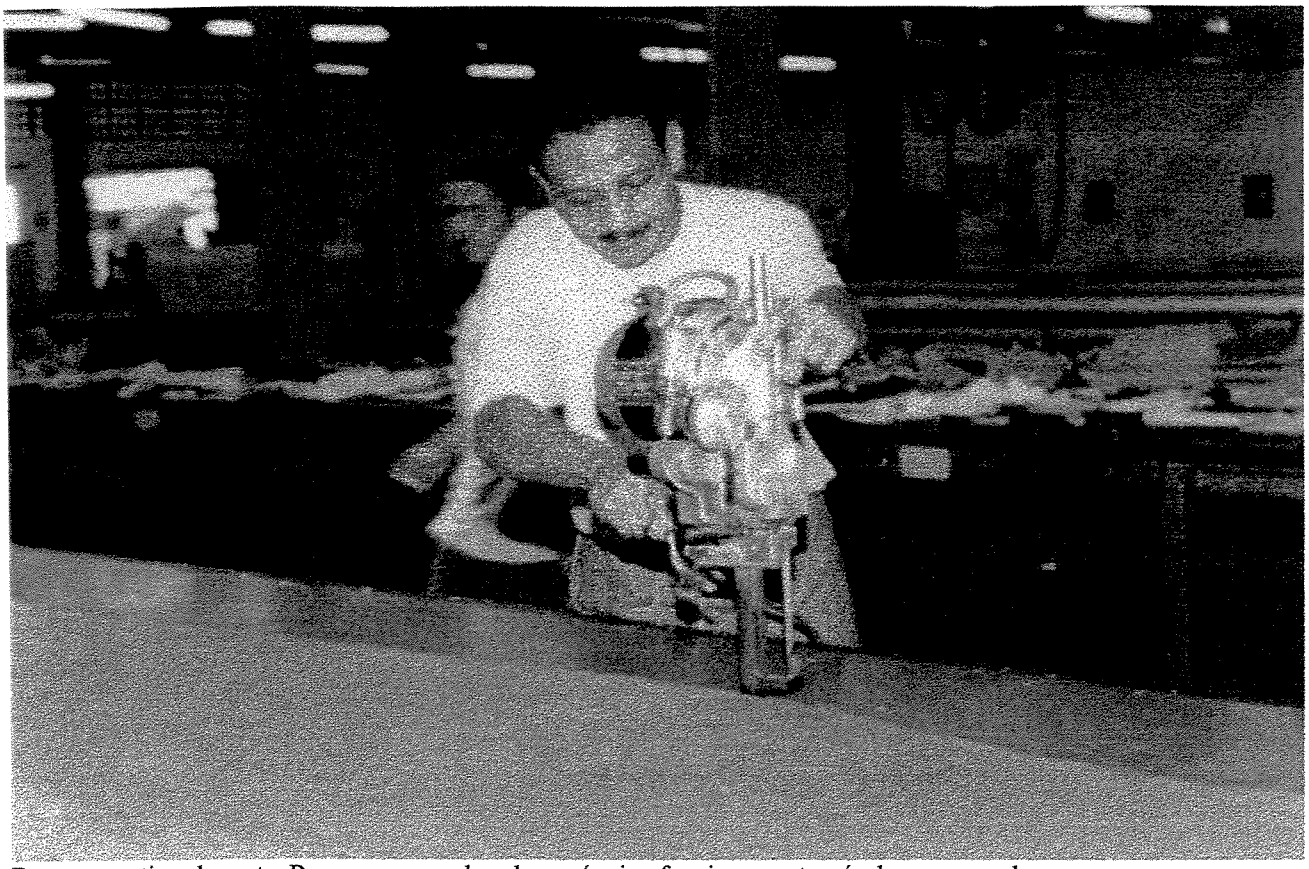
Célula de camisaria.

FOTO 7



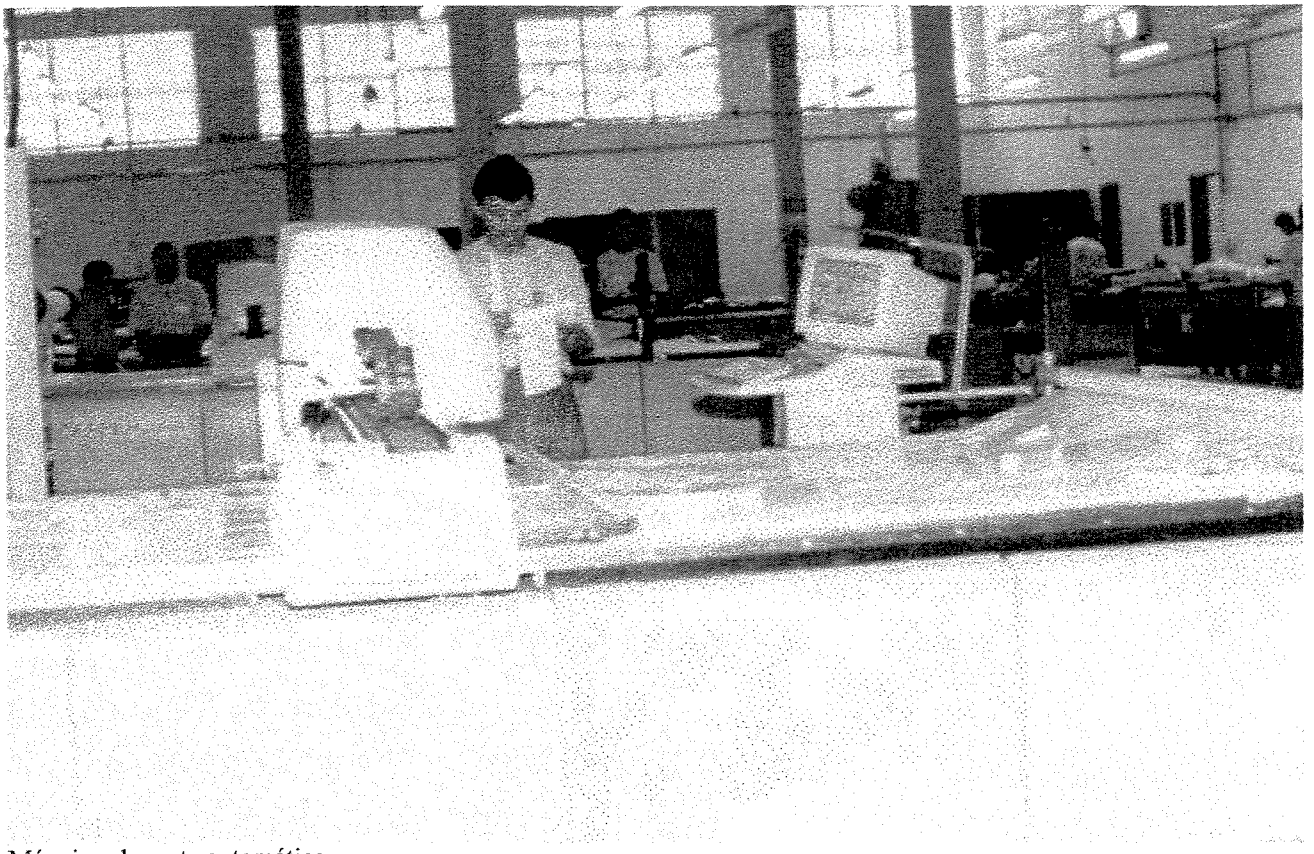
Plotter, máquina de riscar os modelos que são desenhados na sala de desenvolvimento para posterior utilização no corte dos tecidos.

FOTO 8



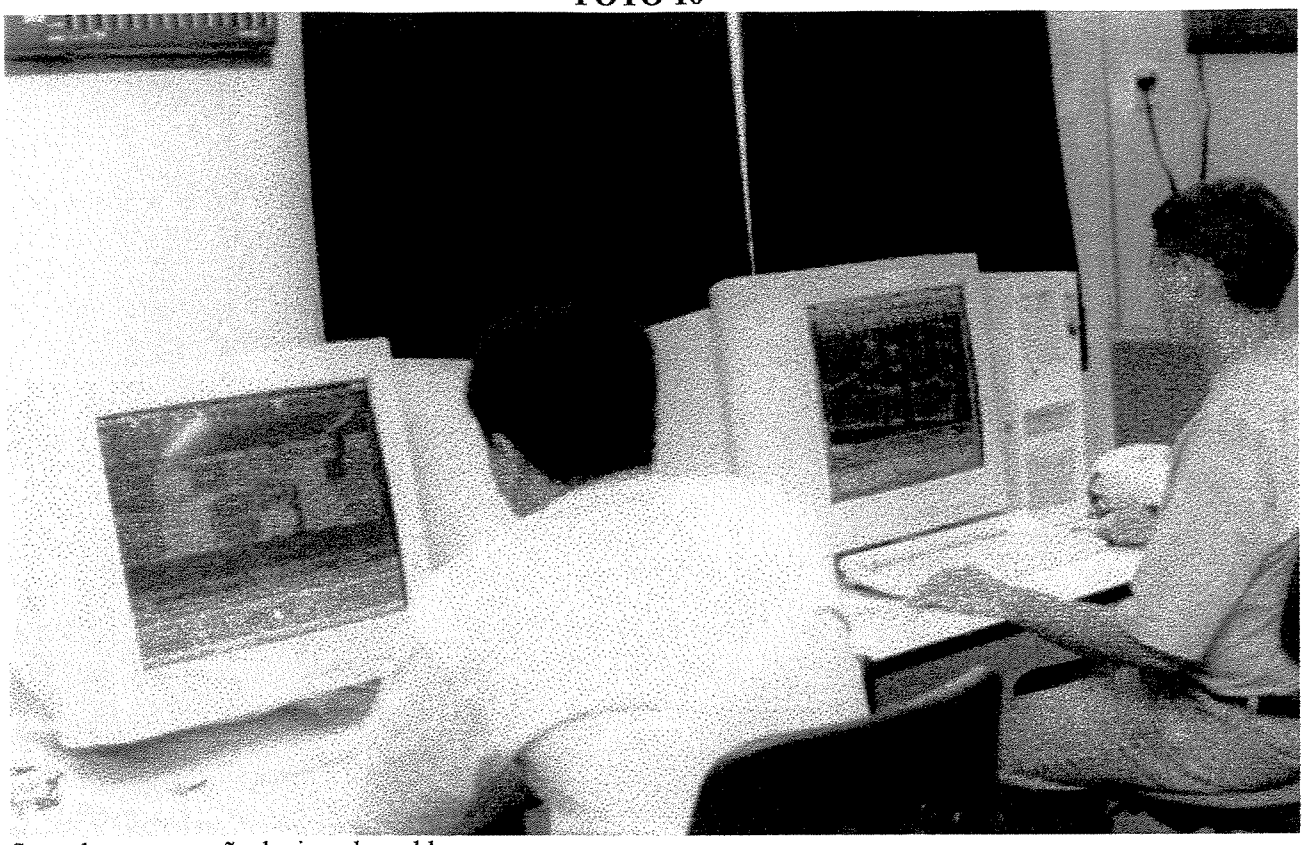
Processo antigo de corte. Processo manual onde a máquina funcionava através de um operador.

FOTO 9



Máquina de corte automático.

FOTO 10

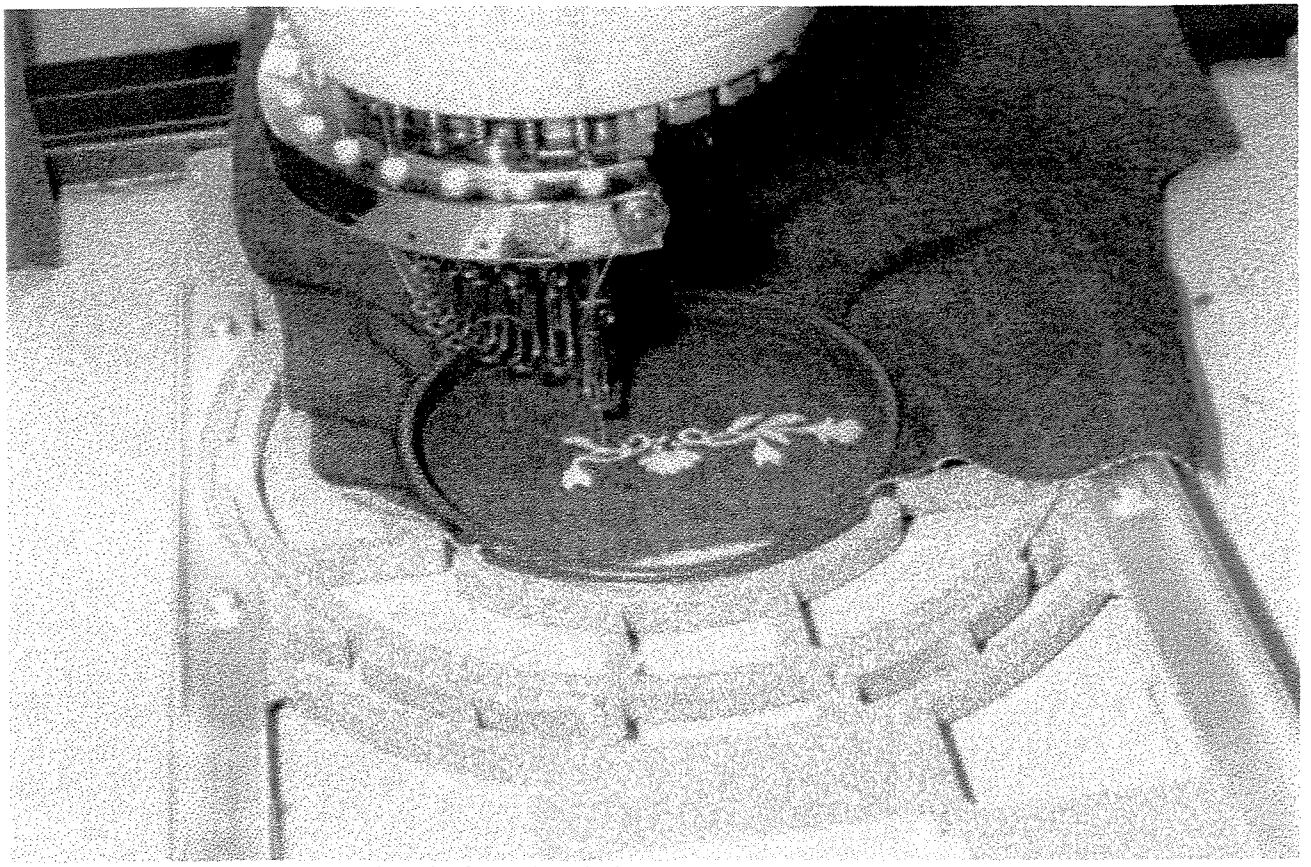


Setor de programação de risco de molde.

FOTO 11

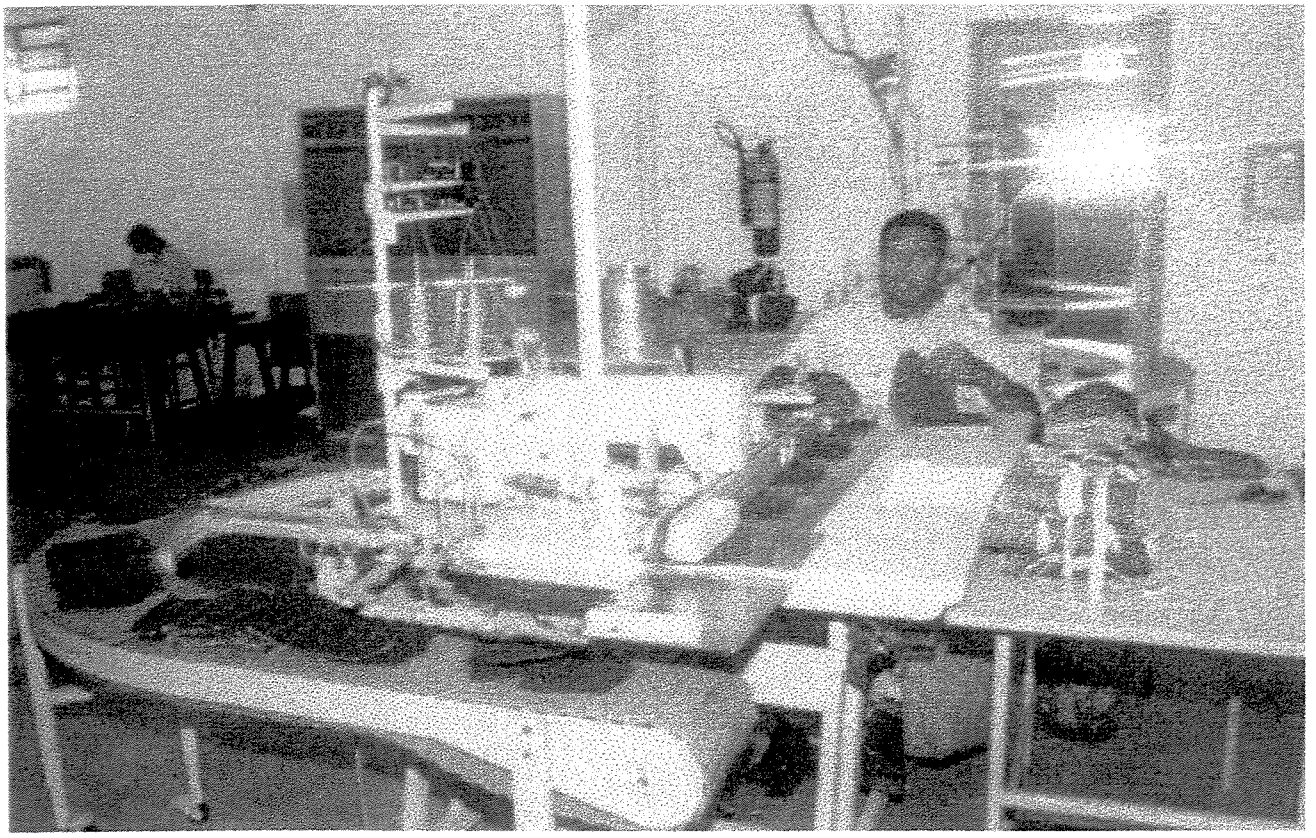
Máquina automática de fazer bordados

FOTO 12



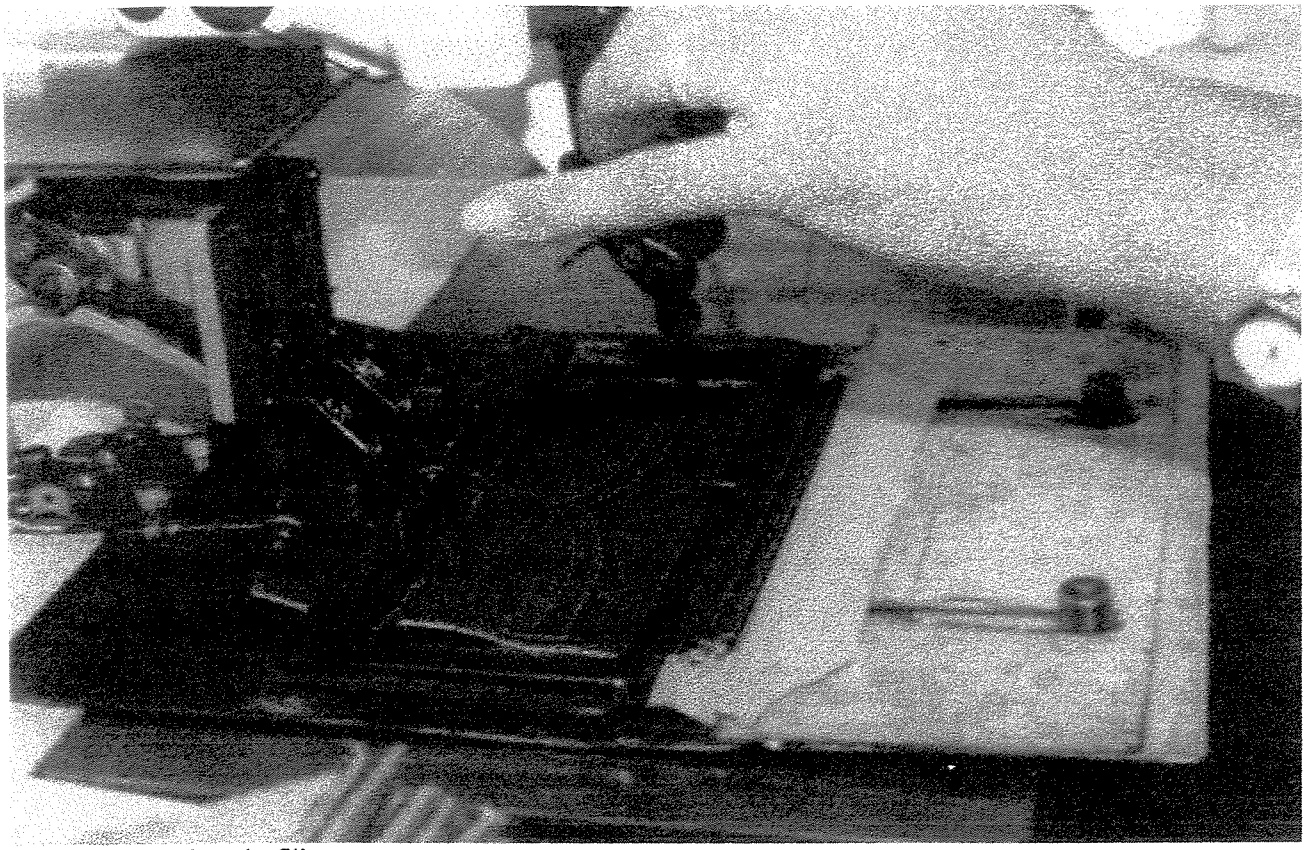
Detalhe da máquina automática de fazer bordado.

FOTO 13



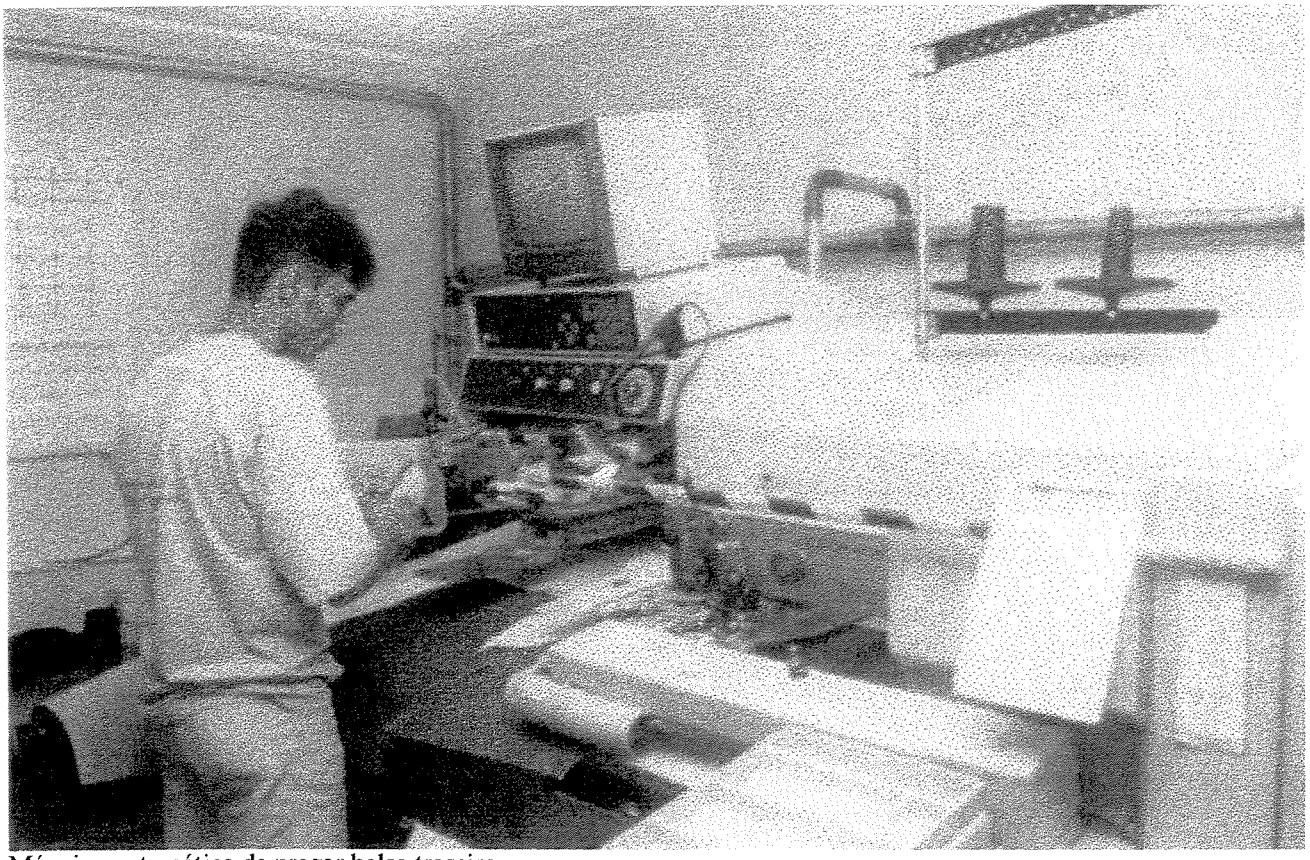
máquina de filigrana, faz detalhe de bolso traseiro ou seja qualquer costura em detalhes no bolso.

FOTO 14



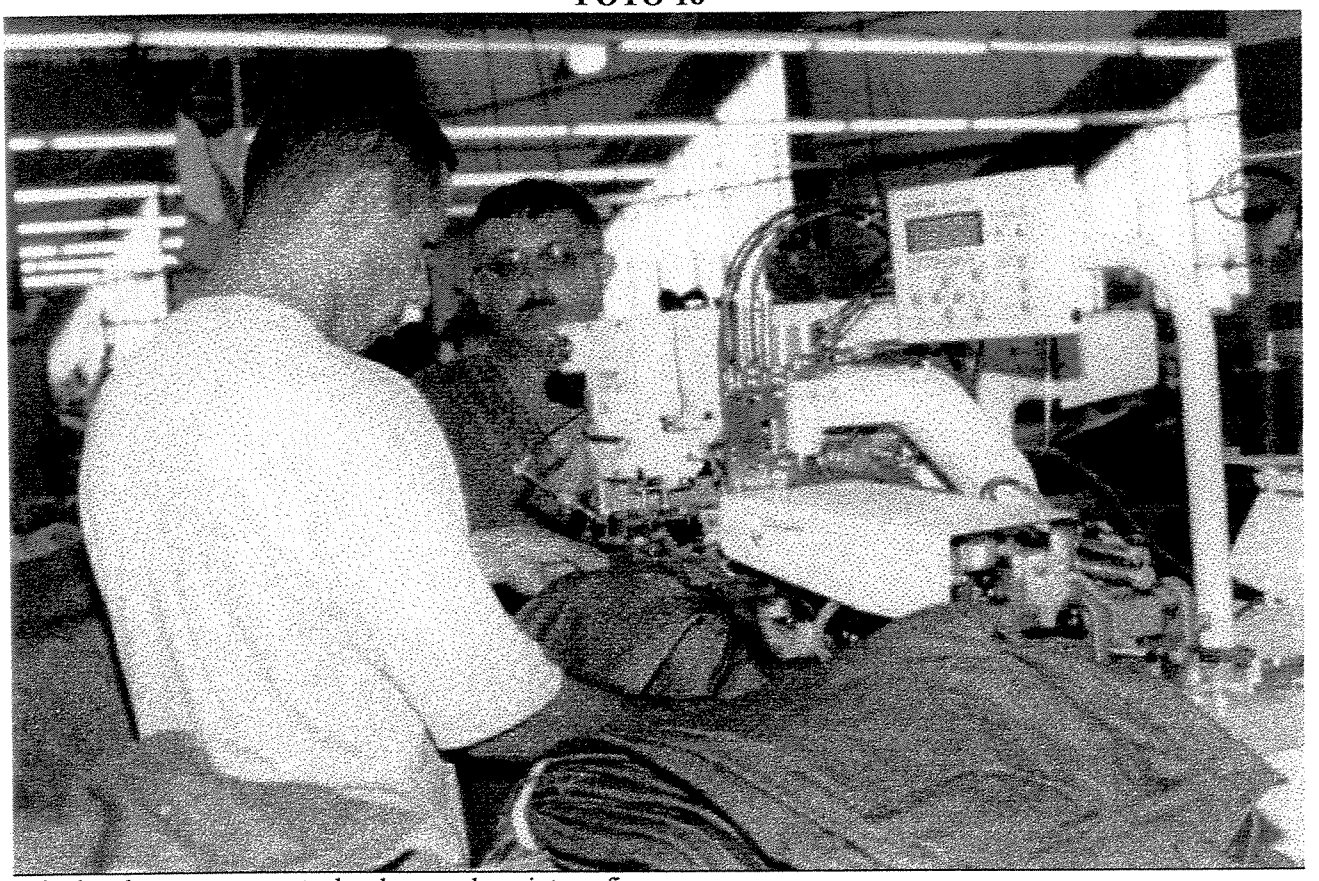
Detalhe máquina de filigrana.

FOTO 15



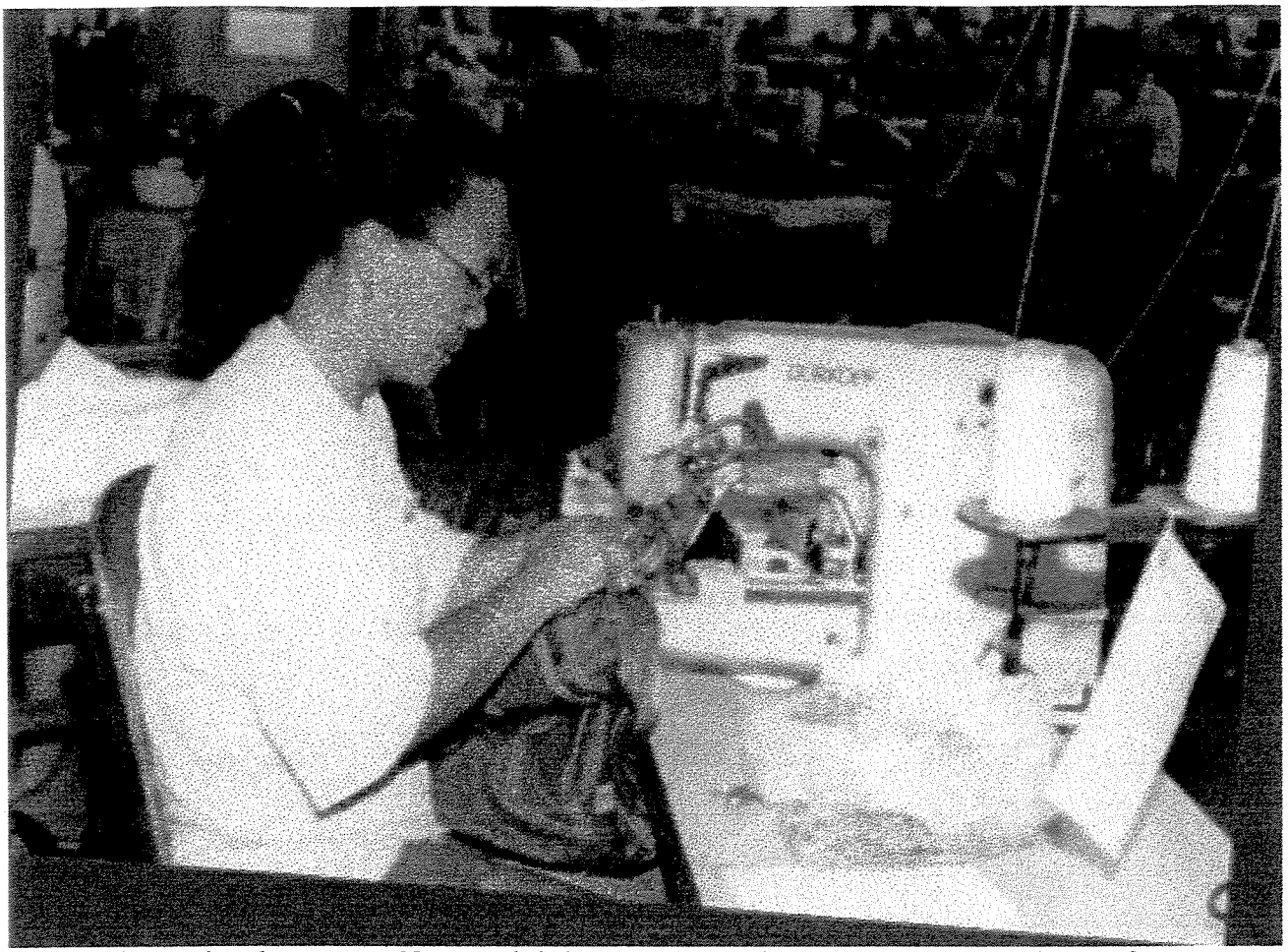
Máquina automática de pregar bolso traseiro.

FOTO 16



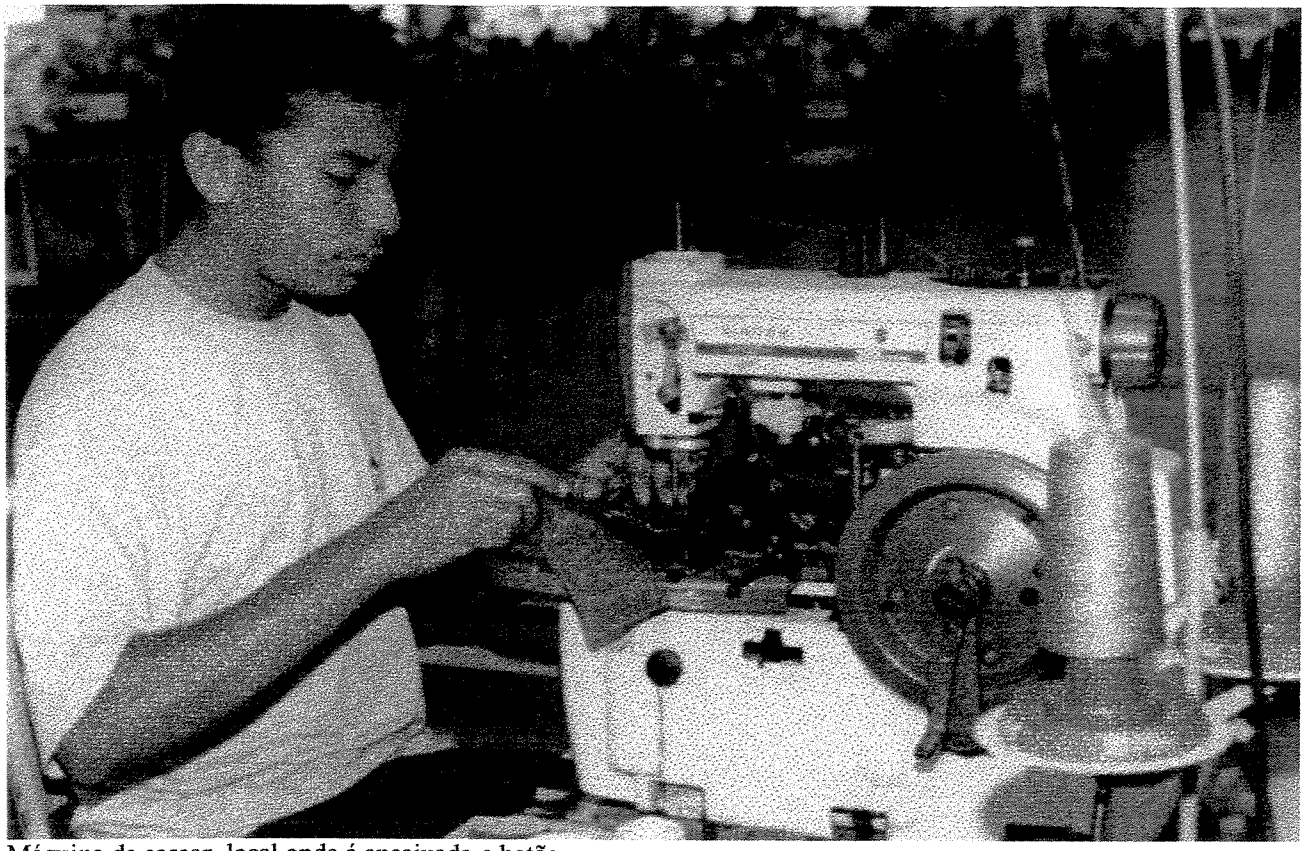
Máquina de pregar passante, local por onde o cinto se fixa.

FOTO 17



Máquina de traveti ou de mosquear. No canto do bolso, na parte superior, sempre tem um traveti para reforçar a costura.

FOTO 18



Máquina de casear, local onde é encaixado o botão.

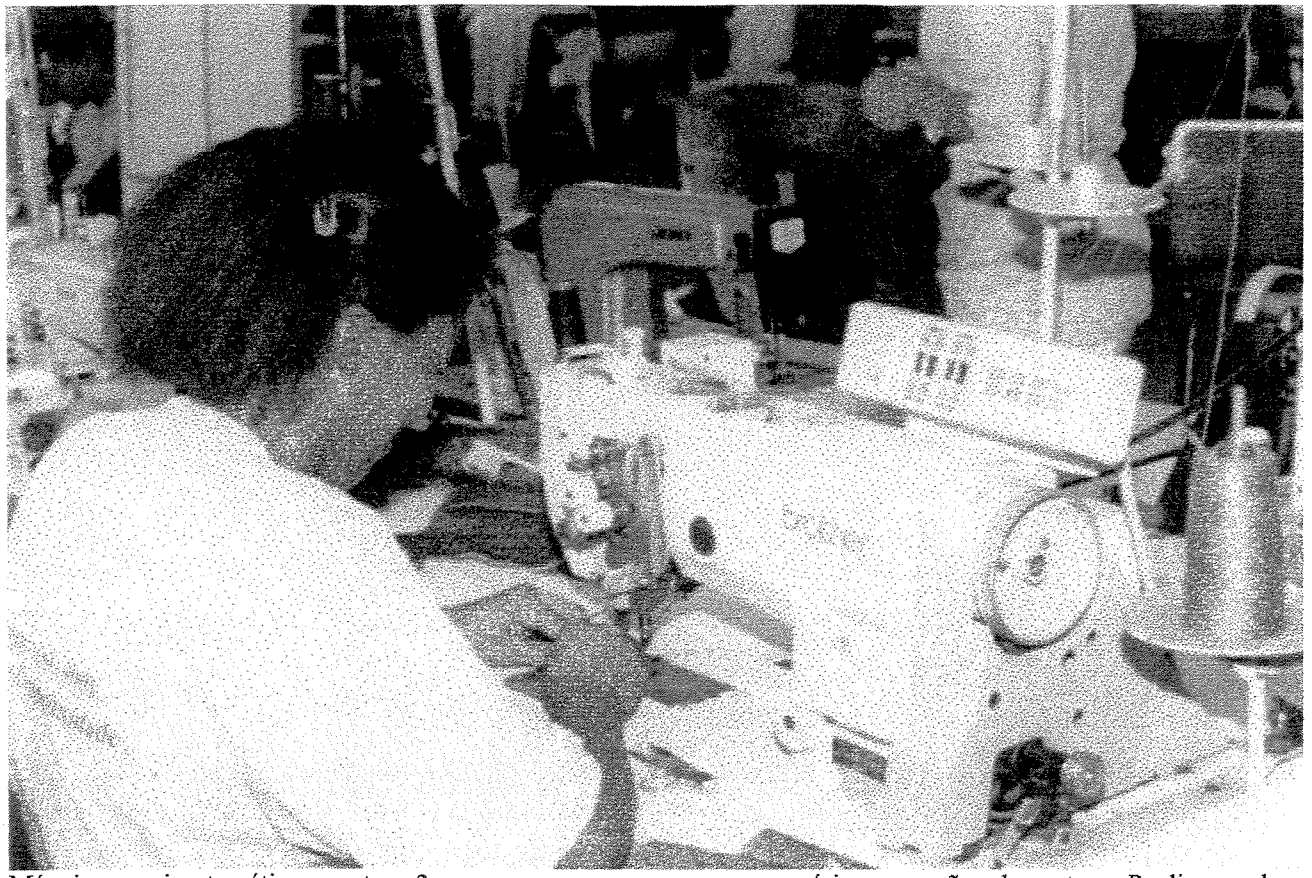
FOTO 19

Máquina convencional de costura reta.

FOTO 20

Máquina semi-automática de 2 agulhas.

FOTO 21



Máquina semi-automática que tem 2 anos na empresa e serve para várias operações de costura. Realiza qualquer operação de costura reta ou de 2 agulhas.

CAPÍTULO IV

4. OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AO NEOLIBERALISMO

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os sindicatos podem ser definidos como instituições de caráter permanente que representam os trabalhadores assalariados de uma determinada categoria com a finalidade de defender os seus interesses. Este é um conceito genérico, embora existam particularidades. O objetivo maior da organização sindical é a representação coletiva com a finalidade de vender mais caro a força de trabalho. Algumas correntes políticas vão mais longe, chegando a propor, como objetivo do sindicalismo, a emancipação econômica, social e política do proletariado. No entanto, é necessário que separemos o movimento sindical do movimento socialista.

O sindicato nasce por fora do Estado e contra o mesmo, quando o Estado interveio foi para impedir a organização dos trabalhadores. Na Inglaterra e na França surgiram a partir das corporações de oficio. Na França, a Lei Chapelier (1796) proibia tanto a organização laboral quanto a patronal, bem como o direito de greve. De um modo geral a organização dos trabalhadores em sindicatos está associada ao advento da Revolução Industrial (1780-1820), sobretudo em função da extrema exploração dos trabalhadores: elevada jornada de trabalho, precárias condições de trabalho, elevado índice de desemprego (substituição do homem pela máquina, exército de reserva, etc). A consolidação do capitalismo como modo de produção dominante também contribuiu com o surgimento das primeiras organizações sindicais na medida em que favoreceu a aglomeração de uma enorme massa de trabalhadores e a polarização da sociedade entre burguesia e proletariado.

Podemos considerar que o processo de evolução do sindicalismo apresenta diversas fases. A primeira fase (século XVIII ao XIX) coincide com a chamada primeira Revolução Industrial, onde a produção era artesanal e o operário, "qualificado" e polivalente, dominava os dois atributos básicos do processo produtivo: concepção e execução. Por isso, neste primeiro momento predominou o sindicato de oficio, com alto poder de barganha e controle da mão-de-obra, do qual

eram excluídos os trabalhadores não-qualificados, isto é, aqueles que não dominavam um determinado ofício, além das mulheres e aprendizes. Um bom exemplo foi a existência de Sindicatos como o dos Chapeleiros na Inglaterra.

A segunda fase (do final do século XIX até o final do século XX) teve seu início marcado pelo advento da segunda Revolução Industrial, momento em que surge a produção em série voltada para um mercado de massas. O taylorismo e o fordismo surgem como novos métodos de gestão e organização do trabalho, se constituindo, como vimos, em um processo de reestruturação produtiva. A proliferação de operários desqualificados e especializados rompe com o modelo produtivo anterior. A concepção do trabalho é subtraída do operário e repassada para o gerente. O sindicato de ofício foi destruído com a consolidação do novo modelo de acumulação do capital. Nasce, assim, o sindicato de indústria, organizado por ramo de produção, chamado de "novo sindicalismo", também com alto poder de pressão.[67]

A passagem do sindicato de ofício para o sindicato de indústria ocorre em um momento de grande crescimento do proletariado, particularmente do operário fabril, e o surgimento de uma sociedade de massas com grandes mobilizações e a definitiva entrada das camadas populares no jogo político. Nessa fase também cresce a burocracia sindical, onde se destacam os seguintes aspectos: grande número de trabalhadores; grande heterogeneidade (urbano, rural, étnica) e se verifica a profissionalização do dirigente sindical.

A terceira fase é a fase atual e está marcada pelo advento da terceira Revolução Industrial. O sindicalismo conheceu seus anos de ouro (apogeu) no pós-guerra e, nesta fase, entra num processo de crise mais prolongada, cujos sintomas mais marcantes são: desemprego conjuntural (recessivo) e estrutural (novas tecnologias); precarização das condições de trabalho e redução das taxas de sindicalização e do número de greves, entre outros, que, no limite, ameaçam a sobrevivência dos sindicatos. O principal problema do mundo atual é o desemprego. Por isso entendemos que esse é o principal desafio do movimento sindical. Os sindicatos, como instituições de caráter permanente, conforme caracterizamos anteriormente, estão ameaçados porque a tradição histórica do sindicalismo é a representação dos trabalhadores formais.

A eclosão da terceira Revolução Industrial, que ocorreu na virada dos anos 60-70, com a emergência de novas tecnologias como a microeletrônica, a informática, a robótica, a informação via satélite, etc; juntamente com a crise fiscal do Estado coloca em xeque todo o sistema capitalista. A globalização das relações

[67] HOBSBAWM, Eric J. O Novo Sindicalismo. IN: Mundos do Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1984.

internacionais, [68] sobretudo do mercado de capitais, exige das empresas um processo de reestruturação produtiva, cujos pressupostos são a redução dos custos de produção, redução de pessoal e o estabelecimento de novas formas de gestão e organização do trabalho. A crise do fordismo anuncia o nascimento de um novo padrão de acumulação de capital. Assim como o sindicato de ofício foi destruído, "o novo sindicalismo" está também ameaçado.

4.2. DESEMPREGO E CRISE DO SINDICALISMO

O fenômeno do desemprego é um dos principais males enfrentados pela humanidade no final do século XX. Segundo a Organização Internacional do trabalho (OIT), em seu relatório 1996-97, aproximadamente 30% da força de trabalho do planeta está desempregada ou subempregada. Há dois anos, eram 800 milhões; hoje são mais de um bilhão nessas condições. No Brasil, por exemplo, numa população economicamente ativa de cerca de 75 milhões de pessoas, apenas 42 milhões estão no mercado formal e somente 22,3 milhões possuem carteira de trabalho assinada e o desemprego é crescente. Nos anos 90, para cada 10 empregos criados apenas 2 eram assalariados, mas sem registro formal (Pochmann, 2001: 97-8).

Os dados do desemprego no mundo só podem ser comparados, relativamente, ao da grande depressão dos anos 30. Em meados dos anos 90 eram 35 milhões de desempregados nos países capitalistas centrais e 820 milhões de desempregados ou sub-empregados em todo o mundo.[69] De acordo com Jorge Mattoso, a taxa de desemprego nos países capitalistas mais desenvolvidos cresceu assustadoramente entre 1973 e 1989: **EUA**: 4,9% para 5,3%; **Espanha**: 1,0% para 17,1%; **França**: 2,7% para 9,4%; **Holanda**: 1,4% para 7,4%; **Bélgica**: 2,4% para 8,1%; **Inglaterra**: 2,1% para 6,2%; **Alemanha**: 0,6% para 6,8%%; **Itália**: 6,4% para 12,1% e **Japão**: 1,3% para 2,3% (Mattoso, 1995: 83).

Dados mais recentes do desemprego no mundo revelam que, no Brasil, a tendência é o aumento da exclusão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho. Numa pesquisa realizada em 141 países pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP), foi constatado que, nos últimos 14 anos (1985-1999), a participação do país no contingente mundial de desempregados (desemprego aberto), estimado

---

[68] Como não é o objetivo deste trabalho discutir o controvertido tema da GLOBALIZAÇÃO, indico como nossas principais referências os textos de CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996 e BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Mitos da "globalização"**. São Paulo, Pedex, 1998.

[69] Jornal Gazeta Mercantil, edição de 04.03.1994, com estatísticas extraídas do The Economist.

em 138 milhões (1999), aumentou consideravelmente. Baseado em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, a pesquisa constatou que o número de desempregos no Brasil atingiu no final dos anos 90 a marca dos 7,7 milhões de brasileiros (cerca de 10% da PEA), o que representa 5,61% dos desempregados do mundo. Em um período de 10 anos (1990-1999), o país saltou do 8° para o 3° lugar no ranking dos países de maior contingente de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, sendo superado apenas por Índia e Rússia.[70]

Na opinião de Pochmann, a crise do desemprego em nosso país não está associado unicamente a fatores endógenos, isto é, ao incremento de novas tecnologias e a novas formas de gestão e organização do trabalho, mas deve-se fundamentalmente ao rompimento do projeto de industrialização nacional[71] e a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas, ou seja, implementação do que se convencionou chamar neoliberalismo, como preferem alguns, ou projeto de modernização conservadora, como advogam outros autores. De acordo com Pochmann, esse processo teve início ainda nos anos 80 e produziu uma completa desestruturação do mercado de trabalho em nosso país, gerando à exclusão social, elevados índices de desemprego e precarização dos contratos e das condições de trabalho. Para o autor, nos anos 90

> "os sinais de desestruturação do mercado de trabalho se mostram mais evidentes. Em cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1995, apenas duas eram assalariadas, ante oito não- assalariadas, sendo quase cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração. (...) Em virtude disso, observa-se nos anos 90 um movimento de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro. Em 1989, o total de assalariados representava 64% da PEA e em 1995 havia passado para 58,2%, refletindo uma taxa negativa de variação média anual do emprego com registro (-1,4%) (...)" (Pochmann, 1999: 75).

O debate acerca dessa questão esquenta quando alguns autores chegam a questionar, em função do aumento do desemprego, a categoria "trabalho" como princípio fundante da sociabilidade humana e que estaríamos chegando ao fim da sociedade do trabalho. Apoiam-se esses teóricos no fato que, principalmente nos países de capitalismo avançado, a existência do proletariado fabril, industrial e manual estaria irremediavelmente comprometida, seja pelo atual quadro recessivo

---

[70] Jornal Folha de S. Paulo, edição de 27/01/2000. A pesquisa do CESIT foi coordenada pelo professor Márcio Pochmann, da UNICAMP.

[71] Essa questão foi abordada no primeiro capítulo do trabalho.

do modelo econômico imposto (neoliberal) ou pela implementação das novas tecnologias.[72]

Entretanto, na opinião de Antunes, aqueles que estão dizendo "adeus ao trabalho" deveriam ficar atentos para o fato de que o mundo do trabalho está passando por profundas transformações e como "vimos também houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 1995: 54).

Na realidade, é importante levar em conta que há uma tendência, como podemos perceber, de substituição progressiva do tipo de empresa cujo padrão de acumulação de capital está vinculado ao paradigma taylorista/fordista, para o que estão chamando de toyotismo ou pós-fordismo, isto é, a grande empresa tende a diminuir o seu tamanho, com o objetivo de reduzir custos, terceirizando diversas fases da produção, para onde irá parte significativa dos trabalhadores desempregados. A grande indústria somente sobreviverá, com alta tecnologia, automação e quase nenhum trabalhador manual, se for, objetivamente, alimentada por diversas empresas terceiras, onde o trabalhador se constitui em peça indispensável na produção, mesmo que brutalmente explorado pelo trabalho precário, temporário e desprovido de proteção, garantias e direitos como pretende a agenda neoliberal.

Nessa mesma linha de raciocínio, Harvey afirma que "a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os 'trabalhadores flexíveis' aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregados permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (...). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos 10 milhões de empregos criados nos EUA estavam na categoria 'temporário' (...)" (Harvey, 1994: 144).

Antes, portanto, de afirmar o "adeus ao proletariado" é preciso levar em conta que "as classes sociais não se definem de acordo com as impressões de cada autor, mas objetivamente pelo lugar que ocupa cada grupo social no processo

---

[72] Sobre esta questão ver GORZ, Andre. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro, Forense, 1982; HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 18, setembro, 1987 e OFFE, Claus. **Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?**. Trabalho & Sociedade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Vol. I, 1989.

produtivo. No capitalismo, são proletários aqueles que, despossuídos da propriedade dos meios de produção, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho no mercado e a viver como assalariados. Partindo dessa caracterização, o proletariado não se limita exclusivamente aos operários industriais, mas incorpora todos os trabalhadores cuja principal renda é o salário. Não há dúvidas que essa massa de assalariados, longe de se extinguir, inclui, atualmente, 80-95% da população ativa nas economias avançadas" (Katz, 1995: 144).

Diante desse quadro dramático quais as soluções apresentadas para o problema do desemprego?

Do ponto de vista do capital, o problema é encarado quase como insolúvel, visto que o desenvolvimento tecnológico inevitavelmente substituiu o homem pela máquina e provoca desemprego No caso brasileiro, como o processo de reestruturação produtiva tem sido implementado principalmente através da adoção de novas formas de gestão e organização do trabalho e não via a introdução de novas tecnologias, o discurso neoliberal aparece mesclado com o discurso do chamado "custo Brasil". Isto é, a colocação de que o custo do trabalho seria muito elevado e reduziria a capacidade competitiva das nossas empresas. A principal medida defendida pelo patronato é a flexibilização das relações de trabalho. Na prática isto implica em precarização das condições de trabalho, com a instituição, entre outros, do contrato de trabalho temporário ou do trabalho sem contrato.

Nos anos 90, em nenhum país onde essas medidas foram adotadas ajudou a resolver o problema da empregabilidade. Um bom exemplo é o da Espanha, onde 33,6% dos contratos são temporários e mesmo assim não houve redução do desemprego que nesse país atingiu no final dos anos 90 cerca de 22% da PEA, servindo apenas para uma maior acumulação de capital e sacrifício dos trabalhadores. Nos EUA, onde as regras de contratação são também bastante flexíveis, o índice de desemprego, ao contrário da Espanha, é reduzido e girou em torno de 4,5% no mesmo período. Na Alemanha e na Áustria, onde as regras do mercado de trabalho são rígidas, os índices de desemprego são respectivamente 12% e 5%. Portanto, a flexibilização ou a desregulamentação do mercado de trabalho não tem provocado impacto direto na diminuição dos índices de desemprego (Pochmann, 2001).[73]

O argumento do "custo Brasil", entretanto, não encontra sustentação nos indicadores e nos fatos. O custo da força de trabalho no Brasil é uma dos menores do mundo. O custo médio da hora de trabalho do operário industrial no

[73] Para maiores informações acerca das relações de trabalho nos EUA, Japão e principais países da Europa, ver DÄUBLER, W. **Relações de trabalho no final do século XX**. IN: O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século. São Paulo, Scritta/Unicamp, p. 17-47, 1994.

Brasil é de 2,68 dólares, enquanto em **Portugal** é de 4,63; **Coréia do Sul**: 4,93; **Taiwan**: 5,46; **Espanha**: 11,73; **Inglaterra**: 12,37; **Austrália**: 12,91; **Itália**: 14,82; **França**: 16,26; **EUA**: 16,40; **Japão**: 16,91; **Suécia**: 18,30; **Suíça**: 21,64; **Alemanha**: 24,87 dólares.[74]

Do ponto de vista dos trabalhadores, qual seria uma política correta para geração de emprego e renda na conjuntura atual? Em primeiro lugar seria fundamental constatar que, conforme alguns estudos tem demonstrado, o crescimento econômico insuficiente e as mudanças na organização do trabalho são os fatores que agravam a crise do desemprego. De 1964-1973, os países capitalistas avançados tiveram taxas crescentes de desenvolvimento econômico e taxas decrescentes de desemprego, enquanto que no período de 1983-1992 os mesmos países tiveram taxas decrescentes de desenvolvimento econômico e taxas crescentes de desemprego. Isto significa que investimento em tecnologia não aumenta, necessariamente, o desemprego se a economia está crescendo, embora saibamos que as novas tecnologias são poupadoras de força de trabalho.

Dados da Confederação Nacional da Indústria revelam que o desemprego é maior nos setores de pouco investimento em tecnologia, como o da construção civil. Tem se afirmado também que o desemprego é maior entre os trabalhadores de baixa qualificação profissional e grau de instrução. No Brasil, entretanto, os setores que mais têm aberto vagas no mercado de trabalho são os de vigilância, segurança privada, trabalho de asseio e limpeza de edifícios que, em tese, exigem menos qualificação profissional, ao contrário de técnicos em produção, técnico de manufatura, engenheiro químico e engenheiro civil que têm sido os mais atingidos pelo desemprego. Esse fato revela a falácia do discurso governamental quando afirma que o desemprego em nosso país é produto do desenvolvimento tecnológico e da baixa qualificação de nosso trabalhador (Pochmann, 1999).

Como exigir que o nosso trabalhador seja polivalente e aprenda a dominar as novas tecnologias investindo tão pouco em educação como o governo brasileiro. Entre 1990-1996 o governo investiu, em média, 3,2% do PIB em educação, enquanto que o Chile e o México, investiram respectivamente 3,6% e 3,8% e a Bélgica, Dinamarca e Holanda investiram 10%. Para citar países mais pobres que o nosso: Benin, Colômbia, Mauritânia e o Paraguai investiram cerca de 20% do PIB em educação.

A redução da jornada de trabalho por si só não resolverá o problema, mas precisa ser considerada dentro de um conjunto de medidas para enfrentar o

[74] FONTE: Morgan Stanley Research (1993), publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, edição de 01/05/1998, pág. 05, Caderno Especial: "O colapso do trabalho".

drama do desemprego. É necessário considerar que tal medida somente surtirá efeito se não houver redução de salários e de direitos sociais. Quem conhece a história sabe que não falamos de nada utópico. No século XIX, a jornada de trabalho nos países capitalistas avançados era de 16 a 18 horas por dia. A luta histórica e heróica dos trabalhadores e o avanço tecnológico permitiram a sua redução em todo o mundo, com elevação de direitos sociais.

Neste sentido, a redução da jornada de trabalho, torna-se hoje a bandeira mais relevante na luta contra o desemprego. E não apenas no Brasil. Na Europa, transformou-se na reivindicação central dos trabalhadores e em programa do Partido Socialista Francês, quando Jospin enviou para o parlamento o projeto de lei que institui a semana de 35 horas. Em outros países a jornada de trabalho é inferior a do Brasil. No **Japão** é de 43 horas; **EUA**: 40; **Alemanha**: 38,5; **França**: 38; **Inglaterra**: 37,5; **Itália**: 36 e no **Brasil** a jornada de trabalho é de 44 horas semanais, desde a Constituição de 1988.[75] A redução da nossa jornada de trabalho para 40 horas semanais foi proposta ao Congresso brasileiro, através de projeto de lei (1997) pelos deputados Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PC do B-Ce).

Sabemos que a elevação contínua da produtividade pode limitar, ao invés de ampliar, o acesso ao mercado de trabalho de parcelas cada vez maiores de trabalhadores. Entretanto o crescimento da indústria de transformação no Brasil no período de 1991-1995, portanto após a promulgação da Constituição que reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, foi superior a 42%, bem acima dos índices de crescimentos verificados nas décadas de 70 e 80. Esse fato comprova que o sistema produtivo do país pode assimilar uma redução substancial da jornada de trabalho, assim como ocorreu nos países desenvolvidos.[76]

Como falamos anteriormente, a atual crise de desemprego só encontra paralelo na história quando da ocorrência da grande depressão dos anos 30. Naquela época apenas a economia planificada da União Soviética ficou imune ao problema. O mundo capitalista mergulhava em uma de suas maiores crises, tendo como um de seus desdobramentos a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A economia liberal e a democracia burguesa sofreram um duro golpe, revelando toda a sua fragilidade.

O Estado intervencionista substituiu o Estado liberal, seja conservando aspectos da democracia burguesa, como foi o caso do New Deal norte-americano, ou mesmo rompendo com os princípios democráticos, como foi o caso do advento do nazi-fascismo. A derrota dos regimes totalitários, ao final da grande conflagração mundial e o avanço do socialismo permitiram que se consolidasse o

---

[75] FONTE: Bureau of Labor Statistics dos EUA (1996), Idem.

[76] Os dados deste Capítulo IV, cuja fonte não foi citada, foram extraídos do Jornal Folha de S. Paulo, caderno especial: "O colapso do trabalho", edição de 01/05/1998, 12 páginas.

chamado Estado de bem-estar, que teve nos anos 50-60 seus anos dourados. Mas no início dos anos 70 esse modelo começou a "fazer água".

Para servir de suporte aos interesses do Capital e superar a crise fiscal do Estado surgiu à proposta de reorganizar o papel do Estado, a partir das teses defendidas por economistas liberais como F. Hayek, Milton Fridman e outros. Esta proposta, que se convencionou chamar de Neoliberalismo, tem como pressuposto básico a redução do papel social do Estado e a intervenção na economia para assegurar a acumulação do capital.

Como exemplo da implementação desse receituário podemos citar os programas de governos como os do México, Argentina e do Brasil, que ao contrário dos países da Europa, nunca desenvolveram um Estado de bem-estar. As reformas encaminhadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional visando retirar direitos dos trabalhadores, muitos dos quais consagrados universalmente, e sua intervenção no sistema financeiro visando salvar bancos privados falidos demonstram inequivocamente e de forma emblemática a implementação do projeto neoliberal no Brasil.

O aumento do chamado "exército industrial de reserva" reduz os custos da força de trabalho e fragiliza a organização dos trabalhadores. Embora os ideólogos do neoliberalismo tentem demonstrar que esse problema é uma decorrência das transformações tecnológicas (tese do determinismo tecnológico), uma fatalidade do progresso científico; a implementação da política neoliberal deixa claro que existe um programa deliberado contra os interesses dos trabalhadores.

Neste sentido, o desemprego é um mecanismo vital na fragilização dos sindicatos, vistos como obstáculos à cooperação dos trabalhadores. Em "A destruição da classe operária inglesa", Beynon observa que para a implementação do projeto neoliberal na Inglaterra o governo de M. Thatcher considerava os sindicatos e a classe operária como as principais barreiras: "Alan Budd, professor de Economia da London Business School e antigo assessor de Mrs. Thatcher, deixou claro que, por trás dessas iniciativas, havia uma estratégia política muito séria. Falando a respeito das ações governamentais durante a década de oitenta, ele afirmou o seguinte: 'aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...), o que se procurou forjar (...) foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros' (...)" (Beynon, 1995: 11-2).

4.3. O MOVIMENTO SINDICAL NO PIAUÍ[77]

Os primeiros sindicatos são urbanos. Surgem em Parnaíba, litoral piauiense nos anos 30/40 (século XX) em função da atividade agro-exportadora, portuária, industrial e comercial. Nessa época várias categorias de trabalhadores se organizam em sindicatos: **carpinteiros fluviais; contramestres; foguistas; barqueiros; fabricantes de embarcação;** etc. Como falamos no primeiro capítulo, as primeiras indústrias se instalaram no Piauí na virada do século XIX para o século XX nas cidades de Parnaíba e Floriano, se deslocando posteriormente para Teresina, capital do estado, que, além de ser o centro administrativo e forte entreposto comercial, atraiu praticamente todo o setor industrial. Por esta razão, Teresina passa a ser também o centro da atividade sindical no Estado.[78]

Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais sugiram nos anos 60 através do apoio da Igreja Católica e de militantes comunistas. Em 1970, os cinco sindicatos de trabalhadores rurais existentes (Teresina, Campo Maior, Monsenhor Gil, Angical e Amarante) se reuniram e fundaram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).

Até os anos 70, o movimento sindical piauiense foi dominado por dirigentes sindicais pelegos ou mesmo interventores ou benevolentes com o regime militar através da Delegacia do Ministério do Trabalho. Nos anos 80, o movimento sindical em Teresina começa a assumir uma postura mais combativa através dos professores da rede estadual (APEP) que realizam as primeiras greves e manifestações (1981) e da troca de lideranças sindicais conservadoras (algumas com mais de 20 anos à frente do sindicato) por lideranças progressistas e de esquerda, cujo marco é a eleição de uma diretoria combativa para o Sindicato dos Comerciários (1984).

Esse mesmo processo ocorre em outras categorias: motoristas, trabalhadores na construção civil, gráficos, professores da rede particular (SINPRO), bancários, eletricitários, etc. O sindicalismo classista se consolida no Piauí com a fundação da **CUT** (1984), onde as principais lideranças eram ligadas ao PT, e da **CGT** (1986), cujas lideranças eram ligadas ao PC do B. No início dos

---

[77] A princípio gostaria de informar que praticamente não existem publicações sobre o movimento sindical no Piauí. As informações aqui obtidas dizem respeito a conversas informais com dirigentes sindicais mais velhos, imprensa sindical e experiência própria da militância sindical do autor, além das seguintes publicações: SILVA, Roberto J. G. da. A constituição do sujeito coletivo na CUT-PI: Institucionalização, práticas e mudanças sócio-políticas. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1993 e MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais e participação política. Teresina, CEPAC, 1996.

[78] A publicação do IBGE, SINDICATOS: indicadores sociais, vol. 4, pág. 105, registra que em 1992, o Piauí possuía 236 sindicatos, sendo 100 urbanos e 136 rurais. Do total de sindicatos urbanos, 29 são de empregadores, 07 são de agentes autônomos, 45 de empregados, 09 de profissionais liberais, 03 de trabalhadores autônomos e 07 de trabalhadores avulsos. Do total de sindicatos rurais, 28 são de empregadores e 108 de trabalhadores.

anos 90, petistas e comunistas, após o rompimento destes com a CGT, se unem em uma mesma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores. Na CUT estão os sindicatos mais combativos do Estado, como os que foram citados acima, bem como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções, do qual falaremos mais adiante. A presença de outras centrais sindicais atualmente no Piauí é insignificante e cartorial.

Por ocasião do congresso estadual da CUT no Piauí [79] aplicamos um questionário com todas as lideranças sindicais presentes e após a tabulação dos dados obtivemos alguns resultados interessantes: 83,7% dos delegados pertenciam a sindicatos urbanos, enquanto que 16,7% pertenciam a sindicatos de trabalhadores rurais. Tal resultado se deve ao fato de que embora a FETAG seja filiada a CUT, a maioria dos sindicatos, filiados a esta federação, não é filiado à central. O resultado da pesquisa quanto ao sexo revelou que o sindicalismo, também no Piauí, é um movimento para os homens, isto é, 69,8% dos delegados presentes eram do sexo masculino, enquanto 30,2% eram mulheres. Desses, 68,8% eram casados e 23,9% eram solteiros, 6,8% preferiram responder que tinham outro tipo de relação.

Quanto ao grau de escolaridade, obtivemos o seguinte resultado: 1,5% é analfabeto; 25,3% afirmaram ter o primeiro grau completo ou incompleto; 35,3% têm o segundo grau completo ou incompleto; 9,8% estão cursando um curso superior e 26,8% já concluíram o 3° grau. A pesquisa também revelou que 70% dos delegados eram dirigentes sindicais e que apenas 30% eram da base de seu sindicato. No total, 64,2% afirmaram ser filiados a um partido político e 21,8% responderam negativamente, enquanto 14% afirmaram ser apenas simpatizante.

Quando a pergunta solicitava o nome do partido político ao qual era filiado, a resposta foi a seguinte: 69,9% (PT); 19,9% (PC do B); 2,4% (PSDB); 1,8% (PSB); 1,2% (PFL e PPB); 0,6% (PDT, PPS e PCB). Em seguida perguntamos a qual corrente no movimento sindical os delegados se identificavam ou eram militantes. As respostas foram as seguintes: 33,6% (Articulação sindical); 31,6% (Corrente Sindical Classista); 17,8% (Articulação Sindical de Esquerda); 10,5% (Alternativa Sindical Socialista); 2% (Movimento por uma Tendência Socialista e Causa Operária), enquanto que 2,6% optaram por outras tendências ou não souberam responder.

As questões seguintes dizem respeito a temas que se estabelece o prazo dos últimos 10 anos. Sobre o número de greves na categoria a que o delegado pertence o resultado foi o seguinte: 35,8% afirmaram que as greves têm aumentado; 35,2% disseram que os movimentos paredistas têm diminuído, enquanto que 26,8%

[79] O Congresso Estadual da CUT-PI é preparatório ao congresso nacional da central e ocorreu de 07 a 09/07/00. Segundo informações da tesouraria da Central, atualmente (2002), a CUT-PI tem 121 sindicatos filiados, sendo que 60 são urbanos e 61 são rurais.

informaram que as greves nem têm aumentado, nem diminuído. Sobre o nível do desemprego na categoria as respostas foram as seguintes: 71,3% (aumentado); 11,2% (diminuído) e 17,6% (não tem aumentado, nem diminuído). Contraditoriamente as respostas sobre o nível de sindicalização foram as seguintes: 55,9% (aumentado); 22,3% (diminuído) e 21,3% (não tem aumentado, nem diminuído).

Na realidade, o movimento sindical do Piauí tem reagido mais ou menos no mesmo compasso do sindicalismo brasileiro ao processo de implementação do projeto neoliberal, isto é, tem combinado grandes ações com mobilização de massa nas ruas, sobretudo quando participam também outros movimentos como estudantil e comunitário, com mobilizações fracassadas como é o caso das últimas realizações de eventos como o dia primeiro de maio. Em relação ao processo de reestruturação produtiva, com exceção do Sindicato dos Bancários e dos Trabalhadores na Indústria de Bebidas, onde essas categorias foram mais atingidas com o processo de automação, não há grandes movimentações em função desse fenômeno, posto que ainda não está generalizado no setor privado. No setor público, maior concentração de sindicatos urbanos filiados a CUT, a luta tem sido intensa contra os processos de privatização de empresas e aos projetos de demissão voluntária.

4.4. DECLÍNIO OU CRISE DO SINDICALISMO

Na pesquisa que realizamos conseguimos apurar que, após a completa fragilização do sindicato, como ocorreu no Japão nos anos 50, a direção da Guadalajara procurou implantar, como afirmamos anteriormente, uma nova visão empresarial para, posteriormente (a partir de 1994), começar a instituir novas formas de gestão e organização do trabalho.

Nos anos 80, as empresas do Grupo Claudino sofreram várias denúncias do movimento sindical contra a forma truculenta como tratava as lideranças sindicais e em relação ao fato de não permitir a sindicalização dos seus empregados. Muitos sindicalistas afirmam que quando a empresa descobria que um funcionário havia se filiado ao sindicato, o mesmo era demitido sumariamente. O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções[80] viria confirmar esse fato, sobretudo a partir da primeira greve dos operários da Guadalajara (1987): "os funcionários da Indústria de Confecções Guadalajara

[80] Em 1986 alguns trabalhadores da Guadalajara fundaram uma Associação Pré-Sindical, cuja direção comandou a primeira greve na empresa (01/06/1987), que posteriormente foi transformada no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções do Piauí (1988).

paralisaram, ontem pela manhã, as suas atividades com o objetivo de participar de perto das negociações sobre o horário de trabalho na empresa".[81]

A direção da empresa, sem consultar os empregados, mudou o horário de trabalho que era de 6 às 12 horas para o turno da manhã e das 12 às 18 horas para o turno da tarde, com 30 minutos de intervalo, com duas turmas de operários e jornada de 8 horas diárias com trabalho aos sábados. O novo horário estabelecido foi de 6 às 12 e de 14 às 16 para o turno da manhã e das 12 às 14 e depois das 16 às 22 horas para o turno da tarde, com a manutenção do trabalho aos sábados. Essa alteração não agradou aos trabalhadores que entraram em greve e exigiram que a empresa, que a princípio não admitia negociar com os operários, revisse a medida.

A paralisação, que durou apenas um (01) dia, foi marcada por uma grande passeata, com a presença de mais de mil operários da Guadalajara, que se deslocou da sede da empresa até a Delegacia Regional do Trabalho para acompanhar as negociações entre o sindicato e os representantes da empresa. O movimento paredista foi amplamente vitorioso. O horário de trabalho voltou ao anteriormente estabelecido, mas a jornada diária de trabalho passou para 9 horas com o objetivo de evitar o trabalho aos sábados. A paralisação também foi fundamental no fortalecimento da categoria e para tornar a sua entidade mais representativa, isto é, uma associação pré-sindical (1986) que se transformou em sindicato (1988) e teve a adesão de um grande número de filiados.

Nos anos seguintes àquela paralisação, na opinião do primeiro presidente do sindicato, a direção da empresa

> "jogou a culpa da greve nos operários e passou a tratar como culpadas as lideranças do movimento. Houve muita demissão. A justificativa, por parte da empresa, era que não havia mais a necessidade de dois turnos de trabalho. Entretanto, os que estavam sendo demitidos eram exatamente os trabalhadores que estavam se filiando ao sindicato e algumas lideranças do movimento só não foram demitidas porque entraram na diretoria do sindicato e por lei gozavam da estabilidade sindical, mas mesmo esta aos poucos começou a ser desrespeitada".[82]

Todo esse processo leva a uma enorme fragilização do sindicato, inclusive com a desfiliação em massa dos trabalhadores. A pesquisa que fizemos revelou que esta relação da empresa com os empregados, que como pode ser percebida, era de muita hostilidade, sobretudo com os sindicalistas, começa a mudar a partir dos anos 90. Nesse período (1990-1994), a Guadalajara começa a implantar a chamada "cultura da qualidade" na empresa, o que implica, entre

---

[81] Jornal O Estado (PI), edição de 02/06/1987, p. 1 e 5.

[82] Josias Leal e Silva, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções do Piauí e funcionário da Guadalajara (1985-1994), entrevista concedida ao autor em 07/10/1999.

outros, na instituição da política de parceria e cooperação (com fornecedores e trabalhadores), pressuposto básico para implementação de novos processos de trabalho e o investimento em novas tecnologias, isto é, a instituição do novo modelo produtivo.

Como falamos anteriormente, várias medidas foram tomadas como a redução dos níveis hierárquicos dentro da fábrica, a instituição da célula de produção. A gratificação, por produtividade, deixou de ser individual e passou a ser estabelecida para cada equipe. Esse processo acabou reforçando o individualismo e a competição entre os trabalhadores, fragilizando seus laços de solidariedade e enfraquecendo, ainda mais, sua organização sindical. Como vimos, as entrevistas realizadas não revelam uma unanimidade quanto a esta questão, particularmente com a nova forma de premiação, mas em relação ao movimento sindical é impressionante o quase uníssono som das vozes dos trabalhadores da Guadalajara. Passamos a transcrever a seguir as respostas para as duas principais questões formuladas nas entrevistas sobre este tema:

1. Na sua opinião, qual a importância do sindicato?
2. Se você tivesse que escolher entre vestir a camisa do sindicato e a da empresa que você trabalha, qual a que você escolheria?

Vejamos inicialmente o que diz um funcionário de nível intermediário na empresa que é chefe de oficina de manutenção de máquinas de costura e que pertence à equipe de qualidade e que possui o segundo grau completo:

> "Nossas bases salariais foram negociadas com o sindicato, estão dentro do que o sindicato tem proposto de melhorias salariais. A empresa tem sempre correspondido, então todas essas melhorias propostas estão sendo atendidas e estão tendo uma melhoria salarial para os funcionários, além das melhorias salariais que são propostas pelo sindicato e acompanhadas pela empresa, a empresa ainda procura dar alguma coisa a mais, em termos de premiação de produtividade e qualidade, assistência médica, hospitalar, e odontológica, refeições, enfim, várias outras formas complementares para melhorar o rendimento do funcionário, inclusive com o fornecimento de cestas básicas (...)".
>
> "Em algumas partes do mundo os sindicatos estão fechando, basicamente porque a maioria deles trabalha de forma errada, a maioria procura colocar o empresário como inimigo nº 1 dos funcionários. Enquanto os sindicatos estiveram com esse pensamento a única coisa que eles vão conseguir é desemprego e acabar com a necessidade do próprio sindicato. Os sindicatos têm que redimensionar a forma de trabalhar, verem a nova necessidade mundial de parceria e

servir como um elo de ligação da parceria entre funcionários e empregadores (...)".

"Nosso sindicato ainda tem uma postura antiga de apenas reivindicar, de apenas gritar e às vezes até inibir um bom trabalho dos funcionários e da própria direção da empresa. Muitas vezes há intenção de melhoria por parte da empresa que o sindicato se posiciona contrário alegando outros fatores, e isso atrasa a melhoria dos funcionários".

Na opinião do responsável pela equipe de qualificação profissional da Guadalajara, que insiste na tese segundo a qual na medida que cresce a satisfação do operário no trabalho, diminui a necessidade dos operários terem um sindicato para lutar pelos direitos da categoria:

"Há 10 anos passados o sindicato aqui dentro era uma força. Hoje não mais existe, ou seja, foram as melhorias implementadas dentro das empresas em benefício do operário que fizeram o operário perceber que ele depende dele mesmo, não do sindicato. Hoje nem se fala em sindicato, pois tudo que você precisa a empresa dá (...)".

"O sindicato já perdeu a sua força. Ele era forte quando as empresas não davam ao operário um mínimo das necessidades. No momento que as empresas começaram a dar o mínimo ou mais, o sindicato perde sua força. A única coisa que eles não têm é a garantia do emprego vitalício porque depende do desempenho dele, mas o resto tem tudo".

Na opinião do gerente industrial da Guadalajara, que trabalha há mais de 20 anos na empresa e tem o segundo grau completo,

"Nós tivemos no passado, há uns 10 anos atrás, na época do Collor, onde ele incentivou muito o uso do sindicato onde na maioria das vezes pessoas despreparadas para assumir o compromisso de fazer a cabeça das pessoas, jogou os funcionários contra as empresas, abriram brigas onde ninguém ganhou, e felizmente com o passar do tempo nós fomos mostrando de uma forma bem determinada aos nossos funcionários que o sindicato não era necessário para nós cumprirmos ou fazermos qualquer coisa que o nosso funcionário precisa. Se você quiser e tiver interesse de conversar com algum funcionário eu deixo você escolher ali qualquer funcionário para vocês conversarem, eu saio da sala e você faz as perguntas para ele de como ele se sente aqui dentro".

Quando perguntamos ao outro gerente industrial da Guadalajara, que tem o segundo grau completo e trabalha na empresa há quase 20 anos, se os trabalhadores precisariam do sindicato, estando satisfeitos com a empresa a resposta foi mais comedida:

"A atuação do sindicato em termos de reivindicação ela é relativamente pequena porque hoje nós estamos num processo em que a consciência da empresa é que você tendo funcionários satisfeitos, você tem produção e qualidade. Diante do que a empresa puder fazer ela vai fazer, porque isso não é nem uma questão de ser bonzinho é questão de sobrevivência. Nós não temos nenhuma dificuldade com os sindicatos porque na medida em que a empresa pode fazer as concessões ela as faz, não por ser boa, mas por uma questão de sobrevivência".

Continuando ainda a entrevistar os funcionários de nível médio na empresa. Conversamos com a chefe de sistemas e métodos, que está há 15 anos na empresa, possui o segundo grau e tem curso técnico de contabilidade e faz curso de inglês oferecido pela Guadalajara, que continua falando da satisfação dos operários: "Referindo-se ao sindicato a gente nem se vê falar hoje em sindicato, antes ficava aí na frente da fábrica, como os funcionários hoje são bem mais felizes com o que fazem, o operário não procura o sindicato. Para a gente não existe não. É, hoje eu nem vejo importância do sindicato o que a gente precisa aqui a gente tem. Se tivesse que optar entre vestir a camisa da empresa ou a do sindicato, escolheria a da empresa, é claro".

Mas se esta é a visão dos funcionários intermediários a respeito do sindicalismo, vejamos o que dizem os operários do chão da fábrica. Conversamos inicialmente com uma operadora especializada que trabalha há 18 anos na Guadalajara e tem o primeiro grau incompleto, que nos falou da greve e do sindicato:

"A greve foi devido a um horário que o pessoal não queria, um horário que não agradou as pessoas. Quanto a vestir a camisa da empresa ou do sindicato, depende do sindicato, se fosse um sindicato forte que resolvesse as coisas podia até vestir a camisa do sindicato para lutar por melhores condições, melhores salários. Tem muitos sindicatos que a gente ouve falar que é muito forte, mas aqui não tem sindicato. Poderia até ter alguma coisa para a gente reivindicar. É uma empresa razoável, nós não podemos dizer que não. Mas o sindicato com certeza poderia reivindicar mais coisas".

Infelizmente esta foi uma opinião isolada de um operário da Guadalajara acerca do sindicato e do movimento sindical. A seguir colhemos a opinião de uma operária que trabalha como costureira industrial e auxiliar de supervisão que trabalha há 15 anos na empresa:

"Sindicato é uma coisa que eu não gosto. Não é que eu acho que não é necessário, mas eu acho que não porque desconta uma quantidade do

salário da gente para quê? Aqui, acho que 90% não tem preocupação com o sindicato não. Se eu tivesse que vestir a camisa da empresa ou a camisa do sindicato, eu vestiria a da empresa, porque ela que me paga o salário, é aqui que a gente aprende mais coisa. Eu acho feia a forma como o sindicato age, fica na porta da fábrica com aquelas baixarias, eu não concordo com aquilo não".

Na opinião de uma outra operária, uma costureira que trabalha há mais de 12 anos na empresa e cursou apenas até a 7ª série do ensino fundamental, fala sobre a função e do ato de filiação ao sindicato:

"Muitas vezes quando é para aumento de salário, eles vêm aí e falam com a gente, pedem para escutar eles, mas eu não acredito muito neles não porque já tive colega que foi filiada. Não acho muita vantagem, não. Se eu tivesse que escolher entre vestir a camisa da empresa e a camisa do sindicato, eu escolhia a da empresa".

Uma outra operária que trabalha como costureira há 16 anos na Guadalajara tem também uma visão muito negativa do sindicalismo: "O sindicato só atrapalha a pessoa que queira trabalhar. Eles não têm nada bom a oferecer o que eles falam parece com o que os políticos falam. Os sindicatos só prometem".

Buscamos também entrevistar pessoas que trabalham há menos tempo na fábrica. A opinião de uma funcionária que trabalha como supervisora de recursos humanos há 6 anos na Guadalajara, revelando um profundo individualismo afirma que "os trabalhadores podem até precisar do sindicato, mas eu, particularmente, nunca precisei, felizmente".

Neste sentido, percebe-se claramente que a implantação dos chamados métodos japoneses de trabalho, através da reestruturação produtiva, "trata-se (...) de um projeto de incorporação individual, no qual não há lugar para qualquer forma de representação dos trabalhadores como categoria política e social. Pior que isso, trata-se, na realidade, de um projeto no qual a incorporação individual é vista como forma de afastar os trabalhadores dos sindicatos, considerados como entidades não só desnecessárias, como indesejáveis" (Leite, 1995: 351).

Finalmente, é importante destacar que todos os entrevistados foram escolhidos por nós e ouvidos separadamente em uma sala fechada, sem interrupções e nem influência de quaisquer natureza. A atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções do Piauí, que trabalha em outra empresa, não aceitou ser entrevistada, mas afirmou que a direção da Guadalajara não aceita que os operários sejam filiados ao sindicato e que os poucos filiados que o sindicato tem na fábrica não descontam em folha, mas pagam diretamente no sindicato por medo de serem demitidos e que muitos trabalhadores que são demitidos procuram o sindicato para reclamar da forma como eram

tratados na empresa, mas se negou a fornecer os seus endereços para que pudéssemos entrevista-los. Ressalte-se que, dentre os diversos entrevistados, apenas um admitiu que era filiado ao sindicato.

4.5. SINDICALISMO: CRISE, DESAFIOS E ALTERNATIVAS

Para Rodrigues, diversas evidências têm contribuído para o enfraquecimento do poder sindical em todo o Mundo e comprovam a profunda crise em que vive o sindicalismo contemporâneo, dentre outras, destaca:

1. Queda relativa e absoluta do número de operários fabris;
2. Dificuldades de representação, por parte das organizações sindicais, de camadas de assalariados cada vez mais heterogêneos e refratários à padronização dos salários e demais benefícios;
3. Baixa disposição, por parte dos trabalhadores, de participar das mobilizações determinadas pelas lideranças sindicais;
4. Queda na taxa de greves;
5. Diminuição do número de trabalhadores cobertos por acordos coletivos de trabalho, elevando a precarização do trabalho;
6. Aumento do desemprego e redução absoluta e relativa do número de trabalhadores sindicalizados; (Rodrigues, 1992: 16-17).

O sindicalismo brasileiro, somente nos anos 90, começaria a sentir, de forma mais contundente, esses fenômenos que atingiram o sindicalismo em outras partes do mundo. A crise do movimento sindical na Europa e nos EUA, como vimos anteriormente, tem início nos anos 70. Na América Latina o sindicalismo enfrenta seu processo de fragilização nos anos 80. No Brasil, ao contrário dos exemplos anteriores, o apogeu do movimento sindical ocorre justamente na década de 80, após o fim da ditadura militar. O movimento sindical no Piauí seguiu o mesmo processo brasileiro, inclusive com a fundação no estado da CUT e da CGT, logo após o surgimento destas centrais no plano nacional.

> "A trajetória do sindicalismo brasileiro, a partir de 1978, divergiu radicalmente daquela descrita pelos trabalhadores organizados nos demais países latino-americanos. Em todo o continente, os anos 80 foram anos de enfraquecimento do movimento sindical, do ponto de vista social, organizativo e político. (...) Essa afirmação é verdadeira mesmo para a Argentina, onde os sindicatos foram tradicionalmente poderosos. No Brasil, ao contrário das brechas abertas pela crise do autoritarismo emergiu um movimento sindical cujo peso social não encontrava paralelo em momentos passados da história nacional. A

democracia nascente propiciou condições para a expansão da organização sobre a qual se alicerçaria uma capacidade de influência política também ampliada" (Tavares de Almeida, 1997: 125-6).

Na opinião de Rodrigues, o que entra em crise, inicialmente, é o sindicalismo corporativo. De acordo com o autor,

> "A década de 80, em todos os sentidos, foi muito rica de acontecimentos inovadores para o sindicalismo brasileiro. Pensamos que o fato mais importante, ao mesmo tempo causa e conseqüência de um conjunto de outras mudanças, foi o início da crise, aparentemente irreversível, do modelo corporativo de organização sindical e de relação das classes entre si e delas com o poder estatal (...)". "A grande mudança ocorrida quando do declínio do autoritarismo militar foi o aparecimento de um movimento sindical que procurou se afirmar contra o Estado, ao mesmo tempo em que procurava resguardar sua autonomia ante os outros grupos sociais e atores políticos de oposição ao regime autoritário. Na realidade, diante de um aparelho estatal ocupado por forças hostis ao sindicalismo, qualquer possibilidade de reconstituição do antigo esquema nacional-populista estava eliminada de antemão (...)". "Assim, sempre que lideranças de trabalhadores procuram utilizar a estrutura sindical oficial de um modo não pressuposto nas concepções doutrinárias do corporativismo, o sistema sofre algum tipo de crise (...)". "Foi assim, durante as grandes greves do ABC. (...) A partir desse momento, quer dizer, a partir do momento em que a estrutura sindical corporativa passa a ser utilizada para promover o poder sindical autônomo, escapando dos controles governamentais, o modelo entra em crise porque ele jamais foi concebido com finalidades conflitivas (...)" (Rodrigues, 1991: 7, 11-12).

Ainda segundo o autor, a crise do sindicalismo corporativo se aprofundou com a promulgação da Constituição de 1988, quando a legislação sindical foi alterada e produziu uma estrutura sindical híbrida, isto é, rompeu com certos aspectos do corporativismo e deixou outros inalterados. De acordo com Rodrigues, em sua visão liberal,

> "Ocorre que a Constituição de 1988 acabou por criar um sistema híbrido de relações de trabalho e de organização sindical, em que se confundem elementos de inspiração liberal (maior liberdade de criação de novos sindicatos, o fim da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, a figura do árbitro, etc). Com outros de inspiração corporativa (o monopólio da representação, o sindicato

> único, a contribuição sindical, o poder normativo da justiça do trabalho, etc) (...)". É difícil um prognóstico sobre a continuidade desse modelo híbrido, mas é provável que, nos próximos anos, avolumem-se as pressões para a alteração da situação criada pela constituição de 1988, pela qual o Estado legitima e sustenta a organização sindical, mas não controla nem interfere em sua prática (...). Por outro lado, é possível contar, no próximo período, com maiores pressões de forças políticas e empresariais a favor da revisão do modelo corporativo e da legislação que aumenta o poder sindical e engessa as relações de trabalho no interior das empresas (...)" (Rodrigues, 1992: 39-40).

Portanto, a Constituição de 1988 introduziu dispositivos de cunho democratizante, por um lado, como a ampliação do direito de greve e o fim do direito de intervenção do Estado na vida dos sindicatos, mas, por outro lado, manteve dispositivos clássicos do corporativismo sindical como o monopólio de representação (unicidade sindical), o imposto sindical e o poder da justiça do trabalho de julgar os conflitos entre capital e trabalho. Para alguns autores, esse processo contraditório inibiu o avanço da liberdade e autonomia sindicais, proposição tão cara ao chamado "novo sindicalismo" brasileiro, que nasceu com as greves de metalúrgicos em São Paulo (1978) e que deu origem ao Partido dos Trabalhadores, "impedindo a consolidação de arranjos de tipo societal" (Tápia & Araújo, 1994: 74).

No entanto, outros autores preferem tirar proveito desta contradição e ver esta questão de um ponto de vista mais positivo, isto é, em tempos de neoliberalismo e reestruturação produtiva, em que governantes e empresários se unem para, em nome do fortalecimento de uma economia mais aberta e mais competitiva, porém menos nacional, fragilizarem o poder sindical através de uma legislação anti-greve e anti-sindical, justamente em um período que o movimento sindical brasileiro se levanta e se organiza no período pós-ditadura militar, "o monopólio da representação, legalmente assegurado, foi e é uma arma potente diante do empresariado" (Tavares de Almeida, 1997:133). De acordo com a autora,

> "o formato organizativo do sistema sindical brasileiro teve e tem grande importância para seu poder de barganha coletiva e sua influência política, bem como para a definição de estratégias de ação. (...) O monopólio da representação, estabelecido pela CLT, foi o principal trunfo de poder à disposição das entidades de intermediação de interesses. Os recursos provenientes de contribuição sindical universal e compulsória - aos quais veio se somar, no período recente, a contribuição assistencial - permitiram que a força alicerçada naquele

> monopólio pudesse materializar-se em estruturas burocráticas permanentes e pouco dependentes dos níveis de filiação e de militância sindicais. Ambos fizeram dos sindicatos os centros reais de poder do sistema sindical brasileiro" (Tavares de Almeida, 1997: 136-7).

Não é sem razão que a CUT que nasceu defendendo o fim da CLT, atualmente está na linha de frente em defesa de sua manutenção. No entanto, diante de todas estas questões, podemos perceber que o processo de reestruturação produtiva no Brasil encontrou uma conjuntura extremamente particular, onde o movimento sindical se fortalecia e atingia setores diferenciados da sociedade como os setores médios, particularmente os funcionários públicos, portanto, bastante diferente da Europa e até mesmo dos demais países latino americanos.

Mas, como vimos anteriormente, os chamados métodos japoneses de trabalho foram introduzidos sem que os empresários consultassem os trabalhadores e o movimento sindical e, ao contrário, buscaram fragilizar a organização dos trabalhadores, rompendo seus laços de solidariedade. Como o capital, na sua nova estratégia, objetiva conquistar "corações e mentes" dos trabalhadores dentro das empresas, o modelo corporativo também apresentou extremas debilidades na defesa dos trabalhadores porque não há tradição do nosso sindicalismo da organização por local de trabalho, isto é, "não é demais lembrar que o sistema sindical, além de ter seu centro de gravidade no sindicato, termina nele. É, portanto, uma estrutura externa às empresas, o que limita suas possibilidades de ação e reduz suas fontes de poder" (Tavares de Almeida, 1997: 144).

Como vimos, o movimento sindical é produto do capitalismo, posto que nasceu em resposta à exploração capitalista. Portanto, quando o capitalismo está em crise, o sindicalismo também está em crise. Nas últimas décadas o capital procurou superar a sua crise através da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. O mundo do trabalho foi profundamente afetado por este processo e a principal organização dos trabalhadores, o sindicato, entrou em uma profunda crise. Diante da crise e dos desafios que estão colocados pela conjuntura, quais as alternativas do movimento sindical e dos trabalhadores?

> "o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada de século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas

formas de (des)socialização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo" (Antunes, 2001: 192).

Segundo Antunes, atualmente, os principais desafios e alternativas para sobrevivência do movimento sindical são:

1. O movimento sindical deve buscar representar e defender igualmente os interesses dos trabalhadores empregados (formais ou "estáveis"), que estão em franca redução no mundo, e os trabalhadores desempregados e subempregados (informais, tempo parcial, precarizados ou subproletarizados), que estão em significativa expansão, para além de meras campanhas de solidariedade, isto é, "ou os sindicatos organizam a classe trabalhadora em seu conjunto ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores" (Antunes, 2001: 244);
2. Os sindicatos devem procurar incorporar aos seus quadros os novos segmentos emergentes no mundo do trabalho, principalmente as mulheres que ocupam uma parcela cada vez maior no mercado de trabalho, mas nas funções mais precárias. Da mesma forma, os sindicatos devem abrir espaços também para os trabalhadores mais jovens, negros, setores médios e "em tantas áreas onde se amplia o universo dos assalariados" (Antunes, 2001: 245).
3. Os sindicatos devem romper com o novo corporativismo, que privilegia a ação sindical apenas no âmbito de cada categoria profissional, reduzindo a luta mais geral e classista. "Não falo aqui apenas do corporativismo de tipo estatal, tão forte no Brasil, México, Argentina, mas também de um neocorporativismo societal, em expansão no sindicalismo contemporâneo, que é excludente, parcializador, preservando e acentuando o caráter fragmentado da classe trabalhadora, em sintonia com os interesses do capital que procura cultivar o individualismo e a alternativa pessoal contra os interesses solidários, coletivos e sociais" (Antunes, 2001: 245);
4. O sindicalismo deve procurar romper com o processo crescente de institucionalização e burocratização das entidades sindicais que as têm separado de suas bases sociais e contribuído para uma excessiva moderação em suas ações;
5. O movimento sindical deve estruturar o sindicato no plano horizontal, rompendo com a tradição da organização verticalizada (fordista). O movimento sindical deve procurar se organizar também por local de trabalho,

mas combater o sindicato por empresa que visa dividir e fragilizar a organização dos trabalhadores através da quebra de sua necessária unidade no enfrentamento com o capital;

6. Os sindicatos devem "romper a barreira, imposta pelo capital, entre luta sindical e luta parlamentar, entre luta econômica e luta política, articulando e fundindo as lutas sociais, extra-parlamentares, autônomas, que dão vida às ações de classe" (Antunes, 2001: 246).
7. O movimento sindical deve lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário e sem perda dos direitos sociais (Antunes, 2001: 247).

Percebe-se claramente que a visão de Antunes tem um forte conteúdo anti-capitalista como perspectiva de superação da crise do movimento sindical ou como prefere o próprio autor, no "sindicalismo de esquerda" estaria a possibilidade de superação da crise atual. Neste sentido, é perfeitamente possível associar as suas idéias ou proposições para as saídas e soluções da crise do movimento sindical com o que propõe o professor Alain Bihr que, assim como Antunes, rejeita o chamado "sindicalismo social-democrático", bem como o "sindicalismo de resultados" e burocratizado dos nossos dias, em nome da defesa e da renovação do que chama de "sindicalismo revolucionário".

Na opinião de Bihr, os que propõem o fim do sindicalismo e não de uma forma histórica de sindicalismo mais confundem do que esclarecem, "ignorando na mesma ocasião a possível emergência, nas lutas de hoje, de outras formas de sindicalismo" (Bihr, 1998: 233).

CONCLUSÕES

Esta pesquisa tratou do processo de reestruturação produtiva na indústria do Piauí. Para tanto, utilizamos como estudo de caso a Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara. A nossa pesquisa, à luz da pesquisa empírica realizada e do suporte teórico utilizado, revelou que a indústria piauiense, particularmente a empresa pesquisada, passa por um período de transição do ponto de vista do paradigma produtivo. Isto é, está havendo uma passagem de um modo de acumulação de capital para outro, a indústria se transforma através da adoção de novas formas de gestão e organização do trabalho, cujos princípios guardam grande semelhança com os métodos de administração e de trabalho japoneses que hoje são utilizados em várias regiões do mundo desenvolvido e subdesenvolvido, justificando a máxima de que o capitalismo somente se tornou dominante porque foi capaz de criar um mercado mundial. Este fenômeno revela de forma inequívoca uma das evidências da "globalização" ou da mundialização do capital.

Por esta razão, a pesquisa nos permite extrair diversas conclusões. Por que? Porque este é um tema extremamente complexo que envolve mais do que interpretações e paixões, envolve projetos de vida e de futuro, extrapola os limites propostos, os limites regionais e nacionais. Esse tema extrapola as fronteiras acadêmicas, políticas e econômicas. Gera medo e incerteza.

No entanto, a complexidade do desenvolvimento histórico nos mostra que talvez seja cedo para comemorar a vitória do capitalismo. As disputas entre as grandes potências pelos mercados mundiais, sobretudo após a constituição dos blocos econômicos, tendem a se acirrar. Com o fim da guerra fria não existe mais o inimigo comum para exigir a unidade do mundo capitalista e muitas vezes secundarizar os conflitos interimperialistas.

O leste europeu mais parece um barril de pólvora que uma estável economia de mercado. No Terceiro Mundo, além da resistência dos movimentos populares, existem enormes contradições que não serão facilmente superadas. Segundo a visão catastrófica de Robert Kurz, o capitalismo vive uma crise sem solução e "é muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constitui com dinâmica crescente a chamada era moderna, entrará já antes de terminar o século XX numa era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo" (Kurz, 1992: 222). Apesar de não ter vingado tal como foi dito, a "profecia" do

autor sugere precaução, pois as "profecias" opostas, do fim da história e outras, tiveram, também, vida efêmera.

O legado dessa nova ordem já é visível. Constata-se a elevação da massa de excluídos e da concentração da riqueza produzida. A questão da produção social e da sua apropriação privada continua a ser a principal contradição do capitalismo. Embora tenha conseguido se reciclar e superar suas crises cíclicas, não conseguiu, contudo, apresentar saídas para a sua crise mais geral e para os problemas fundamentais da humanidade. Analisando a crise que levou ao colapso do socialismo e a pretensa vitória da economia de mercado com o surgimento da tese pouco original do "fim da história", Eric Hobsbawm afirmou que "poucas profecias destinam-se a ter vida mais curta que esta" (Hobsbawm, 1992: 106). A visão dos autores analisados e citados na pesquisa nos leva a pensar que se o capitalismo expandiu o horizonte civilizatório da humanidade ao superar o feudalismo, o neoliberalismo nos levará à barbárie.

O Brasil se insere nessa nova ordem de forma subordinada e dependente. Na realidade, o projeto que o governo Fernando Henrique Cardoso vem implementado em nosso país, iniciado por seu antecessor Fernando Collor (1990), está em fase bastante avançada em regiões da Ásia, África, Austrália, Europa e, sobretudo, nos demais países da América Latina. Está claro que o caminho imposto é o contrário do que as grandes potências percorreram para atingir o seu atual nível de desenvolvimento, principalmente EUA, Alemanha e Japão. Esses países não teriam alcançado o posto de hegemonia mundial sem uma brutal intervenção do Estado na economia e através de uma política de exploração de regiões mais atrasadas do mundo. Eles sabem perfeitamente como proteger sua economia e soberania.

Como sabemos, a natureza da intervenção do Estado que fomentou a industrialização, a reestruturação produtiva e o Estado de bem-estar nos países centrais são bastante diferentes do que ocorreu nos países periféricos. O pacto que permitiu esse processo no Primeiro Mundo foi produto de uma ampla política de distribuição de renda e incremento tecnológico que permitiu uma acumulação de capital através da mais-valia relativa, enquanto que na América Latina, particularmente no Brasil, esse processo se deu pela composição de uma poupança forçada, ao invés de políticas sociais compensatórias, que permitiu ao Estado favorecer o setor privado com uma generosa política de incentivos fiscais.

O Mercosul, ao que parece, se constitui em um organismo importante, mas ainda insuficiente para uma melhor inserção nos mercados mundiais dos países que lhes deram origem, sobretudo frente aos megablocos como o Nafta e a União Européia. Os avanços da terceira revolução industrial no Brasil, contudo, são geralmente subestimados. Afirma-se que temos um parque industrial defasado,

tecnologia obsoleta e baixo investimento em pesquisa. Entretanto, tudo isso talvez seja verdade em relação ao primeiro mundo, porque em relação à América Latina, o Brasil tem um parque industrial de certo porte e é recordista em produção e instalação de novas tecnologias, principalmente no setor bancário e automobilístico.

Como vimos, para enfrentar o problema do desemprego o Brasil precisa, entre outros, retomar o crescimento econômico e reduzir a jornada de trabalho. Investir mais em educação seria também uma medida importante não para simplesmente "qualificar" o trabalhador, mas para elevar sua qualidade de vida (Pochmann, 2001).

O que seria necessário para atingir esses objetivos? Em primeiro lugar, conquistar um governo que não se subordine aos ditames do capital internacional e que encare o investimento estrangeiro como parceiro e não como patrão. Em segundo lugar, garantir a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico, reduzindo a taxa de juros para favorecer o investimento produtivo. Em terceiro lugar, precisamos entender a educação não como custo, mas como investimento.

E o movimento sindical diante da reestruturação produtiva? "Como vimos, a terceira revolução industrial não é um mal em si. Pelo contrário. A cada momento percebemos o potencial libertário das novas tecnologias e de parte das novas formas de organização do trabalho. Os males têm outra origem. Vêm de um sistema que oprime, aliena, escraviza e deforma o trabalho (...). O movimento sindical não deve, não precisa e não pode ser complacente com ele. A luta para vencê-lo comporta erros, descaminhos, derrotas, dissensos, mas renasce sempre. Mais dia, menos dia, vencerá" (Joffily, 1993: 23). No entanto, é preciso reconhecer que o processo não é meramente tecnológico, até porque a tecnologia não é neutra e muitas vezes tem caráter destrutivo, bem como é produto de relações sociais desiguais.

Como o movimento sindical irá superar a crise atual? Entendemos que a sobrevivência do movimento sindical depende, como colocamos no Capítulo IV, da resposta para, pelo menos, duas questões centrais: 1) como é que os sindicatos vão representar e defender os excluídos, deserdados e desempregados, ou seja, os 2/3 que estão fora do mercado de trabalho?; 2) como os sindicatos irão superar a herança fordista, segundo a qual a fábrica é um terreno do capital, e vão enfrentar o desafio de organizar os trabalhadores por local de trabalho?.

Neste sentido, e num sentido mais amplo, o movimento sindical, os setores populares e de esquerda precisam responder urgentemente aos desafios que estão colocados pela conjuntura. Vimos que é fundamental compreender o novo papel que está sendo imposto ao Estado nesta nova configuração mundial, bem como as transformações produzidas no mundo do trabalho e na organização

sindical dos trabalhadores através do processo de reestruturação produtiva. Para tanto, é indispensável e necessário discutir algumas questões que consideramos importantes para os movimentos sociais, mas também como forma de desdobramento e aprofundamento futuro do presente trabalho:

1. Até que ponto a derrota da experiência socialista afetou os trabalhadores, os setores médios e intelectuais de esquerda na busca da possibilidade de transformação da sociedade, isto é, como estes segmentos compreendem o colapso do socialismo como alternativa histórica ao capitalismo?
2. Qual a perspectiva de garantia da manutenção das liberdades democráticas frente à implementação do neoliberalismo, como modelo concentrador de riqueza do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social?
3. Quais as transformações ocorridas no mundo do trabalho e até que ponto essas mudanças podem pôr fim ao trabalho como princípio fundante da sociabilidade humana?
4. Como o movimento sindical está reagindo e irá superar a todas essas mudanças, principalmente ao desemprego estrutural e ao processo crescente de terceirização (tanto na indústria como no setor de serviços) que está fragilizando sua organização e pulverizando sua ação, comprometendo a própria existência futura dos sindicatos?
5. Quais as possíveis alternativas, do ponto de vista dos trabalhadores, a essa "nova ordem" "globalizada" estabelecida?

O debate destas e de outras questões se constituíram nos principais objetivos desse trabalho e, ao mesmo tempo, são a sua própria razão de ser. Pretendemos poder responder a estas e outras questões que possam surgir a partir do debate acadêmico ou sindical, e de forma mais profunda, em uma próxima oportunidade, inclusive porque a discussão sobre temática tão atual e polêmica ainda está longe de ser concluída.

As idéias aqui expostas não pretendem ser uma panacéia para solução de todos os problemas do sindicalismo, até porque temos consciência que a superação da crise atual passa por transformações muito maiores, como a conquista de um governo democrático e popular, pela reforma agrária e urbana, etc e pela construção de um amplo movimento de caráter progressista, democrático e popular em defesa do Brasil, da soberania nacional, da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores. Todavia, entendemos que as questões aqui apresentadas possam colaborar para o debate que envolva o conjunto da sociedade na busca da construção de uma cidadania que extrapole os limites impostos pela frieza e insensibilidade sociais, próprias da economia de mercado.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. IN: Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. E. Sader e P. Gentili (orgs.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo, Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª edição, São Paulo, Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Ângela M. C. & AMORIM, Elaine R. A. **Redes de subcontratação e trabalho a domicilio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas**. Cadernos Pagu (17), São Paulo, 2001.

ARAÚJO, José Luís Lopes de. **O rastro da carnaúba no Piauí.** IN: Almanaque da Parnaíba. 60ª edição. Teresina, COMEPI, 1985.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **O Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. IN: Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, nº 29. São Paulo, EDUSP, 1997.

ARBIX, Glauco Antonio. **Uma aposta no futuro - Os primeiros anos da câmara setorial automobilística.** São Paulo, Scritta, 1996.

ARRUDA, Gerardo Clésio M. **Tempos presentes: uma análise empírica das transformações organizacionais e das relações de trabalho na indústria cearense**. IN: Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará. Fortaleza, UNIFOR, 1999.

BANDEIRA, William Jorge & NEVES, Osvaldo de Carvalho. **Organização da Produção Agropecuária Piauiense**. IN: Carta Cepro, Teresina, v. 8, n.º 2, p. 4-57, jul./dez., 1982.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, Caderno Dívida Externa, nº 06, 1994.

_____. **Mitos da "globalização".** São Paulo, Pedex, 1998.

BEYNON, Huw. **A destruição da classe operária inglesa**. IN: RBCS, nº 27, 1995.

BIHR, Alain, **Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise**. São Paulo, Boitempo, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Hegemonia Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. IN: Crítica Marxista, Vol. 1, nº 3, São Paulo, Brasiliense, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Guanabara, 1977.

BURAWOY, Michael. **A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado**. São Paulo, RBCS nº 13, ano 5, junho de 1990.

CARVALHO NETO, Benedito Borges de. **Estudo preliminar do comportamento da indústria piauiense em relação ao novo paradigma industrial e tecnológico do século XX**. IN: ECONOMIA (Prêmio Piauí de Economia). Teresina (PI), CORECON, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo, Futuro do Capitalismo?.** IN: Neoliberalismo ou Crise do Capital?. São Paulo, Xamã, 1995.

COLLI, Juliana M. **O façonismo pelo avesso: um estudo das novas formas de organização do trabalho à facão no ramo de tecelagem no pólo têxtil de Americana-SP**. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1997.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso.** Rio de janeiro, Revan/UFRJ, 1994.

COUTINHO, Luciano G. & FERRAZ, João Carlos (Coords.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas (SP), Papirus/Editora da UNICAMP, 1994.

DÄUBLER, W. **Relações de trabalho no final do século XX. IN: O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século.** São Paulo, Scritta/Unicamp, p. 17-47, 1994.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Capital e trabalho: a nova dominação.** IN: A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília, Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

DIEESE. **Trabalho e Reestruturação Produtiva – 10 anos de linha de produção**. São Paulo, DIEESE, 1994.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia piauiense**. 2ª ed., Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

FONSÊCA, Graziani G. **Organizações não-governamentais no Piauí – avaliação de seus projetos e iniciativas.** Teresina, Projeto Áridas, 1995.

GORZ, Andre. **Adeus ao Proletariado.** Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 2ª ed., Trad. de L. M Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Concepção Dialética da História.** 9ª ed., Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajetória econômica de uma região periférica**. IN: Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, nº 29. São Paulo, EDUSP, 1997.

HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 18, setembro, 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 4ª ed., Trad. de A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1994.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão.** 2ª ed., Trad. Leonel Valandro. Porto Alegre, Globo, 1977.

HIRATA, Helena (org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo, Edusp, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **O Novo Sindicalismo**. IN: Mundos do Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **Adeus a tudo aquilo**. IN: Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. R. Blackburn (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HUMPHREY, John. **O impacto das técnicas "japonesas" de administração sobre o trabalho industrial no Brasil.** IN: A Máquina e o Equilibrista. Nádya A. Castro (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais (1998)**, Departamento de População, Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. **Sindicatos: Indicadores Sociais, 1990, 1991, 1992**. Vol. 4. Departamento de Estatística, Rio de Janeiro, 1992.

IBGE. **Produção Pecuária Municipal**, PPM, 1984-1992.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Principal do Piauí**, 1975-1990.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, PAM, 1991-1993.

IBGE. **Censo Agropecuário do Piauí**, 1985.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1997.

JOFFILY, Bernardo. **Toyotismo e Microeletrônica: Uma revolução que desafia os sindicatos.** IN: De fato, ano I, nº 2, São Paulo, CUT, 1993.

Jornal O Estado (PI), edição de 02/06/1987.

Jornal Gazeta Mercantil, edição de 04/03/1994.

Jornal Folha de S. Paulo, Caderno Especial: "O colapso do trabalho", edição de 01/05/1998.

Jornal Folha de S. Paulo, edição de 27/01/2000.

Jornal O Globo, edição de 28/02/2000.

Jornal Diário do Povo (PI), edição de 25/05/2001.

KATZ, Cláudio e outros. **Novas Tecnologias: Crítica a Atual Reestruturação Produtiva**. São Paulo, Xamã, 1995.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial**. Trad. Karen E. Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LEITE, Márcia de Paula. **Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional**. IN: A Máquina e o Equilibrista. Nádya A. Castro (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

LIPIETZ, Alain. Audácia - **Uma alternativa para o século 21**. Trad. Estela S. Abreu. São Paulo, Nobel, 1991.

MACHADO, Lucília R. de S. **Controle da Qualidade Total: Uma Nova Gestão do Trabalho, Uma Nova Pedagogia do Capital.** Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1994.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. **Piauí: Evolução, Realidade e Desenvolvimento**. Teresina, Fundação Cepro, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Liv. I, Vol. II. 12ª ed., Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo, Scritta, 1995.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais e participação política. Teresina, CEPAC, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. Trad. Georg Toscheff. São Paulo, Ensaio, 1989.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**, 1995.

MORAES, Reginaldo C. C. de. **A democracia malcomportada: a teoria política do neoliberalismo econômico.** IN: Universidade e Sociedade, ano VI, nº 11, São Paulo, ANDES-SN, 1996.

OFFE, Claus. **Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?**. Trabalho & Sociedade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Vol. I, 1989.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. **Piauí: um estado diferente**. Teresina, 1997.

PIORE, Michael J. & SABEL, Charles F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity.** New York, Basic Books, 1984.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo, Contexto, 1999.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo, BOITEMPO, 2001.

_____. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil** (versão preliminar). Campinas-SP, 1998 (mimeo).

POSTHUMA, Anne C. **Técnicas japonesas de organização nas empresas de autopeças no Brasil**. IN: Castro, Nádia Araújo de (org.). A Máquina e o Equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2ª ed., Teresina, EDUFPI, 1998.

Revista De fato, ano I, nº 2, São Paulo, CUT, 1993.

Revista Balanço Anual do Jornal Gazeta Mercantil (1987-1997).

ROCHA, Jonas. **Estrutura Agrária do Piauí**. IN: Carta Cepro, Teresina, v. 8, n. 1, p. 104-120, jan./jun., 1982.

_____. **A pequena produção rural no estado do Piauí**. IN: Carta Cepro, Teresina, v. 13, n.° 1, p. 29-68, jan./jun., 1988.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **O declínio do sindicalismo corporativo**. Rio de Janeiro, IBASE, 1991.

_____. **As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do Sindicalismo.** IN: O Futuro do Sindicalismo (CUT, Força Sindical, CGT). São Paulo, INAE, 1992, Pág. 15-41.

_____. **A Modernização das Relações do Trabalho – A questão do corporativismo**, São Paulo, FIESP/CIESP/IRS/CNI/, 1996.

SAES, Décio. **O governo de FHC e o campo político conservador**. IN: Princípios, n° 40, São Paulo, Ed. Anita, 1996.

SILVA FILHO, Leonides Alves da. **Piauí: opção de desenvolvimento.** 2ª ed., Recife, SUDENE, 1997.

SILVA, Roberto J. G. da. A constituição do sujeito coletivo na CUT-PI: Institucionalização, práticas e mudanças sócio-políticas. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1993.

SUDENE. **Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil**, n° 5. Recife, novembro de 1997.

SUDENE. **Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil**, n° 6. Recife, Agosto de 1999.

SUDENE. **Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público. Nordeste do Brasil** (1960-1996). Recife, Agosto de 1999.

SUDENE. **Agregados Econômicos Regionais – Nordeste do Brasil** (1965-1998), Recife, 1999.

SUDENE. **Região Nordeste do Brasil em Números**, nº 3. Recife, dezembro de 1999.

TÁPIA, Jorge R. B. & ARAÚJO, Ângela M. C. **Representação de interesses e reestruturação produtiva – para onde vai o corporativismo?** São Paulo em Perspectiva, vol. 8, nº 2. São Paulo, SEADE, 1994.

TAVARES DE ALMEIDA, M. Hermínia. **As bases estruturais do poder sindical.** IN: Economia & Interesses Organizados: O sindicalismo no Brasil nos anos 80. São Paulo, Fapesp/Edusp, 1997, p. 126-145.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (org.) **O neoliberalismo em debate.** IN: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva - As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense.** IN: Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará. Fortaleza, UNIFOR, 1999.

TUDE de SOUZA, Ângela M. **A Crise Contemporânea e a Nova Ordem Mundial.** IN: Universidade e Sociedade, ano IV, nº 6, São Paulo, ANDES-SN, 1994.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Planejamento Regional e Transformação da Agricultura Tradicional – Lições da experiência no Estado do Piauí**. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. F. (org.) **A Crise do Campo Socialista e o Novo Cenário Mundial**. IN: A Grande Crise: A Nova (Des)Ordem Internacional dos Anos 80 aos 90. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CIRCULANTE